

Julho 2019

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, Semanário Africa, O PAÍS, Economia e Finanças, O Crime, Expansão, e O Perfil.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	6
1.1 Mais de 60% da população angolana está empregada	6
1.2 Vender mais vendendo melhor	7
1.3 Ajustamento no tarifário de energia precipita súbita dos preços produtos de cesta básica	9
1.4 Combate à pobreza beneficia milhões	10
1.5 Cartoon	11
1.6 45 famílias carenciadas beneficiam de apoio	11
2. MICROFINANÇAS	13
2.1 Kiferédito fecha contas anuais com prejuízos	13
2.2 Mais de cem jovens beneficiam de crédito	13
2.3 Pequenos empreendedores vão receber financiamento	14
2.4 Casas de câmbio perdem licença por inactividade	14
2.5 Défice de financiamento fixado em 34 mil milhões de dólares	15
3. MERCADO INFORMAL	16
3.1 Redução do sector informal entre os principais desafios	16
3.2 Mais de 60% da população angolana está empregada	16
3.3 Pouco peixe e muitas embarcações em terra à espera de legalizar a actividade	17
3.4 Vender mais vendendo melhor	19
3.5 Malanje forma moto taxista	21
3.6 Venda ambulante de café cresce durante o cacimbo	21
3.7 Actividade informal prevê colocar mais de 18 mil jovens a trabalhar	22
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	23
4.1 FMI aconselha a eliminação dos subsídios à água e à energia	23
4.2 Energia sobe 97 por cento	25
4.3 O que temos de corrigir em relação ao ciclo orçamental em Angola	25
4.4 Dívida externa aumenta 2% no 1º trimestre e cada angolano deve 1.590 USD	26
4.5 Cazenga tem mil milhões de kwanzas	28
4.6 Orçamento de Malanje para 2019 reduzido em 26%	29
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	31
5.1 O relançar da vida nos municípios	31
5.2 Administradores vão aplicar verbas do PIIM fora dos seus territórios	32
5.3 As lições apreendidas dos programas anteriores	32
5.4 Autarquias podem ser solução para problemas sociais básicos	34
5.5 OPSA esperava discussão aberta do PIIM antes de sua aprovação	35
5.6 O PIIM de João Lourenço: Um Baloíço Inteligente e Uma Armadilha Retrocedente para Gestores Municipais	35
5.7 Portugal está disponível para apoiar autarquias em Angola	36
5.8 Administradores querem mais que 25 milhões kz	37
5.9 Alemanha quer transmitir experiência sobre autarquias	38
5.10 Faz falta a Luanda um projecto comum	39

5.11	Cartoon	40
5.12	Gestão Municipal	40
5.13	Gestores defendem fiscalização mais na execução do PIIM	41
5.14	Municípios à espera de melhores resultados	42
5.15	O Sonho dos municípios	43
5.16	PIIM dá prioridade à Educação saneamento e à ordem pública	44
5.17	PIIM pode desenvolver as comunidades Urbanas e Suburbanas de forma acelera	45
5.18	Cidadãos exigem fiscalização na aplicação das verbas do PIIM	46
5.19	Cazenga tem mil milhões de kwanzas	47
5.20	Cartão do Município emitido em Setembro	47
5.21	Autarca luso augura sucessos em Angola	48

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 49

6.1	IPU cobra segunda prestação	49
6.2	Calendário fiscal obriga pagamento do IPU este mês	49
6.3	Símbolo dos musseques de Luanda	49
6.4	Demolições à vista no Lubango deixam municípios apreensivos	51
6.5	‘ A Build Angola foi uma burla estruturada’	52
6.6	Obras em modo "para-avança"	53
6.7	Faz falta a Luanda um projecto comum	54
6.8	Obras de requalificação do Lubango orçadas em 200 milhões de dólares	55
6.9	Bairro dos Ministérios garante mais poupança ao Executivo	55
6.10	Imposto Predial Urbano regista subida de receitas	56
6.11	Projecto de construção de bairro dos Ministérios pode ser adiado	57
6.12	Cartoon	58
6.13	Bairro dos Ministérios vai dar nova imagem à cidade capital	58
6.14	Aldeões recebem comida e material de construção	59
6.15	Metade dos moradores do Kilamba não paga ao Estado	60

7. TERRA 62

7.1	Moradores e autoridades chegam a entendimento	62
7.2	Distrito do Rangel e Bairro Popular requalificados a partir deste mês	62
7.3	Demolições à vista no Lubango deixam municípios apreensivos	63
7.4	Obras de requalificação do Lubango orçadas em 200 milhões de dólares	64

8. SERVIÇOS BÁSICOS 65

8.1	Moradores e autoridades chegam a entendimento	65
8.2	FMI aconselha a eliminação dos subsídios à água e à energia	65
8.3	Energia sobe 97 por cento	67
8.4	Aumentos dos preços nas facturas da luz afinal só 2 arrancam” a partir de 15 de Julho	68
8.5	Mega Aumento da Energia invade o País já no dia 15	69
8.6	Ajustamento no tarifário de energia precipita súbita dos preços produtos de cesta básica	70
8.7	Aumento de preços de energia eléctrica inquieta consumidores	71
8.8	A retirada dos subsídios e a crise que se avizinha	72
8.9	Governo “corrige” valas no Lobito para evitar mais tragédias em época chuvosa	73
8.10	Seis em cada dez angolanos sem acesso à electricidade	73

9. GÉNERO E VIOLENCIA 75

9.1	Juízes recorrem à sociedade civil para afastar menores da criminalidade	75
9.2	Luta entre grupos rivais termina com um morto	75

9.3	SIC desmantela grupos de marginais	76
9.4	O engajamento das comunidades	76

10. AMBIENTE **78**

10.1	Moradores queixam-se de poluição provocada pela fábrica Madar	78
10.2	Seca leva ao consumo de raízes impróprias	79
10.3	Milhares de pessoas estão a passar fome	79
10.4	ONU disponibiliza acima de seis milhões para a seca	80
10.5	Angola enfrenta efeitos das alterações climáticas	80
10.6	Cunene precisa de 30 mil toneladas de alimentos/mês	81
10.7	Agricultura vai reflorestar 200 mil hectares com eucaliptos e pinho	82
10.8	Estado perde quase metade dos perímetros florestais	83
10.9	Moradores do bairro São Paulo agastados com o estado das vias	84
10.10	GPL é contra o abate de árvores na cidade	85
10.11	País prepara repovoação dos polígonos florestais	85
10.12	Seca causa uma morte e deixa milhares na penúria	86

11. EXPLORAÇÃO MINEIRA **88**

12. MIGRAÇÃO **88**

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA **89**

13.1	Angolanos preparam negócios com a China	89
13.2	Ajuda chinesa destacada pelo Banco Mundial	89
13.3	Contratos públicos feitos agora com maior rigor	90
13.4	A China e o desenvolvimento de África	90
13.5	Angola mostra potencialidades na Expo China África	91
13.6	Empresas chinesas e angolana fazem prospecção de cobre	92
13.7	Câmara de comércio de Angola de olhos na feira internacional de Macau	92
13.8	Chineses doam bens às vítimas da seca	93
13.9	Chineses querem parcerias para o Corredor do Lobito	93
13.10	Comboio do CFB descarrila em dia de visita do embaixador Chinês	94
13.11	Mais de 15 cidadãos chineses assassinados no país nos últimos 6 meses	94
13.12	Projectos nos transportes contam financiamento de 9 mil milhões USD	95
13.13	China admite maior apoio à diversificação angolana	97

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Mais de 60% da população angolana está empregada

Jornal de Angola

05 De Julho de 2019

Texto: Edivaldo Cristóvão

Mais de 60 por cento da população angolana têm emprego, mas, na sua maioria, trabalha no mercado informal, declarou ontem, em Luanda, o secretário de Estado do Trabalho e Segurança Social (MAPTSS).

Ao intervir no acto que marcou a apresentação do Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE) ao Governo Provincial de Luanda (GPL) e seus administradores municipais, Manuel Moreira disse que os dados publicados recentemente pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) apontam que 28,5 por cento da população angolana é desempregada, calculada em cerca de três milhões de habitantes nesta condição.

"Podemos fazer uma leitura inversa, tendo em conta que a taxa de actividades abrange mais de 60 por cento da população angolana que está empregada. Grande parte está no mercado informal, onde as pessoas têm trabalho e renda, mas o que ganham não se reflecte na economia real", afirmou.

Num encontro, promovido pelo MAPTSS e que serviu para identificar as modalidades de intervenção, de modo a dar o melhor encaminhamento aos beneficiários, o secretário de Estado reafirmou que o Executivo assumiu, como um dos eixos de actuação, a implementação de programas que visam o aumento dos níveis de empregabilidade, como mecanismo de combate à pobreza e a exclusão social.

Além disso, disse, há o compromisso da criação de cerca de 500 mil postos de trabalho, que deverão ser absorvidos pelo sector Produtivo da Economia e não pela administração pública, como se tem propalado.

No relatório de fundamentação da proposta para o OGE de 2019 apresentado no encontro, perspectiva-se que a economia angolana cresça 2,8 por cento, como resultado do crescimento de 3,1 por cento no sector Petrolífero e de 2,6 no sector não petrolífero.

De igual modo, as projecções apontam a inflação anual de 19,7 por cento até finais de 2018. Em 2019 pretende-se atingir uma taxa de inflação de 15 por cento.

O secretário de Estado disse que os empregos, além de gerarem riqueza e melhorar o Produto Interno Bruto (PIB) do país, têm reflexos na vida do próprio funcionário, que é inserido na Segurança Social.

"Estamos a criar condições para que as pessoas possam exercer uma actividade regular e legal, sem precisar fugir da Polícia ou dos fiscais. Essa situação vai ainda garantir a reforma destes trabalhadores com a inscrição no INSS", garantiu.

Durante a apresentação da implementação do PAPE, Manuel Moleira garantiu que o plano vai reduzir a taxa de desemprego, combater a pobreza, a vulnerabilidade e, com isso, haverá um aumento na economia, o que fará com que o país melhore.

No âmbito do PAPE serão propostos novos modelos de legalização das miem e peque nas empresas, num processo simples, rápido, barato e menos burocrático.

De igual modo será sugerida a redução ou eliminação da carga fiscal para fomento e sustentabilidade da actividade produtiva nos primeiros 12 a 24 meses de actividade, para que o pequeno empreendedor "não morra à nascença",

Os interessados em inscrever-se no PAPE devem, nesta primeira fase, fazê-lo de forma presencial nos centros do Instituto Nacional de Formação Profissional (Inefop).

O processo de inscrição passa a ser feito a partir dos próximos dias, através dos endereços electrónicos www.pape.gov.ao, www.maptss.gov.ao, papetemaptss.gov.ao, que estarão disponíveis no Serviço de Plataforma Electrónica (Sepe) e em aplicativo móvel, para os androids e iPhone e a linha telefónica + 244 222 338940, bem como as redes sociais do Facebook, YouTube e do whatsapp.

Estará ainda disponível a ferramenta Ebumba, a ser lançada brevemente para prestação de serviços de auxílio ao Inefop. As plataformas ou ferramentas de gestão vão permitir que a pessoa beneficiada seja seguida no decorrer das suas actividades, para que continue e desenvolva cada vez mais o seu negócio.

1.2 Vender mais vendendo melhor

Jornal EXPANSÃO

12 De Julho de 2019

Texto: Mário Beirolas

Vender mais significa, saber vender melhor, percebendo que é a partir da relação com cada cliente, que se detectam as suas verdadeiras necessidades, muitas vezes desalojando a concorrência.

Para que esta capacidade de venda se instale, é necessário que as equipas de vendas, se tornem verdadeiros gestores de conta, gestores dos clientes, aproveitando em pleno o potencial da sua carteira de contactos, associando-a a uma matriz de aproveitamento baseada num "cross-selling" (venda cruzada), vendendo mais a cada cliente, mas vendendo melhor, através das suas verdadeiras motivações de compra.

Estão vulgarizadas frases como, o Cliente está primeiro, o Cliente tem sempre razão, ou o Cliente sabe sempre o que quer, no entanto com frequência, quer o próprio Cliente, quer quem tem a responsabilidade de garantir a sua satisfação, esquecem-se que o sucesso desta interacção, depende do respeito mútuo pelos verdadeiros motivos dessa relação, fazendo o cliente perceber e cada contacto, que gerimos de forma efectiva a sua própria rentabilidade da compra.

Partindo do princípio, de que não devemos fazer aos outros o que não queremos que nos façam, é possível conseguir definir condições de relacionamento, que garantem uma relação ganha, ganha, pois afinal todos somos Clientes e atitude gera atitude.

Em cada momento de contacto com o Cliente, este espera atenção, interesse pelo seu caso, disponibilidade, simpatia e resposta em tempo e modo.

Sabemos que o Cliente é o centro do negócio, no entanto com frequência nos apercebemos que essa relação é desvalorizada, sendo esquecidos os papéis que ambos os lados desempenham, seja na compra, na venda ou na prestação de um serviço.

Fala-se muito de personalização na relação com o Cliente, mas esta só existe quando o conhecemos, percebemos as suas motivações e agimos de acordo com as suas expectativas, que nem sempre são percebidas.

O Cliente, quer sentir-se seguro na decisão que vai tomar, entusiasmo, utilidade na compra ou no serviço

que está a adquirir, necessitando de ser confortado na decisão, encontrar um ambiente aberto, simpatia e ter orgulho porque sabe afinal o que quer.

O Cliente quer ver tratado o SEU CASO, não o caso de qualquer outro Cliente.

Na relação com o Cliente deveremos por isso, garantir cinco elementos chave, os 5 C da venda, aqueles que permitem, vender mais mas melhor:

Contacto aberto e disponíveis os primeiros momentos de contacto, OLHOS OS OLHOS, são os mais importantes e que definem o ambiente dessa relação, se ajustam mais ao estado de espírito desse momento;

Conhecimento efectivo das suas motivações - perceber o que de facto o Cliente espera dessa relação, os verdadeiros motivos desse contacto, a fora de gerar convergência. É por isso essencial saber perguntar, ouvir e interpretar, até que estejam definidos os VERDADEIROS MOTIVOS;

Convencimento do Cliente sobre a solução - gerar o equilíbrio entre a procura e a oferta, fazer a proposta adequada, utilizando argumentos valorizadores, gerando o seu verdadeiro interesse através de ACORDOS PARCIAIS;

Conclusão do contacto ou da proposta - garantir através da recapitulação dos verdadeiros motivos de compra, que o que propomos corresponde ao que pretende e que EXISTE CONVERGÊNCIA;

Consolidação do contacto ou da oferta-garantir que o que propusemos é de facto aquilo que entregamos e corresponde à SOLUÇÃO FINAL do SEU CASO.

Estes 5 C viabilizam uma relação ganha através da qual o Cliente fica disponível para continuar a comprar.

A maioria dos Estudos de Opinião Cliente, revela a orientação deste mediante sete pontos preferenciais:

1. Atendimento ou resposta imediata em tempo às suas solicitações;
2. Atenção, abertura, disponibilidade e simpatia na procura da resposta / solução;
3. Produto ou serviço disponível e em quantidade, de acordo com a necessidade;
4. Qualidade e ou marca de referência;

- 5.Preço de acordo com a expectativa;
- 6.Cumprimento das promessas;
- 7.Acompanhamento sem pressão.

Habitualmente, os Clientes atribuem mais peso, à eficiência na resposta e à capacidade de oferta daquilo que verdadeiramente necessitam e em preço, valorizando ainda um bom aconselhamento.

Na perspectiva do serviço ao Cliente e da sua completa satisfação, quando visita espaços de venda, o Cliente prefere:

- 1.Condições de recepção e atendimento;
- 2.Preparação da oferta, exposição adequada, promoções com interesse e vantajosas;
- 3.Escolha adequada dos momentos de contacto, pois gosta de se sentir liberto;
- 4.Actualização permanente sobre as suas motivações de compra, apoiado em sinalização e informação adequada;
- 5.Atensõesobreassuasreações e opiniões;
- 6.Adaptação do espaço às suas preferências (produto certo, local certo, quantidade certa, momento certo);
- 7.Higiene e limpeza.

Percebendo estas motivações, deveremos adaptá-las em cada momento de contacto, ao perfil e Sabemos que existem Clientes difíceis, diria menos acessíveis, permanentemente insatisfeitos, inseguros, que transferem para quem o contacta, toda essa energia negativa. Nesses casos, devemos ser pacientes, não demonstrar desgaste, manter a calma, deixar falar (esvaziar o saco), e partir então para a reconquista. Clientes difíceis, querem que os olhemos olhos nos olhos, de frente, de forma segura mas aberta, não transmitindo negativismo, dando-lhe a entender que a nossa segurança significa solução (mesmo que não seja a que ele (a) pretende). No entanto garanta o respeito e controle as emoções.

No nosso caso concreto, como Clientes somos habitualmente muito exigentes, impacientes, pouco tolerantes, não confiando nos primeiros contactos (desconfiados), fidelizamos-nos no entanto com mais facilidade, da mesma forma que uma pequena insatisfação não solucionada, nos leva ao abandono na preferência.

Este nosso perfil, significa, que cada vez mais estamos informados sobre o que preferimos, motivo

pelo qual o comércio começa a ter de considerar de forma mais segura a relação marca, qualidade, preço.

O processo de fidelização dos Clientes, baseia-se por isso, na capacidade de conhecimento e em cada momento de contacto/venda lhe demonstrarmos vantagens efectivas.

Veja-se que, a maioria dos Clientes no momento a seguir à compra se arrepende e pensa se não a poderia ter evitado (pesa o valor gasto e compara-o com os benefícios). É por isso importante, dar-lhe a noção de valor, investimento, apreciação, segurança e motivação para a continuidade na preferência.

A fidelização consegue-se pelo acompanhamento, não deixando perder o Cliente, não o perdendo de vista.

Uma última reflexão sobre a gestão e acompanhamento de Clientes.

Existindo uma carteira de Clientes, é importante valorizá-la e atribuir-lhe pesos, definido o perfil e a sua dimensão. numa valorização de base ABC. É esta valorização, que permite definir o nível de acompanhamento e potencial de compra para cada Cliente.

Este é o princípio que permite, vender mais, vendendo melhor, valorizando e otimizando o potencial de cada cliente e percebendo o peso que tem na carteira global de clientes.

Muitas vezes, temos na nossa carteira, Clientes que têm para nós um valor C (Cliente de dimensão menor) e para o mercado em geral valem B ou mesmo A. Estamos perante um Cliente de potencial a explorar, que na maioria dos casos, não é acompanhado e acaba até por se perder.

Este perfil de Clientes, tem decerto um tratamento preferencial de outro fornecedor, que nos coloca desta forma em segundo plano.

Atitude gera atitude e este distanciamento leva de igual modo a darmos muitas vezes mais atenção e a investir mais em Clientes C do que em A's que para nós estão fidelizados.

Nestes casos deve existir um plano de venda e acompanhamento de cada Cliente, onde estão reflectidos os esforços e níveis de envolvimento em função da sua valorização. Falo de personalização pela valorização real/potencial a explorar.

Veja-se como é importante, estar na pele do Cliente, do seu lado, só assim nos apercebemos do seu

verdadeiro potencial, do que está a comprar e o que pode realmente vir a comprar.

E já agora, faça o exercício de se avaliar nas duas posições, como comprador e como Cliente, teste a sua capacidade de escuta, paciência, tolerância, facilite essa relação, faça-se entender, respeite para ser respeitado, fazendo desses momentos, momentos de conquista, esclarecimento e convívio saudável. Perceberá seguramente que todos somos Clientes e que queremos comprar mais se necessitamos realmente, mas acima de tudo melhor.

I.3 Ajustamento no tarifário de energia precipita súbita dos preços produtos de cesta básica

Jornal Manchete

18 De Julho de 2019

Texto: Mário Cassanda

Mal o Governo anunciou o ajustamento no tarifário de energia eléctrica, uma semana antes da entrada em vigor, a 15 deste mês, os preços dos principais produtos da cesta básica registaram um aumento entre 20 a 30 por cento, apurou o *Manchete* em alguns estabelecimentos comerciais e mercados informais de Luanda.

Numa ronda efectuada em alguns armazéns constatamos que, o saco de arroz de 25 quilogramas custa agora 5.750 kwanzas, contra 5.500 anteriores. O saco de açúcar de 50 quilogramas custa 12.900 kwanzas, contra 11.050. O saco de farinha de milho de 25 quilogramas está a ser vendido ao preço de 8.050 kwanzas, contra 7 mil anteriores. Um bidão de óleo alimentar de cinco litros está a 2.100 kwanzas, contra 1.750 aplicados antes. Uma caixa de massa alimentar custa 4.100 kwanzas, contra 3.200 anteriores.

Os cidadãos que entrevistamos não têm dúvida que a subida dos bens alimentares, se deve ao ajustamento no tarifário de energia eléctrica.

Juliana Domingos mostra-se preocupada com esta situação, numa altura em pretendia comprar um saco de arroz, um de farinha de milho e um bidão de óleo alimentar de cinco litros, para as refeições da família.

Ela viu-se obrigada excluir o saco de farinha de milho porque só trazia 10 mil kwanzas do preço anterior. "Hoje já não conseguimos comprar o saco de açúcar de 50 quilogramas por estar muito caro, penso que amanhã será também o saco de arroz, se continuarem a aumentar sem parar os preços", lamentou a mesma à nossa reportagem.

Quem também se sente inquietada com a subida dos preços é Amélia Alberto. "Mas onde é que vamos parar com estas subidas!": questiona a fonte.

Fernando Mendonça, funcionário público, é de opinião que o Governo deve explicar melhor a população sobre as suas políticas, quanto a necessidade no ajustamento do tarifário de energia, visto que nesta altura a condição financeira das famílias não é favorável.

"Eu já começo a sentir o peso desta nova medida do Governo": lamentou, alegando temer que tal situação venha complicar mais ainda a vida das famílias carenciadas. Entretanto, à nossa reportagem, os vendedores dos mercados informais explicaram ter aumentado os preços por também terem comprado a preços mais altos aos armazenistas, um ramo do comércio que é dominado por expatriados da África Ocidental. Estes, por sua vez, apontam o dedo aos grossistas, proferindo que são eles que têm estado a subir os preços.

"Quando aumentam, nós também subimos um pouco para termos lucros que possibilitem a reposição do stock" justificou o gerente de um armazém na zona do Kicolo, em Cacuaco, que preferiu o anonimato.

Recorde-se que, as novas tarifas de electricidade entraram em vigor, com as autoridades a assegurarem manutenção dos preços para consumidores da "categoria social": com capacidade reduzida de consumo, e aumento para metade aos da categoria "doméstica especial":

De acordo com o novo tarifário de energia, os consumidores da categoria social, com capacidade reduzida em termos de consumo, vão continuar a pagar 2,46 kwanzas/quilowatts, enquanto para os de consumo baixo de 200 quilowatts o valor sobe de três kwanzas para 6,41 kwanzas.

Em relação a categoria "doméstica geral": agora designada "categoria doméstica monofásica", que integra a maioria dos consumidores de electricidade em Angola, passa agora dos 6,53 kwanzas para 10,89 kwanzas.

O economista Martins Barcelar, citado pela Angop, considerou que o ajustamento de energia vai exigir dos consumidores, sobretudo das famílias, uma maior racionalização, de modo a evitar alterações substanciais nas suas estruturas de custos.

Na sua óptica, o novo tarifário pode sobrecarregar o bolso das famílias, caso não racionalizem o consumo. "Hoje temos a energia eléctrica como um bem de primeira necessidade e nesta altura da economia, o

reajuste vai acarretar maior responsabilidade das famílias no consumo': referiu.

O economista entende ser uma medida necessária o ajustamento do tarifário, para fazer face aos custos operacionais das empresas de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica, uma vez que o Governo tem estado a reduzir os subsídios a preço.

A propósito, o bispo católico da província de Cabinda alerta que as novas tarifas de electricidade, vão "inflacionar os preços de vários serviços": receando uma "revolta social" devido aos "impostos sufocantes".

Segundo Belmiro Tchissengueti, a medida do Governo, "contrasta com a actual redução ou estagnação da qualidade de vida dos cidadãos': porque os cidadãos "vão pagar mais" pela energia que consomem. "De forma que vão ter o combustível a subir, também pelo que se tem ouvido, aliás já sentimos em todos os cantos as exigências, relativamente, aos impostos onde há um crescendo, mas há uma redução ou estagnação na qualidade de vida" disse o prelado.

"Temos de também de ter em conta que, apesar da dificuldade que se vive, fruto da má gestão do erário público, na verdade os pobres são sempre os mais prejudicados, porque subindo a energia vai subir o preço do táxi, das moageiras e vai subir uma série de serviços com bastante descontrolo': alertou.

A equipa de reportagem do *Manchete* apurou que os consumidores já pagam a factura com redução do tamanho do pão fruto da subida do preço do saco da farinha de trigo, Entretanto, o Ministério das Finanças refere que esta actualização dos tarifários dos serviços de electricidade, que deveria vigorar desde o passado dia 24 de Junho, decorre de uma medida estrutural de gestão macroeconómica, que passa por garantir que os subsídios beneficiem efectivamente os segmentos mais vulneráveis da população, contrariamente ao que vinha sucedendo até agora.

1.4 Combate à pobreza beneficia milhões

Jornal de Angola
23 De Julho, 2019
Texto: João Dias

Um total de 2.525.444 cidadãos nacionais de várias partes do país beneficia de 774 projectos nas mais diversas áreas, num investimento de 14,5 mil milhões de kwanzas, aplicados para a implementação do

Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.

A informação consta do comunicado final da 6ª sessão ordinária da Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros, orientada ontem pela ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira. De acordo com dados recolhidos durante o primeiro semestre deste ano, 15.152.664 pessoas beneficiaram igualmente do programa de forma indirecta.

Durante a reunião realizada na sala de reuniões do Gabinete de Gestão Documental e Biblioteca da Secretaria Geral dos Órgãos Auxiliares do Presidente da República, a Comissão para a Política Social avaliou o estado de implementação do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza e, embora não tenha entrado em detalhes, identificou os principais constrangimentos e as respectivas propostas de soluções.

No domínio da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, a Comissão apreciou um relatório sobre o encontro realizado entre representantes do sector e a delegação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e outro sobre a situação dos refugiados no Lóvua, província da Lunda-Norte. Os membros da Comissão abordaram questões relativas ao assentamento, assistência e repatriamento dos refugiados da República Democrática do Congo.

A ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Faustina Inglês de Almeida Alves, afirmou, à imprensa, que o Executivo tem feito o seu papel relativamente ao apoio às populações afectadas pela seca. Faustina Inglês reconheceu que o Executivo também tem recebido o apoio da sociedade. "Estamos a reforçar todo o quadro para mitigar a fome, mas também ver a situação da água. Recebemos toneladas de alimentos e, em breve, devemos fazer chegar à população", adiantou.

Quanto aos refugiados na Lunda-Norte, a ministra considerou a situação estável, fruto de um trabalho conjunto com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

A Comissão para a Política Social apreciou também um outro relatório sobre as visitas realizadas às províncias do Cuando Cubango, Cunene, Huíla e Namibe, com vista a aferir o grau de implementação das medidas adoptadas para mitigar os efeitos da estiagem junto das populações daquelas localidades, tendo constatado que a situação continua preocupante.

Melhoria do sector da Saúde

Na reunião de ontem, a Comissão para a Política Social apreciou, igualmente, um conjunto de medidas a adoptar para a melhoria do sector da Saúde, fundamentalmente nos domínios da assistência médica e medicamentosa, da saúde materno-infantil e nutrição, do combate às grandes endemias e reforço do sistema de informação sanitária e do desenvolvimento da investigação em saúde.

Para tal, estabeleceu-se como prioridade, os recursos humanos, a logística de medicamentos, equipamentos e outros meios médicos, infra-estruturas, prestação de serviço e legislação componente.

A Comissão apreciou ainda o relatório sobre a realização do 1º Fórum Nacional sobre a Educação da Primeira Infância, que analisou a situação actual da educação da primeira infância, levando em consideração as estratégias e acções conjuntas definidas para a promoção do seu desenvolvimento integral.

Durante a reunião, a Co-missão foi informada sobre a metodologia a adoptar no processo de coordenação e acompanhamento dos diferentes programas do sector social em curso, para permitir uma melhor avaliação da sua execução e adopção de soluções pertinentes aos principais constrangimentos, tendo em conta as prioridades do Executivo. Foi também avaliada a situação epidemiológica da pólio no país, onde foram registados alguns casos nos últimos dias.

“Temos cinco casos a nível nacional. Dois casos na Lunda-Norte, dois na Huíla e um no Huambo. Estão em curso medidas necessárias para o combate ao surto. Já foi feita a primeira e segunda ronda de vacinação de bloqueio na Lunda-Norte. Nos próximos dias faremos no Huambo e Huíla. Pensamos controlar rapidamente a situação, além da vigilância epidemiológica apertada”, garantiu a ministra da Saúde, em breves declarações à imprensa, no termo da reunião.

Para melhorar o sector da Saúde, Sílvia Lutucuta disse haver medidas que passam pela melhoria no financiamento, na motivação dos recursos humanos, nas infra-estruturas logísticas e de medicamentos e um envolvimento multisectorial.

A Comissão apreciou ainda a Proposta de Lei sobre o Regime de Protecção Especial do Antigo Combatente e do Veterano da Pátria, diploma que estabelece o regime de protecção especial que o Estado atribui aos ex-militares tombados. Recomendou-se que os diferentes departamentos ministeriais remetam as suas contribuições ao sector proponente, no prazo de 15 dias, para que o Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da

Pátria possa apresentar, na próxima reunião, uma proposta consensual para ser encaminhada ao Conselho de Ministros.

Política da Juventude

Relativamente à juventude, os membros da Comissão para a Política Social apreciaram o Decreto Presidencial que aprova a Política Nacional da Juventude, instrumento de coordenação multisectorial que, alinhado com a Carta Nacional da Juventude, visa olhar com maior atenção para os problemas que mais afligem os jovens.

O Decreto Presidencial visa ainda definir as acções prioritárias a serem implementadas para esta franja da população, sobretudo as que incidem sobre o acesso aos serviços básicos como emprego, escolaridade e participação na vida pública e política do país.

1.5 Cartoon

Jornal EXPANSÃO
12 De Julho de 2019



1.6 45 famílias carenciadas beneficiam de apoio

Jornal de Angola
17 De Julho, 2019

Texto: Manuel Barros

Um total de 45 famílias carenciadas, do bairro Paraíso, no município de Cacucaco, em Luanda, vai, nos próximos dias beneficiar de apoio da Direcção Municipal da Acção Social, Família e Promoção do Género de kits de serralharia e corte e costura.

A directora municipal da Acção Social, Família e Promoção do Género, em Cacucaco, Isabel Vesse,

disse que pretende-se, com esta acção, ajudar as famílias a sair da situação de precariedade em que muitas se encontram.

Lembrou que, inicialmente, foi feito, com apoio dos coordenadores de quarteirões e chefias da Comissão de Moradores, um levantamento no bairro Paraíso para identificar as famílias mais carenciadas e organizadas em cooperativas, que devem beneficiar de kits. Isabel Vesse informou que, com base neste processo, foram já seleccionadas e enviada uma lista com os respectivos nomes para o gabinete provincial do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU). Acrescentou que, por esta altura, aguarda-se pelo deferimento, para que as comunidades possam ter conhecimento.

Garantiu tratar-se de um processo com rigor e transparência, daí ter orientado os seus colaboradores no sentido de trabalhar com lisura, para que os beneficiários sejam de facto os que realmente mais precisam.

“Na organização das listas orientamos os coordenadores de bairro, acompanhados do administrador do distrito e a comissão de bairro, a inserir famílias da mesma comunidade. Uma semana antes da entrega dos kits, dirigimo-nos as tais cooperativas”, disse a responsável.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Kifcrédito fecha contas anuais com prejuízos

Economia & Finanças

05 De Julho de 2019

Texto: Isaque Lourenço

A Kifcrédito - Sociedade de Micro crédito - acumulou de Agosto a Dezembro de 2018 um prejuízo de 3,1 milhões de kwanzas no seu resultado operacional.

Conforme as demonstrações financeiras publicadas nas páginas de publicidade do Jornal de Angola, a entidade captou em resultados de intermediação financeira 1,01 milhão de kwanzas contra os 4,1 milhões de kwanzas de custos administrativos e de comercialização.

As contas verificadas pela UHY - Paredes e Associados - Angola / Consultores e Auditores fixam os valores de 3,1 milhões de kwanzas como resultado antes dos impostos um cenário que abre margem a correcções futuras após reverificação da situação fiscal da empresa.

"Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria", escreve.

O auditor alerta que as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa durante um período de 5 e 10 anos para a Segurança Social. Desse procedimento de revisão, alerta a auditoria, pode resultar por diferentes interpretações eventuais correcções de natureza fiscal.

Contudo, admitem que não deverá ocorrer alterações profundas aos actuais indicadores.

É já nesta perspectiva que a gerência da KIF - Sociedade de Micro crédito deliberou pelo aumento do capital social de 22,5 milhões e os Fundos Próprios.

O contabilista e também auditor Adão Domingos entende que a situação de muitas empresas é preocupante, uma vez que muitas das empresas financeiras não bancárias foram constituídas na estratégia de actuação no mercado cambial, por via de compra e venda de divisas.

"O momento do mercado fez cair estas estratégias e afectou com isso a saúde financeira das empresas", afirmou.

2.2 Mais de cem jovens beneficiam de crédito

Jornal de Angola

07 De Julho de 2019

Texto: José Caves

Mais de cem finalistas de cursos de formação profissional no município do Andulo, província do Bié, estão a beneficiar de micro créditos, no âmbito do programa de empreendedorismo na comunidade, denominado "Amigo Sol", segundo o director-geral do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), Manuel Bangué.

O projecto, criado em 2010, por iniciativa do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MPTSS), em parceria com o Banco Sol, visa a promoção do empreendedorismo e o fomento do auto-emprego.

O director-geral do Instituto nacional de Emprego e Formação Profissional acrescentou que cada beneficiário vai receber 230 mil kwanzas, cujo reembolso começa a ser feito depois de três meses.

O ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Jesus Maiato, assegurou que o Executivo vai continuar a apostar na formação profissional e no empreendedorismo. "Entendemos que o futuro da juventude passa por obter conhecimentos que lhes permita o exercício de uma profissão e a criação de auto-emprego", afirmou, acrescentando que "o programa de empreendedorismo na comunidade tem sido um sucesso".

Jesus Maiato apelou ao "sentido de responsabilidade", quando se referiu à devolução dos empréstimos, para que outros jovens tenham a mesma oportunidade. Afirmou que nos próximos três anos vão ser entregues cerca de dez mil micro créditos e mais de 40 mil kits para empreendedores em todo o país, para ajudar os jovens e outras franjas da sociedade, essencialmente as mulheres.

O governador do Bié, Pereira Alfredo, disse que a implementação deste projecto no município do Andulo vai permitir que os jovens apostem mais no empreendedorismo, bem como no fomento do emprego.

Eunice Cassinda, de 23 anos, é uma das beneficiárias do micro crédito "Sol Amigo". A jovem frequentou cursos de gestão de negócios e diz estar em condições para ser uma empreendedora bem-sucedida, tendo iniciado já um negócio de venda de roupa e calçados. Com o empréstimo que recebeu

pretende apostar no ramo de estética, abrindo um salão de beleza, a fim de diversificar o negócio.

Eunice Cassinda aconselha os jovens sem formação na província do Bié a procurarem os centros de formação profissional, para facilitar o seu ingresso no mercado de trabalho.

David Sambala, de 30 anos, outro beneficiário, disse estar satisfeito com o micro crédito, porque vai facilitar a pôr em prática os seus projectos de empreendedor. Apelou aos jovens a apostar na formação profissional, de forma a ajudar a desenvolver a economia do país.

Durante a visita de algumas horas ao Andulo, o ministro visitou o Centro de Emprego e Formação Profissional, o centro de formação profissional de artes e ofícios e os serviços municipais do Instituto Nacional de Segurança Social.

Jesus Maiato deslocou-se também ao município de Catabola, onde visitou a Escola de Práticas Agrárias, que carece de reabilitação.

2.3 Pequenos empreendedores vão receber financiamento

Jornal de Angola

11 De Julho de 2019

Texto: Manuela Mateus

Micros, pequenas e médias empresas angolanas vão receber financiamento, no âmbito de um acordo, denominado “Protocolo do Compacto Lusófono”, celebrado, ontem, em Luanda, entre Angola, Portugal e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

O protocolo foi celebrado, por Angola, pelo ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, por Portugal, pela secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Teresa Ribeiro, e, em nome do Banco Africano de Desenvolvimento, pelo vice-presidente da instituição bancária, Mateus Magala.

O protocolo, cuja execução vai ocorrer também noutros países africanos de língua portuguesa, tem o objectivo de mobilizar o sector privado e contribuir para o desenvolvimento sustentável.

A celebração do protocolo foi antecedida da apresentação do documento pela secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal e pelo vice-presidente do Banco Africano de Desenvolvimento. Teresa Ribeiro revelou que, por força do protocolo, Portugal vai disponibilizar 400 milhões de euros, “em garantias para a

operacionalização do compacto lusófono”, um montante que ilustra o compromisso do seu país com o cumprimento dos objectivos constantes do documento, assinado no segundo dia da 35ª edição da Feira Internacional de Luanda (Filda).

“Este investimento vai funcionar e ter resultados seguros”, declarou, confiante, a secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal, que disse tratar-se de um protocolo pioneiro, razão pela qual vai ser, na sua opinião, seguido por outros espaços geolinguísticos.

O vice-presidente do BAD, Mateus Magala, considerou o protocolo “muito importante para o futuro de Angola, onde o sector privado, embora diversificado, enfrenta grandes desafios. “O sector privado é fundamental para Angola”, declarou Mateus Magala, para quem são os privados que criam emprego de qualidade, além de serem fonte de riqueza, de oportunidade para jovens e formadores de uma parte da sociedade civil.

2.4 Casas de câmbio perdem licença por inactividade

Jornal Economia e Finanças

12 De Julho 2019

Seis casas de câmbio e uma cooperativa de crédito perderam, recentemente, a licença de operações por inactividade acima de seis meses.

Trata-se da Dias & Poeira, Expresso, Global, Kétsis, Nevisa e Ponto Câmbios, todas Casas de Câmbio, e a Rede Crédito – Cooperativa de Crédito.

O Banco Nacional de Angola, que procedeu a retirada da respectiva licença de operador, justifica a medida de revogação como estando no seu âmbito de organismo de regulação e supervisão e garante da estabilidade do sistema financeiro, ao abrigo do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 16/10, de 15 de Julho.

No comunicado que fez sair, o banco central dá um prazo máximo de 30 (trinta) às instituições públicas e privadas, com direitos de crédito sobre os referidos operadores a fim de participar os mesmos junto do Departamento de Regulação e Organização do Sistema Financeiro do BNA.

Além de 26 bancos autorizados, uma sociedade de locação financeira, estão também em operações no sistema financeiro angolano 71 casas de câmbio. Destas, 45 casas de câmbio estão autorizadas a exercer a actividade de remessa de valores, 24 sociedades de micro-crédito, três cooperativas de

crédito, uma sociedade prestadora de serviços de pagamentos, 15 sociedades de remessas de valores e três escritórios de representação em Angola de bancos estrangeiros.

A medida do banco central é uma sequência de um processo que no ano passado retirou também no sistema bancário os bancos Postal, Mais e BANC, por incapacidade de ajustamentos dos fundos próprios regulamentares.

Conforme citado pelo Jornal de Angola, desde Janeiro de 2018 que as casas de câmbio deixaram de obter divisas através dos leilões semanais, realizados pelo BNA, o que levou à paralisação das actividades, tendo, em Abril desse ano, a Associação das Casas de Câmbio e Angola (ACCA) enviado uma carta ao governador do banco central, José de Lima Massano, a apelar para a resolução da situação, que levou ao despedimento de centenas de trabalhadores.

“Não se entende como é que as ‘kinguilas’ (cambistas do mercado paralelo) têm acesso às divisas, que são comercializadas de forma especulativa no mercado informal. Nós, que apoiamos o sector financeiro, estamos sem as notas”, lê-se no documento, que nunca obteve resposta.

Com o difícil acesso ao mercado cambial, as casas de câmbio passaram a ter os dias contados.

2.5 Défice de financiamento fixado em 34 mil milhões de dólares

Jornal de Economia e Finanças
12 De Julho de 2019

A IFC, membro do banco Mundial, estima que cerca de 92 por cento das pequenas e médias empresas em Angola não tenham acesso a financiamento, o que equivale a um défice de financiamento de 34 mil milhões de dólares.

Recentemente, o IFC disponibilizou um empréstimo de longo prazo, no valor de 50 milhões de dólares, ao Banco Millennium Atlântico para aumentar o crédito às pequenas e médias empresas (PME) em Angola, complementado por uma linha de apoio a transacções de comércio internacional, que ascende também a 50 milhões de dólares, sob a plataforma GTFP -Global Finance Trade Finance Program da IFC.

O acordo entre as duas instituições financeiras foi rubricado em Luanda, nas instalações do Atlântico, pelo presidente da Comissão Executiva, Daniel Santos, por Manuel Reyes-Retana, director Regional da IFC para África e o Médio Oriente, e por Kevin

Njiraini, director Regional da IFC para a África Subsariana e para a Nigéria.

O acordo inclui um empréstimo e a disponibilização de serviços de consultoria para ajudar o banco angolano a transformar a sua proposta de valor para as pequenas e médias empresas e a aumentar a sua carteira de crédito.

“O Atlântico está empenhado em apoiar o empreendedorismo em Angola e acredita que a construção de um ambiente de pequenas empresas mais fortes é fundamental para a diversificação económica e para o desenvolvimento do país”, afirmou.

As pequenas e médias empresas são um segmento importante, porque geram empregos, apoiam a diversificação da economia e o aliviar da dependência das receitas da exportação de petróleo.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Redução do sector informal entre os principais desafios

Jornal de Angola
04 De Julho, 2019

O governador do Banco Nacional de Angola (BNA) considera que o país tem vários desafios a enfrentar, destacando entre eles a redução da dimensão do sector informal na economia e o incentivo à inovação, de acordo com uma nota oficial.

José de Lima Massano, citado ontem num comunicado do BNA, falava na terça-feira na Universidade de Cambridge (Reino Unido) sobre o tema “O Papel da Regulamentação Bancária na Promoção das Instituições Financeiras - O Caso Angolano”.

“O BNA tem trabalhado a fim de aumentar a compreensão dos conceitos básicos de serviços bancários e produtos financeiros, salvaguardar os direitos dos consumidores, promover a utilização dos meios de pagamento electrónicos, reduzir a dimensão do sector informal na economia, desenvolver sistemas analíticos para a gestão de risco e incentivar a inovação, preservando a estabilidade financeira”, disse Lima Massano.

Na ocasião, o governador fez uma caracterização do país, sobretudo os desafios e as iniciativas encetadas pelo BNA, em parceria com o Ministério das Finanças, Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (ARSEG) e Comissão do Mercado de Capitais (CMC), no âmbito do Plano Nacional para a Inclusão Financeira, aprovado em 2018.

No comunicado, o Banco central salienta, citando o governador, que graças ao Plano de Acção Conjunta com o Ministério da Educação, celebrado em 2015, cujo objectivo foi a inclusão de conteúdos de Educação Financeira no programa escolar, foram formados neste domínio cerca de 3 500 professores, que leccionam hoje matérias sobre Educação Financeira a 311 208 alunos em todo o território nacional.

A presença de Lima Massano na conferência surge na sequência de um convite do Cambridge Centre for Alternative Finance (CCAF), instituto de investigação, criado em 2015 como parte da

Cambridge Judge Business School, University of Cambridge, no Reino Unido.

A investigação do centro focaliza-se em canais e instrumentos financeiros que emergem fora dos ecossistemas financeiros tradicionais.

À semelhança de outras entidades ligadas à inclusão financeira, José de Lima Massano esteve perante uma audiência diversificada, na qual se destacaram altos dignitários do Banco Mundial, Indian School of Business, Inter-American Development Bank, Financial Conduct Authority, Princeton University, Banco do Brasil.

A Conferência Anual de Cambridge, que ocorre desde 2016, teve este ano como tema “Transformando as Finanças Alternativas: Inovação, Confiança e Impacto”.

O evento foi palco de reflexão sobre as actividades e recursos mundiais alternativos de finanças (finTechs) e a necessidade de se analisarem os pontos críticos e acompanhar, ao mesmo ritmo, a célere evolução tecnológica na indústria financeira.

Para tal, reúne reguladores, empresários e académicos para debater experiências globais de mercado, modelos de negócios, desafios e oportunidades de regulação das economias avançadas.

3.2 Mais de 60% da população angolana está empregada

Jornal de Angola
05 De Julho de 2019
Texto: Edivaldo Cristóvão

Mais de 60 por cento da população angolana têm emprego, mas, na sua maioria, trabalha no mercado informal, declarou ontem, em Luanda, o secretário de Estado do Trabalho e Segurança Social (MAPTSS).

Ao intervir no acto que marcou a apresentação do Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE) ao Governo Provincial de Luanda (GPL) e seus administradores municipais, Manuel Moreira disse que os dados publicados recentemente pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) apontam que 28,5 por cento da população angolana é desempregada, calculada em cerca de três milhões de habitantes nesta condição ..

"Podemos fazer uma leitura inversa, tendo em conta que a taxa de actividades abrange mais de 60 por cento da população angolana que está empregada. Grande parte está no' mercado informal, onde as

“pessoas têm trabalho e renda, mas o que ganham não se reflecte na economia real”, afirmou.

Num encontro, promovido pelo MAPTSS e que serviu para identificar as modalidades de intervenção, de modo a dar o melhor encaminhamento aos beneficiários, o secretário de Estado reafirmou que o Executivo assumiu, como um dos eixos de actuação, a implementação de programas que visam o aumento dos níveis de empregabilidade, como mecanismo de combate à pobreza e a exclusão social.

Além disso, disse, há o compromisso da criação de cerca de 500 mil postos de trabalho, que deverão ser absorvidos pelo sector Produtivo da Economia e não pela administração pública, como se tem propalado.

No relatório de fundamentação da proposta para o OGE de 2019 apresentado no encontro, perspectiva-se que a economia angolana cresça 2,8 por cento, como resultado do crescimento de 3,1 por cento no sector Petrolífero e de 2,6 no sector não petrolífero.

De igual modo, as projecções apontam a inflação anual de 19,7 por cento até finais de 2018. Em 2019 pretende-se atingir uma taxa de inflação de 15 por cento.

O secretário de Estado disse que os empregos, além de gerarem riqueza e melhorar o Produto Interno Bruto (PIB) do país, têm reflexos na vida do próprio funcionário, que é inserido na Segurança Social.

“Estamos a criar condições para que as pessoas possam exercer uma actividade regular e legal, sem precisar fugir da Polícia ou dos fiscais. Essa situação vai ainda garantir a reforma destes trabalhadores com a inscrição no INSS”, garantiu.

Durante a apresentação da implementação do PAPE, Manuel Moleira garantiu que o plano vai reduzir a taxa de desemprego, combater a pobreza, a vulnerabilidade e, com isso, haverá um aumento na economia, o que fará com que o país melhore.

No âmbito do PAPE serão propostos novos modelos de legalização das miem e peque nas empresas, num processo simples, rápido, barato e menos burocrático.

De igual modo será sugerida a redução ou eliminação da carga fiscal para fomento e sustentabilidade da actividade produtiva nos primeiros 12 a 24 meses de actividade, para que o pequeno empreendedor “não morra à nascença”,

Os interessados em inscrever-se no PAPE devem, nesta primeira fase, fazê-lo de forma presencial nos

centros do Instituto Nacional de Formação Profissional (Inefop).

O processo de inscrição passa a ser feito a partir dos próximos dias, através dos endereços electrónicos www.pape.gov.ao/ www.maptss.gov.ao/, papetemaptss.gov.ao/, que estarão disponíveis no Serviço de Plataforma Electrónica (Sepe) e em aplicativo móvel, para os androids e iPhone e a linha telefónica + 244 222 338940, bem como as redes sociais do Facebook, YouTube e do whatsapp.

Estará ainda disponível a ferramenta Ebumba, a ser lançada brevemente para prestação de serviços de auxílio ao Inefop. As plataformas ou ferramentas de gestão vão permitir que a pessoa beneficiada seja seguida no decorrer das suas actividades para que continue e desenvolva cada vez mais o seu negócio

3.3 Pouco peixe e muitas embarcações em terra à espera de legalizar a actividade

Jornal Economia e Finanças

05 De Julho de 2019

Texto: António Eugénio

A afluência de pessoas a procura de peixe nos mercados do município de Cacucaco e no distrito Urbano da Samba, Luanda, mostra que o pescado é dos alimentos mais consumido na Capital angolana

Há um aglomerado de gente nos dois locais. Uns descarregar, comprar, escamar e a vender o produto conseguido por centenas de pescadores que durante três ou quatro dias fazem-se ao mar galgando acima de 50 milhas.

Nem sempre os resultados são os esperados... Como diz o velho ditado “quem vai pescar também pode ser pescado”. A época do ano e a sorte ditam o ganho ou o revés. Dizem os marinheiros das pequenas embarcações.

Paulo Morgado e António Maleiro, dois marinheiros parados ao lado da pequena embarcação com mantimentos, medicamentos de socorro estão disponíveis. São 12 horas e 30 minutos, o embarque esta marcado para as 13h00. Uma proeza conse Guida fruto das novas medidas para regular a actividade da pesca em Angola.

“Antes era impensável sair a esta hora, havia muita desorganização, agora aqueles que não fizeram o licenciamento não pescam. Gostamos da medida”, disse Paulo Morgado. A medida é apoiada por todos os agentes envolvidos na actividade.

Na zona de venda de peixe em Cacuoaco uma dezena de pequenas embarcações são invadidas pelos compradores. Igual número esta encostada por não ter recorrido ao novo processo de licenciamento levado a cabo pela fiscalização marítima. As quantidades capturadas de peixe para o consumo baixaram e os preços subiram.

Carapau Escasso

O peixe Carapau é uma raridade. Nota-se mais a Lambula, Cachucho, Pungo e a Garoupa. No local há um mau cheiro. Amontoado de lixo, as vísceras são atiradas ao mar e posteriormente as ondas trazem se volta à costa.

A água usada para lavar o pescado é “turva”, é de longe imprópria para consumir.

Duas irmãs Maria e Celestina Capita fazem desta actividade o seu ganha-pão. Parece que a sanidade pouco importa aos compradores e vendedores. Sentadas, escamam e salgam o produto. Depois uma delas leva à localidade do Kibaxe, na província do Bengo, terra natal, onde fazem a revenda. Compram seis peixes ao preço de 300 kwanzas, o escalado vendem dois a 200 kwanzas.

“Vamos vender o peixe salgamos no Kibaxi”, conta. Ao lado está o jovem Afonso Canibue, roboteiro, que se encarrega de transportar até à beira da estrada e recebe uma quantia de 500 kwanzas.

Com o pouco que ganha, sustenta a família e os estudos dos pequenos. Oriundo de Benguela, o que sobra manda para a família, à terra natal.

À escassos metros, está o Albano Américo, deficiente dos membros superiores. Está sentado numa motorizada de três rodas que chamam de “Caleluia”, carregada de pescado de três clientes. “Por cada carregamento de peixe recebo a quantia de 3.500 kwanzas”

Ao lado da moto está Joana Cândida. Tem na venda do peixe, o seu sustento. Por cinco peixes “Kinbumbu”, o interessado paga 2.500 kwanzas, contra metade que anteriormente cobrava.

O preço da venda do peixe no mercado da Samba é o mesmo, a diferença reside nas condições sanitárias. Há limpeza todos os dias nota-se uma organização entre os vendedores.

“Ngana Weza” é o nome de um dos funcionários do mercado. Conta que há uma obrigatoriedade em “manter o local limpo”. Mas, salta à uma bacia de peixe” miúdo” carregada numa embarcação.

A curiosidade causa-nos espanto. O que vão fazer com aquele peixe pequeno? “ serve de isca para atrair o peixe no alto mar” disse um jovem.

Pesca Ilegal

De repente um marinheiro detalha que no alto mar a embarcações estrangeiras

“ Levam tudo, não deixam nem sequer os ovos. A fiscalização parece que não chega lá”, conta o pescador identificado com Marquito. Com um balde de combustível de 20 litros na mão, o jovem está pronto para uma nova empreitada. Tem a licença renovada e “tudo em dia”. Vai fazer-se ao mar às 16h00. “ Desde que se tomaram as novas medidas, cada um organiza-se e sai à hora que lhe convier”, avança.

“Operação Transparência”

Dados disponíveis revelam que 16 embarcações de pequeno porte e semi-industriais, das mais de 38 interpeladas pela fiscalização, foram apreendidas na costa marítima angolana durante os primeiros 15 dias da “ Operação Transparência” no mar, lançada a 25 de Março deste ano.

As embarcações estavam carregadas de peixe. A “ Operação Transparência” abarcou quatro zonas de actuação, nomeadamente a zona A, que compreende as regiões de Cabinda e Soyo; B (Nzeto, Luanda e Cabo Ledo); C (Porto- Amboim, Lobito, Baía Farta e Lucira) e D (Moçâmedes, Tômbwa e Baía dos Tigres).

Destas 16 embarcações (Sete semi-industriais e nove de pequeno porte), seis dedicavam-se a pesca pelágica e tinham a bordo 15.850 quilos de marisco, 530 quilogramas de pescado diverso.

A operação no mar, que também serve para unir as acções dos Departamentos Ministeriais das Pescas, do Ambiente bem como do Interior tem como pano de fundo garantir a segurança nacional e ambiental, estabelecer um bom ambiente comercial, além de proteger a fauna marítima.

Segundo dados da FAO, o consumo de peixe em África tem estado a subir, sendo 8,3 quilos por habitante por ano.

O continente consome menos peixe, em comparação às quantidades recomendadas, estimadas em 14 quilos por ano, segundo os nutricionistas.

Consta que Angola, considera o sector das Pescas e do Mar como sendo importante para o desenvolvimento económico e social.

Esta realidade pode ser contraída por causa dos recursos marítimos que têm estado a ser explorados sem limites, aliada a pressão sobre os ecossistemas que aos poucos começam a dar sinais preocupantes de extinção.

3.4 Vender mais vendendo melhor

Jornal EXPANSÃO

12 De Julho de 2019

Texto: Mário Beirolas

Vender mais significa, saber vender melhor, percebendo que é a partir da relação com cada cliente, que se detectam as suas verdadeira necessidades, muitas vezes desalojando a concorrência.

Para que esta capacidade de venda se instale, é necessário que as equipas de vendas, se tornem verdadeiros gestores de conta, gestores dos clientes, aproveitando em pleno o potencial da sua carteira de contactos, associando-a a uma matriz de aproveitamento baseada num "cross-selling" (venda cruzada", vendendo mais a cada cliente, mas vendendo melhor, através das suas verdadeira motivações de compra.

Estão vulgarizadas frases como, o Cliente está primeiro, o Cliente tem sempre razão, ou o Cliente sabe sempre o que quer, no entanto com frequência, quer o próprio Cliente, quer quem tem a responsabilidade de garantir a sua satisfação, esquecem-se que o sucesso desta interacção, depende do respeito mútuo pelos verdadeiros motivos dessa relação, fazendo o cliente perceber e cada contacto, que gerimos de forma efectiva a sua própria rentabilidade da compra.

Partindo do princípio, de que não devemos fazer aos outros o que não queremos que nos façam, é possível conseguir definir condições de relacionamento, que garantem uma relação ganha, ganha, pois afinal todos somos Clientes e atitude gera atitude.

Em cada momento de contacto com o Cliente, este espera atenção, interesse pelo seu caso, disponibilidade, simpatia e resposta em tempo e modo.

Sabemos que o Cliente é o centro do negócio, no entanto com frequência nos apercebemos que essa relação é desvalorizada, sendo esquecidos os papéis que ambos os lados desempenham, seja na compra, na venda ou na prestação de um serviço.

Fala-se muito de personalização na relação com o Cliente, mas esta só existe quando o conhecemos,

percebemos as suas motivações e agimos de acordo com as suas expectativas, que nem sempre são percebidas.

O Cliente, quer sentir-se seguro na decisão que vai tomar, entusiasmo, utilidade na compra ou no serviço que está a adquirir, necessitando de ser confortado na decisão, encontrar um ambiente aberto, simpatia e ter orgulho porque sabe afinal o que quer.

O Cliente quer ver tratado o SEU CASO, não o caso de qualquer outro Cliente.

Na relação com o Cliente deveremos por isso, garantir cinco elementos chave, os 5 C da venda, aqueles que permitem, vender mais mas melhor:

Contacto aberto e disponível os primeiros momentos de contacto, OLHOS OS OLHOS, são os mais importantes e que definem o ambiente dessa relação, se ajustam mais ao estado de espírito desse momento;

Conhecimento efectivo das suas motivações - perceber o que de facto o Cliente espera dessa relação, os verdadeiros motivos desse contacto, a fora de gerar convergência. É por isso essencial saber perguntar, ouvir e interpretar, até que estejam definidos os VERDADEIROS MOTIVOS;

Convencimento do Cliente sobre a solução - gerar o equilíbrio entre a procura e a oferta, fazer a proposta adequada, utilizando argumentos valorizadores, gerando o seu verdadeiro interesse através de ACORDOS PARCIAIS;

Conclusão do contacto ou da proposta - garantir através da recapitulação dos verdadeiros motivos de compra, que o que propomos corresponde ao que pretende e que EXISTE CONVERGÊNCIA;

Consolidação do contacto ou da oferta-garantir que o que propusemos é de facto aquilo que entregamos e corresponde à SOLUÇÃO FINAL do SEU CASO.

Estes 5 C viabilizam uma relação ganha através da qual o Cliente fica disponível para continuar a comprar.

A maioria dos Estudos de Opinião Cliente, revela a orientação deste mediante sete pontos preferenciais:

1. Atendimento ou resposta imediata em tempo às suas solicitações;
2. Atenção, abertura, disponibilidade e simpatia na procura da resposta / solução;
3. Produto ou serviço disponível e em quantidade, de acordo com a necessidade;
4. Qualidade e ou marca de referência;

- 5.Preço de acordo com a expectativa;
- 6.Cumprimento das promessas;
- 7.Acompanhamento sem pressão.

Habitualmente, os Clientes atribuem mais peso, à eficiência na resposta e à capacidade de oferta daquilo que verdadeiramente necessitam e em preço, valorizando ainda um bom aconselhamento.

Na perspectiva do serviço ao Cliente e da sua completa satisfação, quando visita espaços de venda, o Cliente prefere:

- 1.Condições de recepção e atendimento;
- 2.Preparação da oferta, exposição adequada, promoções com interesse e vantajosas;
- 3.Escolha adequada dos momentos de contacto, pois gosta de se sentir liberto;
- 4.Actualização permanente sobre as suas motivações de compra, apoiado em sinalização e informação adequada;
- 5.Atensõesobreassuasreações e opiniões;
- 6.Adaptação do espaço às suas preferências (produto certo, local certo, quantidade certa, momento certo);
- 7.Higiene e limpeza.

Percebendo estas motivações, deveremos adaptá-las em cada momento de contacto, ao perfil e Sabemos que existem Clientes difíceis, diria menos acessíveis, permanentemente insatisfeitos, inseguros, que transferem para quem o contacta, toda essa energia negativa. Nesses casos, devemos ser pacientes, não demonstrar desgaste, manter a calma, deixar falar (esvaziar o saco), e partir então para a reconquista. Clientes difíceis, querem que os olhemos olhos nos olhos, de frente, de forma segura mas aberta, não transmitindo negativismo, dando-lhe a entender que a nossa segurança significa solução (mesmo que não seja a que ele (a) pretende). No entanto garanta o respeito e controle as emoções.

No nosso caso concreto, como Clientes somos habitualmente muito exigentes, impacientes, pouco tolerantes, não confiando nos primeiros contactos (desconfiados), fidelizamos-nos no entanto com mais facilidade, da mesma forma que uma pequena insatisfação não solucionada, nos leva ao abandono na preferência.

Este nosso perfil, significa, que cada vez mais estamos informados sobre o que preferimos, motivo

pelo qual o comércio começa a ter de considerar de forma mais segura a relação marca, qualidade, preço.

O processo de fidelização dos Clientes, baseia-se por isso, na capacidade de conhecimento e em cada momento de contacto/venda lhe demonstrarmos vantagens efectivas.

Veja-se que, a maioria dos Clientes no momento a seguir à compra se arrepende e pensa se não a poderia ter evitado (pesa o valor gasto e compara-o com os benefícios). É por isso importante, dar-lhe a noção de valor, investimento, apreciação, segurança e motivação para a continuidade na preferência.

A fidelização consegue-se pelo acompanhamento, não deixando perder o Cliente, não o perdendo de vista.

Uma última reflexão sobre a gestão e acompanhamento de Clientes.

Existindo uma carteira de Clientes, é importante valorizá-la e atribuir-lhe pesos, definido o perfil e a sua dimensão. numa valorização de base ABC. É esta valorização, que permite definir o nível de acompanhamento e potencial de compra para cada Cliente.

Este é o princípio que permite, vender mais, vendendo melhor, valorizando e otimizando o potencial de cada cliente e percebendo o peso que tem na carteira global de clientes.

Muitas vezes, temos na nossa carteira, Clientes que têm para nós um valor C (Cliente de dimensão menor) e para o mercado em geral valem B ou mesmo A. Estamos perante um Cliente de potencial a explorar, que na maioria dos casos, não é acompanhado e acaba até por se perder.

Este perfil de Clientes, tem decerto um tratamento preferencial de outro fornecedor, que nos coloca desta forma em segundo plano.

Atitude gera atitude e este distanciamento leva de igual modo a darmos muitas vezes mais atenção e a investir mais em Clientes C do que em A's que para nós estão fidelizados.

Nestes casos deve existir um plano de venda e acompanhamento de cada Cliente, onde estão reflectidos os esforços e níveis de envolvimento em função da sua valorização. Falo de personalização pela valorização real/potencial a explorar.

Veja-se como é importante, estar na pele do Cliente, do seu lado, só assim nos apercebemos do seu

verdadeiro potencial, do que está a comprar e o que pode realmente vir a comprar.

E já agora, faça o exercício de se avaliar nas duas posições, como comprador e como Cliente, teste a sua capacidade de escuta, paciência, tolerância, facilite essa relação, faça-se entender, respeite para ser respeitado, fazendo desses momentos, momentos de conquista, esclarecimento e convívio saudável. Perceberá seguramente que todos somos Clientes e que queremos comprar mais se necessitamos realmente, mas acima de tudo melhor.

3.5 Malanje forma moto taxista

Jornal De Angola

17 De Julho de 2019

Texto: Venâncio Victor

Um total de 48 jovens da cidade de Malanje estão habilitados para o exercício da actividade de moto táxi, com a recepção na semana finda, de licenças de condução e capacetes, pela Administração Municipal de Malanje, com o objectivo de reduzir o índice de sinistralidade rodoviária.

Os jovens moto taxistas, de acordo com o secretário-geral da Associação dos Motoqueiros, foram submetidos a uma formação sobre os regulamentos do código de estrada, durante um período de nove meses com vista a exercer actividade de forma legal e evitar acidentes. A actividade resulta de uma iniciativa da Associação dos motoqueiros de Malanje (AMOTRANG), que já procedeu a formação de 400 jovens em matéria relativa as normas e ao código de estrada, em vigor desde 2001.

O secretário-geral da Associação de Motoqueiros de Malanje (AMOTRANG), Heti Caculo louvou a iniciativa da Administração Municipal de Malanje, que visa a fazer com que os jovens possam exercer com normalidade a sua actividade.

O Administrador Municipal Adjunto de Malanje para área Financeira, Leonel Francisco, disse que os acessórios de protecção são uma oferta do governo de Malanje, que quer reduzir os acidentes rodoviários provocados por moto ciclistas. O Administrador frisou que os capacetes vão ajudar os jovens taxistas no exercício da sua actividade profissional. A associação dos Motoqueiros de Malanje controla 2500 sócios.

3.6 Venda ambulante de café cresce durante o cacimbo

Jornal de Angola

21 De Julho, 2019

A venda ambulante de café solúvel cresceu neste cacimbo, em Luanda, tornando-se num negócio destacado por prover emprego a centenas de jovens e por movimentar quantidades assinaláveis desse e de produtos relacionados, escreve a Angop numa reportagem publicada ontem.

A matéria descreve tais vendas pelos locais em que ocorrem (paragens de autocarro, táxis, ruas muito movimentadas, arredores de igrejas e estabelecimentos de ensino), bem como pelos horários (das 5h00 às 11h:00 da manhã) e a idade jovem dos vendedores.

O negócio tende a tornar-se volumoso pela cadeia de valor, além do grão instantâneo, copos descartáveis, açúcar, garrafa térmica, água e os trajas.

Por detrás desses jovens, existem empreendedores a financiarem as operações, como Fernanda da Conceição, da Ilha do Cabo, com mais de dois anos no negócio e que contratou cinco vendedores, cada um dos quais obtém dez mil kwanzas pela venda de duas embalagens de 40 pacotes das 5h00 às 11h00.

Outra dessas empreendedoras é Lurdes Machado, do município de Belas, que contratou oito jovens que vendem entre dez e 12 caixas ou entre 200 e 240 xícaras por semana.

Mário Guerra, que também investe no negócio, explicou que está ligado aos vendedores por um acordo que estabelece que cada um deles leva para casa dez por cento das vendas, no fim do dia.

A matéria cita a vendedora Maria Helena, que se estabeleceu no Golfe-2, Kilamba Kiaxi, a afirmar que recebe nove mil kwanzas por dia, considerando que “com esse bocadinho, conseguimos fazer alguma coisa em casa”.

Catarina Luís, outra vendedora, de 23 anos, assume ter muitos clientes e os mais exigentes preferirem café com leite, pagando pelo serviço 200 kwanzas por copo.

A economista Sandra Macedo é citada a afirmar que o fomento do auto-emprego e empreendedorismo é uma iniciativa que deve ser transmitida aos jovens, sempre acompanhada de noções de gestão, finanças e contabilidade.

Segundo a economista, estes jovens têm de ser apoiados com políticas públicas, apresentando as preocupações aos parceiros, sejam bancos, governos provinciais ou administrações municipais.

3.7 Actividade informal prevê colocar mais de 18 mil jovens a trabalhar

Jornal de Angola
24 De Julho de 2019

A actividade informal no Cuanza-Norte vai inserir um total de 18.345 jovens, disse ao Jornal de Angola O chefe do Serviço Provincial de Emprego local.

Vitorino Bartolomeu frisou que as oportunidades de emprego na província do Cuanza - Norte são muito complexas, pelo facto de muitas empresas terem encerrado devido à crise económica que o país vive.

Segundo aquele responsável' os cidadãos passaram a apostar no mercado informal, fazendo serviços de moto-táxi, venda ambulante, corte e costura, pastelaria, engraxadores e lavadores de carros. .

Vitorino Bartolomeu informou que a instituição que dirige tem procurado ajudar a desenvolver as actividades das pequenas empresas, sensibilizando os que pretendem abrir o negócio, e fornecendo informações sobre o empreendedorismo. Nesta senda, o Centro de Emprego ajudou mais de 50 jovens que terminaram o curso de empreendedorismo a conseguirem crédito bancário.

Desde o ano passado, o Centro Local de empreendedorismo e Serviços de Emprego (Clese) formou 172 técnicos em empreendedorismo. Segundo Vitorino Bartolomeu, um número considerável, maioritariamente jovens, está a investir em serviços de moto-táxi; enquanto que as senhoras apostam na venda de produtos diversos em mercados.

"As pessoas estão a ganhar consciência de que, para melhor desenvolverem o negócio, precisam de ter conhecimentos. Além de estarem inscritas na Segurança Social, ganham com estas formações. É a ferramenta que lhes permite caminhar sozinhos", sublinhou.

No ano passado foram formados 22 jovens que fazem serviços de moto-táxi, um número que tem crescido, de acordo com Vitorino Bartolomeu, que deu a conhecer que o ciclo formativo na província está aberto de Janeiro a Dezembro.

O responsável do Centro de Emprego no Cuanza-Norte realçou que a instituição tem sensibilizado os jovens a ganharem interesse pela formação profissional, através de cartazes distribuídos pela cidade, além da publicidade que é feita nos meios de Comunicação Social.

"Não há motivos para as pessoas não aderirem aos centros profissionais. Os cursos são praticamente gratuitos, apenas participam os que precisam de obter algum material de apoio, mas o valor não passa de dois mil kwanzas", disse.

PAPE é lançado no próximo mês

O Plano de Acção para Promoção da Empregabilidade (PAPE) vai ser lançado no princípio do próximo mês de Agosto. na província do Cuando Cubango, disse o secretário de Estado do Trabalho e Segurança Social. O projecto vai garantir 500 mil postos de trabalho, durante três anos, e permitir que muitas actividades desenvolvidas no mercado informal sejam legalizadas em todo o país.

Manuel Moreira disse que Executivo, através do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, pretende criar 500 mil postos de trabalho por intermédio da formação profissional e técnica feita nos centros do Instituto Nacional de Formação Profissional (Inefop).

O processo de candidatura é pessoal, depois da selecção é feito O encaminhamento dos que vão fazer formação e só depois podem receber o crédito ou o kit.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 FMI aconselha a eliminação dos subsídios à água e à energia

Jornal de Angola

01 De Julho de 2019

Texto: Cristóvão Neto

A primeira avaliação do Programa de Financiamento Ampliado (EFF) faz uma apreciação geralmente positiva da aplicação do acordo: as revisões são indiferentes ao desempenho da economia?

Os programas do FMI estão sujeitos a revisões periódicas. No caso de Angola, as revisões do EFF são semestrais. As revisões têm dois objectivos: primeiro, avaliar se as autoridades cumpriram os seus compromissos.

Caso não tenham cumprido, discutimos as razões e que acções correctivas devem ser implementadas para garantir o cumprimento no futuro. O segundo objectivo é “recalibrar” o programa de acordo com o que for necessário.

Por exemplo, com base na evolução do preço do petróleo que se seguiu à aprovação do programa em Dezembro passado, era importante ajustar o Orçamento de 2019. Discutimos com as autoridades e concordaram em que, para alcançar os objectivos do programa, em particular colocar a dívida pública em uma trajetória descendente, seria necessário um Orçamento revisto para 2019.

O facto do desembolso subjacente à primeira revisão representar apenas cerca de 1/4 do valor do primeiro, em Dezembro, revela algum cepticismo do FMI?

O programa do EFF prevê um apoio financeiro de cerca de 3,7 mil milhões de dólares a desembolsar ao longo de três anos em sete parcelas. A primeira, de mil milhões de dólares, foi desembolsada em Dezembro passado, quando o programa foi aprovado. As seis fracções subsequentes serão desembolsadas depois da conclusão bem-sucedida das revisões semestrais.

O montante de cada parcela foi estabelecido no início do programa com base nas necessidades de

financiamento projectadas e particularmente elevada no início do programa. Como pode ser visto no documento do programa publicado em Dezembro passado, o cronograma de parcelas é o seguinte: cerca de 250 milhões de dólares na primeira e segunda revisões e cerca de 560 milhões nas quatro últimas revisões.

A economia angolana vai para o quinto ano de recessão, estagnação e inflação elevada. Alguns analistas defendem que o EFF não é o ideal para animar este contexto: que sectores têm potencial de reaquecer a economia e que medidas devem ser tomadas nesse sentido?

O EFF está focado em restaurar a estabilidade macroeconómica e financeira. Há consenso entre os economistas de que o crescimento económico equitativo e sustentável é difícil de alcançar num ambiente de inflação alta, oferta imprevisível de divisas, altos défices orçamentais e dívida pública, além de um sistema bancário fraco e com capacidade limitada para financiar. Assim, o programa visa primeiro mitigar estes problemas. Além disso, as reformas estruturais também são importantes para melhorar o ambiente de negócios, atrair investimentos e promover o crescimento.

Um desses problemas é a estabilização do câmbio: considera que a reforma cambial em curso desde Janeiro de 2018 atingiu os objectivos preconizados?

A reforma do mercado cambial progrediu, mas ainda há muito a ser feito para se ter um regime cambial verdadeiramente flexível, no qual a taxa de câmbio é determinada pelo mercado. Acreditamos que tal regime é crítico para uma alocação eficiente dos escassos recursos cambiais e para restaurar a competitividade externa. Do lado positivo, os mecanismos administrativos para alocar as divisas, como as vendas directas, foram eliminados.

Actualmente, as vendas de divisas pelo BNA são feitas através de leilões aos quais todos os bancos comerciais têm acesso. Ao mesmo tempo, a acumulação de atrasados de solicitações de câmbio foi eliminada em Abril e o diferencial entre a taxa de câmbio oficial e a taxa de mercado paralelo diminuiu significativamente, desde o lançamento do Programa de Estabilização Macroeconómica. No entanto, o diferencial aumentou nos últimos meses e as reservas internacionais continuaram a reduzir, o que exige a atenção urgente das autoridades.

A segunda questão colocada pela estabilização macroeconómica é a consolidação fiscal por via do equilíbrio das despesas e das receitas: como é que o FMI encara a evolução desse processo?

A maior parte do ajuste fiscal foi feito no lado das despesas. Acreditamos que é importante reequilibrar o mix de ajuste. Esta é outra razão pela qual a introdução atempada do IVA é muito importante. No futuro, ajudaremos as autoridades a identificar opções de receita e a melhorar o sistema tributário angolano para minimizar futuros cortes de despesas.

As despesas orçamentais são representadas pelo pagamento do excessivo número de trabalhadores da Função Pública: o programa prevê cortes na folha de salários da Função Pública?

A consolidação orçamental prevista no programa baseia-se tanto na mobilização de receitas não petrolíferas como na melhoria da eficiência das despesas públicas, em particular na aquisição de bens e serviços e no investimento público.

Dito isto, todo o Governo deve esforçar-se, constantemente, para melhorar a eficiência da folha de salários, por forma a garantir que os recursos sejam aplicados em áreas prioritárias, por exemplo, professores e profissionais de saúde. O Governo também deve concentrar-se no combate à fraude, identificando trabalhadores “fantasmas” e expurgando os da folha de pagamento do sector público.

Como avalia o adiamento da introdução do IVA e a perspectiva da diminuição da arrecadação fiscal?

A introdução do IVA é uma reforma fundamental que visa reduzir a dependência do orçamento das receitas do petróleo. É também uma reforma importante, porque o IVA substituirá o actual imposto sobre o consumo, que é um imposto ineficiente do ponto de vista económico.

Um adiamento de três meses, se for usado para garantir que todos os preparativos técnicos sejam concluídos não é um grande problema. Do ponto de vista da receita, o impacto deve ser gerido, tomando medidas compensatórias no lado da receita.

Conforme declarado nos documentos do programa [EFF], a nossa expectativa é que a maior parte do rendimento do IVA comece a materializar-se em 2020. No entanto, é importante ressaltar que um novo adiamento comprometeria as receitas no próximo ano.

O FMI propõe ao Governo um aumento dos preços dos combustíveis, como afirmou recentemente o ministro das Finanças, e até a eliminação dos subsídios aos preços da energia e da água?

A nossa opinião é que os subsídios aos serviços públicos e aos preços dos combustíveis são ineficientes, levam ao consumo excessivo e beneficiam desproporcionalmente os ricos que os consomem mais. Por estes motivos, aconselhamos a sua eliminação.

Ao mesmo tempo, sabemos que a parte do rendimento gasto com serviços públicos, combustíveis e transporte pelas famílias pobres é grande. Assim, em termos relativos, os pobres são mais afectados pelo aumento do preço do combustível.

Por este motivo, o nosso conselho é que os preços dos combustíveis sejam aumentados gradualmente e somente quando um mecanismo para proteger os mais vulneráveis esteja a funcionar. Em particular, o programa em Angola recomenda que o ajuste dos preços dos combustíveis ocorra simultaneamente com o lançamento de um programa de transferência de rendimentos, que está a ser desenvolvido com a assistência do Banco Mundial.

Está prevista, no quadro EFF, a transferência de rendimentos para a população mais desfavorecida?

O programa prevê duas medidas fundamentais para proteger os segmentos mais vulneráveis da população: primeiro, estabelece um tecto para os gastos sociais que deve ser respeitado, mesmo que sejam necessários cortes nas despesas para atingir os objectivos orçamentais. Em segundo lugar, o programa tem em conta a implementação de um programa de transferência de renda para mitigar o impacto da eliminação dos subsídios aos preços nas camadas mais vulneráveis da população.

Qual é o efeito esperado da combinação de um aprofundamento da reforma cambial, aumento dos preços dos combustíveis e eliminação dos subsídios à água e à energia previstos no PEM sobre a inflação?

Essas reformas produzirão um aumento único no nível geral de preços, como aconteceu no ano passado após o aumento das tarifas de água: isso, infelizmente, é inevitável. No entanto, é diferente da inflação, que é um aumento contínuo no nível de preços.

A extensão do impacto dependerá de o BNA manter uma política monetária adequada, como aconteceu em 2018. No ano passado, apesar da depreciação grande do kwanza, a inflação foi mais baixa do que em 2017, quando a taxa de câmbio era fixa.

4.2 Energia sobe 97 por cento

Jornal de Angola
03 De Julho, 2019

O Governo anunciou para 15 de Julho a entrada em vigor do aumento do tarifário de energia, que sofre um reajuste até 97 por cento, deixando o Estado de a subvencionar, informou ontem o Ministério das Finanças.

Um comunicado de imprensa do Ministério das Finanças refere que a implementação do Novo Regime Tarifário da Energia Eléctrica deveria vigorar desde o passado dia 24 de Junho, mas “por razões técnicas e operacionais das instituições responsáveis por assegurar este procedimento”, a sua efectivação só acontece a partir da segunda quinzena deste mês.

De acordo com o Ministério das Finanças, esta actualização dos tarifários dos serviços de electricidade decorre de uma medida estrutural de gestão macroeconómica, que passa por garantir que os subsídios beneficiem efectivamente os segmentos mais vulneráveis da população, contrariamente ao que vinha sucedendo até aqui.

“Neste sentido, as novas tarifas introduzem mecanismos de protecção dos consumidores com menores rendimentos, para além de outras medidas de protecção social, que estão a ser adoptadas pelo Executivo”, lê-se na nota.

Na segunda-feira, o representante residente do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Angola, Max Alier, defendeu a eliminação dos subsídios à água e energia, argumentando que os mesmos apenas beneficiam os mais ricos.

Em entrevista ao Jornal de Angola, Max Alier referiu que os subsídios aos serviços públicos e aos preços dos combustíveis “são ineficientes, levam ao consumo excessivo e beneficiam desproporcionalmente os ricos que os consomem mais”.

“Por estes motivos aconselhamos a sua eliminação. Ao mesmo tempo, sabemos que a parte do rendimento gasto com serviços públicos, combustíveis e transporte pelas famílias pobres é grande. Assim, em termos relativos, os pobres são mais afectados pelo aumento do preço do combustível”, adiantou.

O novo tarifário de energia para consumidores de categoria social - clientes com capacidade reduzida em termos de consumo - vai manter-se a 2,46 kwanzas o quilowatt, enquanto que para os clientes com consumo abaixo de 200 quilowatts o valor passa

de três kwanzas para 6,41 kwanzas. O reajuste foi feito igualmente na “categoria doméstica geral”, actualmente designada “categoria doméstica monofásica”, onde se encontram integrados a maioria dos consumidores de electricidade do país, passando dos 6,53 kwanzas para 10,89 kwanzas, representando um aumento de 66 por cento.

Já para os clientes de “categoria doméstica especial”, agora designados por “categoria doméstica trifásica” - grupo de maior capacidade e consumo - cujo preço cobrado integra a produção e transporte, passa dos 7,05 kwanzas para 14,74.

Para a categoria indústria, o preço sai dos 7,05 kwanzas para os 12,83, enquanto que o comércio e serviços, que pagavam 14 kwanzas, passam agora a integrar a categoria doméstica trifásica.

Segundo o presidente do Conselho de Administração do Instituto Regulador dos Serviços de Electricidade e de Águas (IRSEA), Luís Mourão, citado pela Angop, o cliente final pagava em média 6,05 kwanzas o quilowatt e agora vai pagar 12,82 kwanzas, um incremento em todas as categorias de 97 por cento.

4.3 O que temos de corrigir em relação ao ciclo orçamental em Angola

Novo Jornal
05 De Julho de 2019
Texto: Sérgio Calundungo

Se ao longo do ciclo orçamental fizermos uma avaliação a cerca do desempenho de várias instituições do Estado em matéria de transparência, participação do cidadão e fiscalização, de certeza que encontraremos sérias fragilidades ligadas aos sistemas e procedimentos necessários para garantir que os fundos públicos sejam utilizados de forma eficaz e efectiva, como previsto na lei. Tais fragilidades representam sérios riscos de corrupção, abuso de poder, gestão danosa das instituições e constituem uma das maiores razões para a não implementação adequada de muitas iniciativas inscritas no Orçamento Geral do Estado (OGE). Está provado que a falta de recursos financeiros suficientes, a atempada disponibilização das verbas cabimentadas e a insuficiência de quadros com elevados níveis de formação académica não são as únicas razões que justificam os casos de fraco desempenho na performance de algumas iniciativas inscritas nos orçamentos públicos.

Alguns problemas são bem conhecidos, começando pelo deficiente acesso público às informações

orçamentais, passando pelas escassas oportunidades de participação do cidadão ao longo do processo orçamental, e são agravados pela fraca fiscalização por parte dos cidadãos e também dos poderes Legislativo e Judicial (Tribunal de Contas). Tudo isto, no entanto, tem vindo a impossibilitar a utilização mais responsável do dinheiro público e a satisfação de muitas das necessidades mais prementes dos cidadãos.

Ainda assim, é importante que não se percam as esperanças de ver uma Angola melhor em matéria de gestão correcta do erário, mas para que tal aconteça, enquanto cidadãos, não nos podemos limitar apenas a fazer contundentes discursos contra a corrupção e o nepotismo ou emitir veemente apelo ao espírito patriótico da parte dos gestores públicos, porque sabemos de experiências passadas que isto é necessário mas está longe de ser suficiente.

Evidências indicam que, para bem do interesse público, pesos e contrapesos ao longo de todo o processo orçamental são necessários, porque se tratando de políticas públicas muitas destas se revertem a potenciais ganhos para as pessoas, nomeadamente as que são mais pobres ou vulneráveis.

Quando um número significativo de instituições públicas fornece informações insuficientes ou mesmo não fornece nenhuma informação que permita aos cidadãos interessados ou os seus representantes na Assembleia Nacional acompanhar a utilização do dinheiro público, as "chances" de que se venham a registar melhorias em termos de gestão são diminutas. Isto é o que mais deveria preocupar-nos nesta fase em relação ao estado da transparência em Angola.

Ao nível de grande parte dos municípios, lá onde a vida acontece e a administração em teoria deveria estar mais próxima dos cidadãos: juntando-se a falta de transparência que continua a ser gritante em algumas instituições públicas, apesar dos recentes discursos contra a mesma. Existe, entretanto, uma enorme falta de oportunidades de participação pública na identificação das necessidades, na escolha das prioridades e na implementação das soluções, sem falar da necessária acção de monitoria e fiscalização.

Aqui, também, não há razões que possam justificar os limitados progressos feitos, num contexto em que até o mais alto mandatário da Nação assumiu como uma das suas prioridades combater a corrupção, o nepotismo, melhorar os níveis de diálogo e participação dos cidadãos nos assuntos ligados à governação.

Sabemos, pois, que é assustador o número de administrações municipais e distritais que não fornecem oportunidades de participação pública aos cidadãos no momento em que definem as prioridades que deverão constar das suas propostas para o OGE. Facto que assume particular gravidade num contexto em que são notórias insuficiências, tais como um mau entendimento das reais necessidades e aspirações dos cidadãos ao nível local, como incapacidade para analisar correctamente os problemas mais prementes da comunidade, bem como sensatez para estabelecer prioridades que vão de encontro às expectativas dos cidadãos.

Num universo de cerca de 558 comunas, 162 municípios e 18 províncias, é muito difícil garantir-se uma gestão eficaz dos recursos públicos quando não se consegue assegurar condições para que haja transparência orçamental suficiente, oportunidades suficientes de participação pública e instituições formais de fiscalização adequadas.

Dito de outro modo, enquanto tivermos um número significativo de comunas, municípios e aldeias cujas administrações locais, de uma forma consistente, forneçam para o público informações orçamentais escassas ou até mesmo nenhuma, que não proporcionam aos seus cidadãos oportunidades de participação no momento em que elaboram as propostas de orçamento locais, e muito menos estão sujeitas a formas adequadas de fiscalização e monitoria durante a implementação das acções inscritas no orçamento aprovado, as possibilidades de progresso social e económico serão sempre reduzidas por mais recursos naturais que estas possam ter, ou por mais financiamento que venham a receber do executivo central.

4.4 Dívida externa aumenta 2% no I° trimestre e cada angolano deve 1.590 USD

Jornal EXPANSÃO

12 De Julho de 2019

Texto: Joaquim José Reis

O stock de dívida pública externa aumentou 2% para 47.914 milhões USD no primeiro trimestre deste ano e cada um dos 30,2 milhões de Angolanos já deve 1.590 USD ao estrangeiro, sendo que quase metade desse valor é à China, de acordo com cálculos do Expansão sobre dados do Banco Nacional de Angola (BNA).

A maior parte desta dívida é a bancos comerciais, o equivalente a 33.414 milhões USD, 70% do total da

dívida externa. O restante está dividido por dívida bilateral, ou seja Estado a Estado, com cerca de 6.950 milhões USD, dívida a fornecedores (4.319 milhões USD) e multilateral, ou seja, a instituições internacionais (3.291 milhões USD).

Desde o início da crise de 2014, o stock de dívida pública externa já aumentou 33,5%, passando dos 35.933 milhões USD para os actuais 47.914 milhões. Naquele ano, Angola tinha cerca de 25,7 milhões de habitantes, o que, contas feitas, significa que cada um deles 'devia' 1.398 USD ao estrangeiro. Em quase cinco anos, a dívida por habitante disparou quase 14%.

A China continua a ser o principal credor de Angola, já que só ao gigante asiático 'cabe' 47,5% do total do stock da dívida externa angolana. Contas feitas, cada angolano 'deve' 756 USD à China. De seguida surge a Grã-Bretanha, a quem cada angolano 'deve' 269 USD. Espanha completa o pódio dos maiores credores do País, já que cada cidadão nacional lhes 'deve' 86 USD.

A dívida à China quase que duplicou entre 2014 e 2019, passando de 13.156 milhões USD para os actuais 22.820 milhões, representando um aumento de 73,5%. Em 2014, cada um dos 25,7 milhões de Angolanos 'devia' 512 USD ao gigante asiático, valor que aumentou 47,7% no espaço de cinco anos para os 756 USD. Note-se que segundo os dados do relatório "Dívida Externa Pública por País (stock): 2012 - 2019", o I trimestre de 2017 foi o período em que Angola mais devia à China, um total de 25.530 milhões USD.

Apesar de os dados divulgados pelo BNA no início do mês não indicarem quem são as entidades credoras de Angola, o Expansão avançou em Maio de 2018 que a maior parte da dívida à China tinha como principal credor o China Development Bank (CDB), que resulta de um mega financiamento de 15 mil milhões USD, que resulta de um acordo celebrado em Dezembro de 2015 e que contempla "múltiplos propósitos, incluindo o financiamento de projectos já aprovados em Angola", como para operações relacionadas com a Sonangol, de acordo com o prospecto que o Ministério das Finanças apresentou no primeiro semestre de 2018 aos investidores dos

Eurobonds emitidos no ano passado. Foi deste empréstimo "levantado na sua totalidade" que saíram os 10 mil milhões USD que o Governo injectou na Sonangol para pagamento antecipado de seis financiamentos da petrolífera no valor de 5 mil milhões USD, o que permitiu a redução do stock da sua dívida de

Empresários dizem que balanço com China é negativo De acordo com o presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, esta relação com a China trouxe poucos benefícios ao País: "Na verdade só na energia, algo nos caminhos-de-ferro, mas sem qualidade e num rácio custo/benefício contra os nossos interesses.

Algo na habitação social. Em estradas foi uma vergonha. Além disso as empresas [chinesas] actuaram na madeira e nas pescas como piratas perante a inércia das nossas instituições, apesar das reclamações". Severino alerta ainda que o valor oficial da dívida à China estará inflacionado:

"Em valores absolutos diria que a dívida à China nunca passaria hoje de muito mais dos 18 mil milhões USD".

O presidente da AIA contesta ainda que os métodos utilizados por empresas chinesas em Angola: "A China actua sem deixar capacidades locais e a criar dependências ad eterno. Com a construção civil e quanto a usar angolanos, fá-lo com mão-de-obra infantil e rapazes em semi-esclavização. Pior é que sem serem tributados multiplicaram-se".

Há cerca de um ano o Ministério das Finanças apresentou um prospecto aos investidores dos Eurobonds que, na altura, apontava Israel como segundo maior credor do País (por via de dívidas a fornecedores de bens e serviços). Agora, segundo os dados do banco central, esse lugares a ocupado pela Grã Bretanha. Entre 2017 e 2019, o stock de dívida externa à Grã-Bretanha cresceu 2,5 vezes (149%), passando de 3.247 milhões USD para 8.114 milhões.

De acordo com o relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre a primeira avaliação ao cumprimento das metas do programa de financiamento ampliado, no final deste ano o stock total entre dívida pública interna e externa deverá atingir os 7,8,6 mil milhões USD, equivalente a 90,6% do Produto Interno Bruto (PIE) angolano. O FMI projecta que 27,8 mil milhões USD serão relativos a dívida interna e 50,8 mil milhões a credores estrangeiros. Este valor contempla a dívida do Governo, da Sonangol e da TAAG, bem como da dívida garantida.

De acordo com o relatório do FMI sobre a primeira avaliação ao cumprimento do programa, a que o Expansão teve acesso, este aumento do stock de atrasados externos de 3,7 mil milhões USD para 4 mil milhões levou o Executivo a solicitar ao Fundo a dispensa de avaliação ao critério de desempenho contínuo sobre a não acumulação de atrasados de pagamentos externos.

4.5 Cazenga tem mil milhões de kwanzas

Jornal de Angola

27 De Julho, 2019

Texto: Mazarino da Cunha

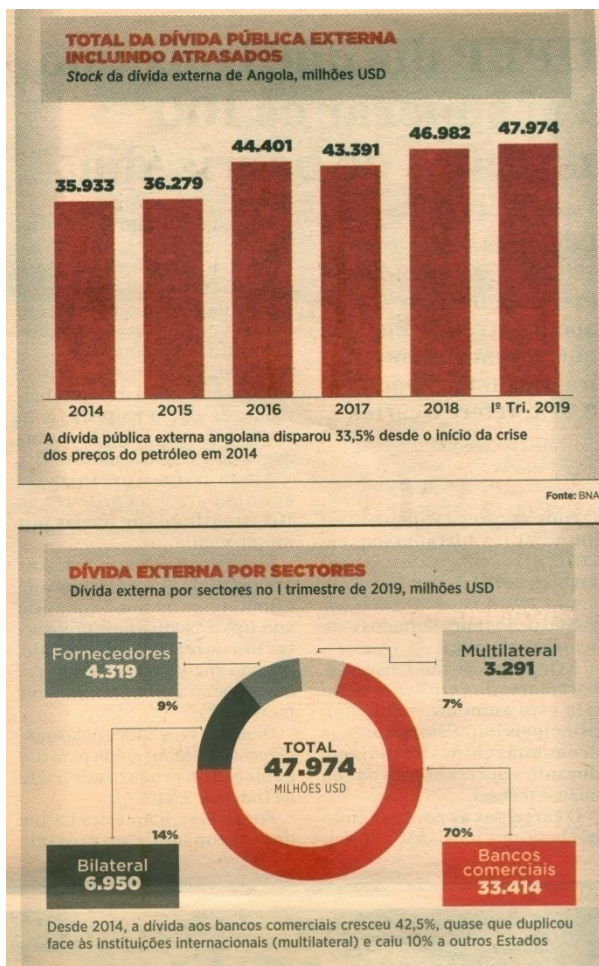
O município do Cazenga em Luanda tem para este ano, mil milhões de kwanzas para o Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIM), informou ontem, o director do Gabinete de Estatística e Planeamento (GEP), António Amaro.

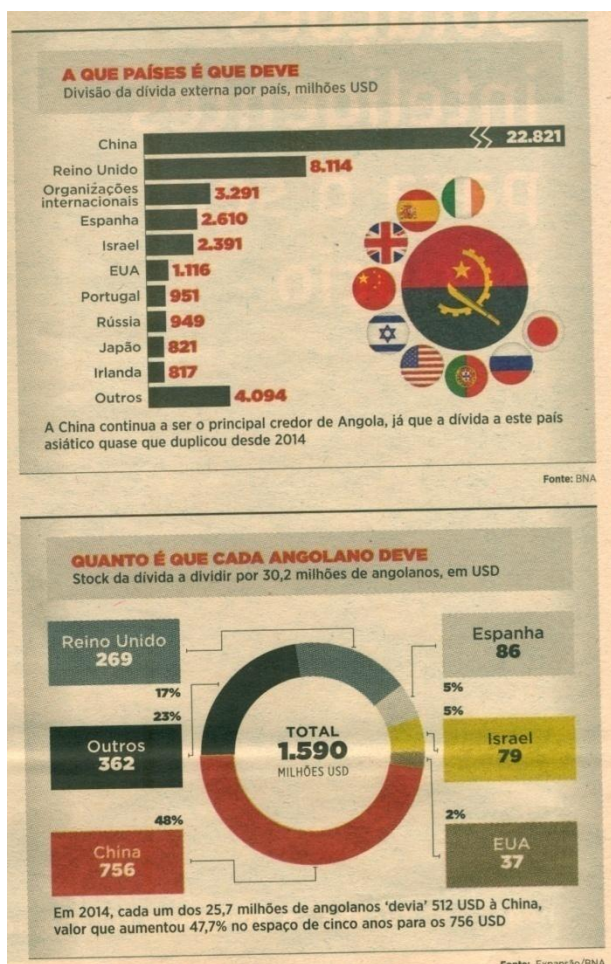
António Amaro, que falava aos jornalistas, à margem do encontro do conselho de auscultação comunitária do Cazenga esclareceu que os mil milhões de kwanzas vão permitir concretizar as prioridades identificadas.

Entre as prioridades, frisou o director do GEP do Cazenga, destacam-se a construção de um hospital de referência e centro de medicamentos, construção de escolas, uma esquadra policial e a melhoria das vias secundárias e terciárias.

Constam ainda para agenda de 2019, a reestruturação do sistema de esgotos, bem como de valas de drenagem e das principais bacias de retenção nos distritos do Hoji Ya Henda e Kima Kienda.

Para uma gestão transparente e participativa, o administrador municipal criou uma comissão de acompanhamento ao PIIM, onde fazem parte membros de partidos políticos com assento na Assembleia Nacional, da sociedade civil, religiosa e de comissões de moradores.





4.6 Orçamento de Malanje para 2019 reduzido em 26%

Jornal de Economia e Finanças

12 De Julho de 2019

Texto: Eduardo Cunha

O orçamento da província de Malanje referente ao exercício económico de 2019 conhece uma redução na ordem de 26,6 por cento, fruto da situação económica e financeira do país que levou o Executivo central a rever em baixa o Orçamento Geral do Estado (OGE/2019), disse o governador.

Norberto dos Santos "Kwata Kanawa" falou esta semana na abertura da I sessão ordinária do Conselho Provincial de Auscultação da Comunidade.

Ao que se soube dos cerca de 56 mil milhões previstos, a província recebe 40,8 mil milhões de kwanzas.

Sobre os planos integrados a ser executados pelos municípios disse que estes vão obedecer a certos instrumentos de governação, com realce para o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018 -2022.

Norberto dos Santos disse ainda no presente ano deverão ser criadas as condições conducentes a assistência técnica, os procedimentos de contratação e de mais elementos da execução dos projectos a serem concebidos, bem como, deverão ser criadas as condições para o melhor acompanhamento de monitorização.

O Conselho Provincial de Auscultação da Comunidade é um órgão de consulta do governador provincial e um dos passos privilegiados de participação dos cidadão na vida pública.

Durante o encontro foram abordados aspectos que tem a ver com o plano de desenvolvimento provincial de Malanje para o quinquénio 2018 a 2022, a proposta preliminar do programa para o ano de 2020, o plano integrado de intervenção nos municípios, bem como, o Orçamento Geral do Estado, 2019 a revisto para a província de Malanje.

O plano de desenvolvimento provincial de Malanje para o quinquénio 2018 a 2022, sublinhou, é um instrumento de planeamento de médio prazo.

No ano passado, apenas 40,7 mil milhões dos 100 inscritos no Orçamento Geral do Estado (OGE/2018) para investimentos de âmbito local foram destinados a despesas de âmbito local (província de Malanje), sendo que a outra grande parte vai para investimentos de dimensão nacional.

Nas despesas por função, o Governo previra, em 2018, gerir em serviços públicos gerais mais de 6,81 mil milhões de kwanzas, no sector da Educação (kz 12 mil milhões e 438 milhões), Saúde (kz 10 mil milhões e 408 milhões), protecção social (r ,35 mil milhões), habitação e serviços comunitários (6,2 mil milhões), recreação, cultura e religião (2.49 mil milhões), agricultura, silvicultura, pescas e caça (162 milhões e 842 mil), respectivamente.

Para o Programa de Investimentos Públicos (PIP) foram aplicados oito biliões, 221 milhões e 165 mil kwanzas em obras de construção de escolas do 2º ciclo, centro materno infantil, centro médico polivalente, implementação do projecto "Água para Todos", construção de infra-estruturas de microfomento nos municípios.

Conforme publicado por este jornal em Março do ano passado, as províncias do Norte (Luanda, Bengo, Malanje, Cabinda, Zaire, Cuanza Norte e Uíge) lideraram a quota de afectação de recursos do OGE/2018.

Ao todo, os Governos das regiões do Norte geriram 851,175 mil milhões de kwanzas, os da Zona Sul (Benguela, Bié, Cuanza Sul, Cunene, Huíla, Huambo

e Namibe) 517, 916 mil milhões, ainda assim acima dos 499.170 mil milhões de kwanzas da proposta inicial do OGE 2018: Já as do Leste (Lunda Sul, Moxico, Lunda Norte e Cuando Cubango) sobem para 189,71 mil milhões de kwanzas em comparação com OSJ 80.397 mil milhões de kwanzas da proposta inicial. Nela, a Zona Norte apareceu com 834,762 mil milhões de kwanzas (8-62 por cento). a interior teve, no geral, uma verba para gerir até ao final do ano no valor de 1-558-742 trilhões de kwanzas, representando 16,1% do valor geral do OGE de 9,685-550 triliões de kwanzas, contra os 15,63% (1-514-330 trilhões) da proposta inicial.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 O relançar da vida nos municípios

Jornal de Angola

03 De Julho, 2019

Texto: Eduardo Magalhães

A apresentação pública do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), feita na quinta-feira (27), numa cerimónia dirigida pelo Presidente da República, João Lourenço, e que teve a intervenção da administradora municipal de Camacupa (Bié), em representação dos municípios do país e do governador da Lunda-Norte, em representação dos governadores provinciais, foi o reflexo de um conjunto de esforços que, como poucos na nossa política, saiu da base para o topo.

Nada mais sintomático do que a elaboração, apresentação e execução de um Plano que pretende integrar o País ter nascido a partir dos rincões mais distantes e que por décadas estiveram a ser apenas um lugar distante, com necessidades e especificidades identificadas a partir de algum gabinete distante na capital Luanda. O PIIM é o cumprimento de uma promessa de campanha. É um programa que foi pessoalmente desejado pelo Presidente da República e que mobilizou as cabeças pensantes de todo o País.

O que antes era um sonho distante, agora passa a ser uma realidade que desde o projecto insere os municípios e as estruturas locais como agentes capazes de identificar as necessidades prioritárias e a buscar os meios - sem burocracia - para executar as acções.

Na prática, estamos a falar de agilidade na solução das necessidades e problemas que antes pareciam obstáculos intransponíveis. Aos poucos os angolanos começam a perceber melhor a importância do seu envolvimento com os assuntos directamente ligados à realidade local, na qual estão inseridos e assumem na condição de cidadão o papel de co-autores das políticas locais. Isso é a democracia na sua essência.

Do ponto de vista estrutural, convém destacar que o PIIM está em perfeito alinhamento com outros planos em curso, entre eles os de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022 e Nacional Estratégico da Administração do Território (PLANEAT) 2015-

2025. Sem excepção ou preconceito, podemos dizer que ao abranger os 164 municípios, o PIIM nasce também com o papel de dar a oportunidade às boas referências da política para que possam ganhar notoriedade a partir das próprias capacidades administrativa e de zelo pela coisa pública.

Como a sociedade civil em cada um desses municípios é parte importante na aproximação entre o poder público e os cidadãos, o PIIM é inclusivo e eleva o nível do debate político, tão ameaçado pela banalização em tempos de redes sociais. Cada prioridade local será vista como uma meta colectiva a ser atingida. Este é o grande diferencial de uma intervenção municipal directa. O que, certamente, irá reduzir ou pôr fim ao endeusamento do poder central e tornará humano o exercício da política.

De acordo com o que disse o Presidente da República no seu discurso de lançamento do PIIM, “Este programa que hoje anunciamos abrange a totalidade dos 164 municípios do país e comporta um conjunto vasto e diversificado de projectos, estando avaliado num valor em kwanzas equivalente a dois mil milhões de dólares, recursos do Fundo Soberano de Angola que, paradoxalmente, embora sendo propriedade do Estado angolano, este não tinha o controlo dos mesmos mas que, felizmente, conseguimos recuperá-los recentemente. Isso significa dizer que este Plano será executado sem o recurso a endividamento público, para investir em sectores importantes da vida dos cidadãos, nomeadamente na Educação, na Saúde, nas infra-estruturas administrativas, nas vias de comunicação secundárias e terciárias, na segurança pública, no saneamento básico, na energia, na água, entre outros domínios importantes para as comunidades”, o que confirma o carácter plural e participativo deste Plano.

Como era esperado, o orçamento para o PIIM é o reflexo daquilo que os cidadãos mais esperam do Estado e que visualizam como prioritário tanto para a sociedade, como também para os seus respectivos municípios. Hospital, escola, estradas, infra-estruturas, água, luz, etc. Por outras palavras, o Executivo está a introduzir o conceito de democracia participativa, pois através do PIIM está a consolidar a possibilidade de intervenção directa dos cidadãos nas etapas de tomada de decisão e de controlo do exercício do Poder. O acesso aos seus representantes em permanência e não apenas periodicamente nas eleições, constitui dar voz aos cidadãos para que as suas opiniões sejam ferramentas de institucionalização da boa governação e gestão dos recursos públicos, factor inseparável ao êxito do PIIM. Este Plano, por ser anterior à tomada de decisões, permite aos cidadãos deliberar sobre as

próprias necessidades. É a democracia a ganhar novas feições, algo mais parecido com o povo.

* Director Nacional de Comunicação Institucional. A sua opinião não engaja o MCS.

5.2 Administradores vão aplicar verbas do PIIM fora dos seus territórios

Jornal OPAÍS

05 De Julho de 2019

Texto: Paulo Sérgio

Alguns dos administradores municipais vão dirigir a reabilitação, ampliação e construção de empreendimentos sociais, como escolas, em territórios que não fazem parte da sua jurisdição, de acordo com o PIIM.

A Administração Municipal do Kilamba Kiaxi vai aplicar 820 milhões, 658 mil e um Kwanzas na construção de uma escola de 12 salas no município de Belas. Um estabelecimento de ensino que a administração local se propõe construir aplicando a mesma quantia financeira.

Quem também vai aplicar essa quantia financeira na construção de uma instituição com as referidas características fora do seu território é a Administração Municipal de Luanda. As autoridades locais prevêem fazê-lo no município do Cazenga.

Já a Administração da Quiçama vai gastar 920 milhões, 658 mil e um Kwanzas da quantia financeira que receberá do PUM na construção de uma escola com o mesmo número de compartimentos no município de Belas.

Na esperança de aferir a autenticidade do documento que espelha a forma como serão aplicados os mais de 2 mil milhões de Dólares retirados do Fundo Soberano para financiar o PUM, vazado nas redes sociais, OPAÍS contactou um dos dirigentes do Governo Provincial de Luanda, do qual recebeu a resposta de que deveria recorrer ao Ministério das Finanças (MINFIN). A nossa equipa de reportagem assim o fez.

Também escudando-se no anonimato, um dos directores desse órgão ministerial confirmou a autenticidade dos documentos, advertindo, no entanto, que não se trata da versão final.

O PIIM contém várias escolas que já haviam sido inscritas no Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2018, proposto pelo Executivo e aprovado pelos

deputados na Assembleia Nacional. No município de Belas, por exemplo, constam seis, designadamente, as escolas números 2023, 2040, 2020, 2032, 2033 e 2049 que serão reabilitadas e ampliadas, mantendo a mesma

quantidade de salas de aulas, mas com orçamentos mais do que triplicados.

O OGE de 2018 previa que seriam aplicados 75 milhões de Kwanzas na reabilitação e apetrechamento de cinco das escolas acima mencionadas, ao passo que no PIIM as mesmas estão orçadas em 250 milhões e 658 mil Kwanzas. Neste montante não está incluso o apetrechamento. A escola nº 2023 aparece com dois orçamentos, com uma diferença de apenas dois Kwanzas.

Os gestores dos bens públicos nesse município assumem que vão construir escolas primárias com 336 milhões de Kwanzas, mas não especificam a comunidade, ou bairro, que beneficiará delas.

No Cazenga estão previstos dois orçamentos para a reabilitação da escola Angola e Cuba. No primeiro prevê-se a aplicação de 315 milhões, 113 mil e 500 Kwanzas somente para esse fim, estando a cargo da Administração Municipal. No outro, sob alçada do Governo Provincial de Luanda, o orçamento dispara para mil milhões, 786 milhões, 322 mil e 173 Kwanzas. Diga-se, porém, que nessa rubrica vem especificada a construção e apetrechamento da mesma.

Além desses elementos, salta à vista o facto de algumas infra-estruturas que serão reabilitadas ou construídas de raiz terem os seus orçamentos também previstos no OGE de 2019, revisto recentemente.

5.3 As lições apreendidas dos programas anteriores

Novo Jornal

05 De Julho de 2019

Texto: Ismael Mateus

A quase totalidade disponibilizada sobre o PIIM converge para o mesmo tipo de informação baseada em números de obras a realizar. Dizem as notícias que o PIIM abrange os 164 municípios do país e prevê a construção de quatro mil salas de aula, para vários níveis de ensino, cerca de 200 unidades hospitalares de diferentes categorias, a construção de 36 complexos residenciais administrativos assim como asfaltagem, terraplanagem ou reabilitação de estradas secundárias e terciárias, para facilitar o escoamento da produção agrícola do interior para os

grandes centros de consumo. Inclui projectos no domínio da segurança pública, com a construção e apetrechamento de esquadras de Polícia, da energia, águas e do saneamento básico.

Toda esta informação, ao contrário do que se pretende, reforça os receios dos cidadãos sobre o sucesso deste novo programa municipal. É preciso trazer um novo tipo de abordagem, deixar a lógica do betão e cimento e centrar-se nas pessoas, no impacto que este tipo de programas terá na vida das pessoas, de cada município e na definição de metas concretas em matéria de bem-estar. Para que o PIIM possa ser efectivamente a tal nova oportunidade, é fundamental que o seu objectivo esteja focado no cidadão como clientes. Não são os projectos de estradas, nem os valores do OGE e muito menos bonitos relatórios que certamente vão ser feitos. As metas do PIIM têm de ser estabelecidas em função da vida das pessoas: quantos empregos cada município vai gerar com o PIIM? Quantas empresas municipais serão abertas ou vão beneficiar de modo directo ou indirecto com o PIIM? Qual é a percentagem dos projectos que serão geridos por empresas locais?

Ou seja, este novo programa tem de prever medidas e um modo de actuação que torne a administração mais focada no cidadão, na melhoria da qualidade de vida do cidadão, na eficiência e na acessibilidade do atendimento aos cidadãos e na prestação dos serviços públicos. Mais do que o número global dos projectos abrangidos, interessa-nos saber quantas camas de hospital vão aumentar em cada município; quais os serviços médicos que passarão a ser prestados em cada município? Quantos filhos década terra vão receber formação ou terá oportunidade de aproveitar a oportunidade PIIM? Qual é o desafio de cada município em matéria de reduzir numa dada percentagem do número de alunos fora do sistema de ensino? Que número de população municipal passará a usufruir de água potável e energia eléctrica?

Nesse sentido, é absolutamente razoável que exijamos que se tenham em conta as lições apreendidas dos programas anteriores. Um dos erros recorrentes, e que infelizmente já está a ser cometido, é a pressa. Se, por um lado, é de elogiar o empenho dos técnicos que em quatro meses construíram um programa desta amplitude, por outro, isso também pode significar tempo insuficiente de maturação, de realização de estudos e simulações, de auscultação e ponderação. O facto de o programa ter sido lançado sem uma forte campanha de comunicação revela que o mal da pressa dos políticos está aí, e isso pode vir a ser um ponto crítico de sucesso. Seria desejável que se tivesse feito um período de experiência piloto com alguns municípios ou que tivesse havido um estudo profundo das razões do insucesso dos programas

anteriores. A pressa de colocar em acção determinados projectos estruturantes contribui muito para o fracasso, como alias já nesta gestão se prova com programas como as operações transparência e resgate.

O segundo perigo é a capacidade de envolver os cidadãos nos programas institucionais. O governo não pode condicionar as suas decisões à prévia consulta dos seus parceiros sociais, mas todos esperamos que, uma vez lançados os programas, sejam criados mecanismos para a recolha de contribuições e espaço para adaptações e correcções. Hoje, já deveria existir um grupo, um gabinete, um site ou um call center para a recolha de contribuições, no sentido de se tornar o PIIM um programa mais abrangente e envolvente de todos os angolanos. Por isso, a nossa crítica em relação ao foco do PIIM não deveria passar em branco. O foco, repetimos, não deve ser nos projectos, nas escolas ou nas estradas a reabilitar, mas antes nas pessoas, nos beneficiários directos e indirectos, no bem-estar das pessoas, nos empregos e nos impostos que serão arrecadados por cada município. O slogan "mais vida nos municípios" pode não ocorrer se essa vida vier de empresas e empregados de fora, o que terminados os projectos vai devolver os municípios à mesma letargia de hoje. Para que seja uma vida sustentável, tem de haver envolvimento dos próprios municípios, suas empresas, seus habitantes e realidades socioeconómicas.

O terceiro elemento crítico de sucesso é, como dissemos na semana passada, a capacidade de gestão do programa, sem contar com a necessidade de uma equipa de coordenação autónoma. Duas das tarefas prioritárias para um novo modelo de gestão do PIIM seriam a realização de um livro branco com as lições (boas e más) apreendidas em todos os programas anteriores e a promoção de um prémio de Boas Práticas do PIIM para ampliar e disseminar os bons exemplos, a criatividade e a inovação dos municípios. Aqui se encaixa também a necessidade de construção de um banco de conhecimento, onde se disponibilizem para os estudiosos, analistas e universidades, informação geral, experiências de funcionamento, dificuldades de relacionamento e outras realidades vividas por cada município, empresa ou projecto na implementação. É essa memória resultante do dia-a-dia que vai fortalecer a confiança no PIIM e ditar também a apropriação dos cidadãos.

O grande inimigo invisível do PIIM é a desconfiança. O passado de insucesso, aliado aos receios de instrumentalização partidária, tanto da situação como da oposição, só será vencido se for feita uma grande aposta na reformulação do relacionamento com o cidadão tornando-o participante do PIIM; na melhoria

da informação interna, com avaliação em tempo real, acções de transferência e foco nas pessoas e no seu bem-estar e com adopção de um modelo de gestão que optimize o modelo de funcionamento e possibilite a obtenção de resultados concretos.

O PIIM pode efectivamente ser uma nova oportunidade para todos nós e cabe ao governo fazer mais, muito mais, para que esse desígnio estratégico seja conseguido e os municípios, todos eles, possam contar com outro nível de desenvolvimento económico e social. Precisamos disso. A bola está do lado do governo. •

5.4 Autarquias podem ser solução para problemas sociais básicos

Jornal de Angola

05 De Julho, 2019

Texto: Garrido Fragozo

Se há dez anos visitou a sede da província da Lunda-Norte (Dundo), saiba que se nesta altura regressar a esta cidade não vai encontrar grandes mudanças nos mais variados sectores. O saneamento básico continua deficitário, habitações com pinturas desbotadas, débil fornecimento de energia eléctrica, precário funcionamento dos principais serviços sociais (Educação e Saúde), ao mesmo tempo que se observa uma disputa frenética de viaturas, motociclos e pessoas nas principais artérias da cidade, devido à inexistência ou ao péssimo estado dos passeios.

A equipa de reportagem do Jornal de Angola aproveitou a estada na também conhecida "Cidade das Mangueiras" (pela enorme quantidade de árvores plantadas ao longo de todas as ruas da cidade) e ouviu alguns habitantes, que falaram sobre o quotidiano da região.

Apercebendo-se da realização das jornadas parlamentares do MPLA, realizadas de 26 a 30 de Junho, a maioria dos cidadãos ouvidos pela nossa reportagem defendeu que o evento deve influenciar na solução imediata dos seus problemas sociais básicos, como assistência médica e medicamentosa, educação, emprego, habitação, abastecimento de água potável e fornecimento ininterrupto de energia eléctrica.

Alguns cidadãos, sobretudo jovens residentes no Dundo, informaram que na Lunda-Norte há carência de quase tudo.

"Não percebo como é que uma província que dá tantas receitas de diamantes ao país, que contribuem para o crescimento de infra-estruturas em muitas

regiões do território vive carências de vária índole?", desabafou a jovem Margarida dos Santos, 20 anos, estudante de Direito na única universidade da província "Lueje Ankonde", que na cidade do Dundo lecciona os cursos de Direito, Pedagogia e Economia.

Para a estudante, a maior expectativa para a solução definitiva dos inúmeros problemas sociais básicos com que se deparam os cidadãos na província da Lunda-Norte passa pela realização de eleições autárquicas. Sublinhou que do pouco que lê e ouve sobre autarquias locais, pensa ser o melhor modelo e garantia para a solução dos vários problemas sociais básicos das populações residentes nos diferentes municípios da província.

A assistência médica e medicamentosa na cidade do Dundo é bastante deficitária, disse, acrescentando que, apesar de existirem algumas, as unidades hospitalares deparam-se com muitas carências em termos de quadros técnicos, medicamentos e serviços especializados.

Na sede capital da província, referiu, "as coisas vão de mal para pior". Falou do hospital provincial, que aguarda por reabilitação total há alguns anos, das clínicas que cobram serviços cujos preços não estão ao alcance do cidadão comum e ainda dos muitos postos médicos espalhados pelos diferentes bairros que apresentam serviços duvidosos. Margarida dos Santos acusou as autoridades locais de pouco fazerem para mudar a situação. Enquanto isso, explicou, as pessoas são obrigadas a procurar tratamento médico na vizinha República Democrática do Congo (RDC). O recurso a este país é justificado pelos cidadãos devido à proximidade geográfica. Da cidade do Dundo até à fronteira de Tchissanda, os cidadãos percorrem pouco mais de dez quilómetros.

Quem também clama pela realização de eleições autárquicas para ver solucionado os problemas sociais básicos das populações locais é o cidadão António Vasco, de 57 anos, funcionário público, residente na cidade do Dundo desde criança.

"Tenho a plena certeza que com a realização das eleições autárquicas no próximo ano muitos dos problemas sociais básicos dos cidadãos das diferentes localidades da província serão ultrapassados". Acrescentou que, com receitas próprias, os autarcas vão poder resolver problemas relacionados com a construção e reabilitação das vias rodoviárias, obter assistência médica e medicamentosa, resolver o problema do saneamento básico, emprego e outros, sem esperar pelas directrizes de Luanda. Colacama Honoré, de 26 anos, também estudante na Lueji Ankonde, no curso de Pedagogia considerou "débil" o saneamento da sede capital como o dos restantes

municípios da província, salientando que faltam equipamentos adequados para o efeito.

No Dundo, a distribuição de energia eléctrica às diferentes zonas é bastante deficiente. O fornecimento depende de grupos geradores, porque as obras da Barragem de Luachimo ainda não estão concluídas. O abastecimento irregular de combustível para os grupos geradores tem causado constrangimentos na distribuição de energia à cidade e arredores. As diferentes ruas apresentam-se às escuras, dificultando não só aos cidadãos, como propiciando a acção dos marginais.

O jovem estudante lembra que há dois meses, aquando da crise geral de combustíveis no país, a província ficou pelo menos um mês às escuras. A distribuição de água potável à cidade e arredores é apenas garantida quando há energia eléctrica. A água distribuída à centralidade do Dundo é captada a partir do rio Luachimo, cinco quilómetros da sede capital, enquanto a que abastece a parte velha da cidade e arredores é retirada da nascente do rio Mussungue.

Desemprego

O desemprego na província também é um problema que preocupa. Alguns jovens ouvidos pela nossa reportagem sugerem que o Governo local coloque como condição às empresas ou grupos que pretendam investir na exploração mineira na região a contratação de mão-de-obra local e a melhoria das condições sociais das populações residentes nas áreas de exploração.

Em relação à habitação, os mesmos jovens estudantes reconheceram melhorias, com a construção da nova centralidade, mas queixam-se dos altos preços que são cobrados, além dos apartamentos serem insuficientes para a quantidade dos que pretendem realizar o sonho da casa própria.

5.5 OPSA esperava discussão aberta do PIIM antes de sua aprovação

Jornal OPAÍS

05 De Julho de 2019

Texto: Zuleide de Carvalho

Apesar de considerar o PUM "aparentemente" bom, coordenador do observatório Político Social de Angola (OPSA) diz que esperava por um debate mais inclusivo, pelo facto de o referido Plano contar com verbas provenientes do Fundo Soberano.

Fernando Pacheco, que falava num seminário sobre os desafios do processo de descentralização e

desenvolvimento local na província de Benguela, acrescentou que o Plano Integrado de Intervenção

nos Municípios deveria ser complementado com outro plano ou programa económico, sem o qual, prognostica, não se atingirá o desenvolvimento económico e social pretendido, desiludindo os jovens.

Defendeu também uma maior participação dos cidadãos, particularmente jovens, na tomada de decisões do poder político, permitindo um maior equilíbrio.

"Grande parte dos projectos e programas desenhados para permitir o desenvolvimento local não resultaram por falta de contrapesos na sua definição", acrescentou o prelector, que apontou alguns exemplos da falta de participação da cidadania e de equilíbrios na tomada de decisões.

"A construção de um complexo agrícola no Cubal, para a produção de fuba de milho (numa zonas em tradição de cultura de milho), com aplicação de elevadas quantidades de dinheiro", referiu.

O também engenheiro agrónomo acrescentou que a construção da fábrica de massa de toma-te no Dombe Grande e a aplicação de USD 66 milhões para a produção de algodão no Cuanza-Sul, foram dos piores projectos-agrícolas que já conheceu e que nunca renderam sequer um quilograma, no caso do algodão.

Noutro campo de desenvolvimento, o co-fundador da ADRA, considerou o Programa Integrado de Intervenção Municipal (PUM) "aparentemente" bom, mas que deveria primeiro ser discutido de modo aberto, antes do seu anúncio ou aprovação, uma vez que está a envolver recursos do Fundo Soberano do país.

5.6 O PIIM de João Lourenço: Um Baloíço Inteligente e Uma Armadilha Retrocedente para Gestores Municipais

FOLHA 8

06 De Julho de 2019

O lançamento do recente Plano Integrado de Intervenção nos Municípios de iniciativa presidencial é um projecto cujos resultados são ainda difíceis de prever, mas que as expectativas são maiores.

Para João Lourenço e seu MPLA é oportunidade para sacar da cartola a última bala de confiança que ainda

o povo concede a este partido que muito deixou a desejar nos últimos anos pela gestão desumana do erário público, algo que tem sido confirmado pelas quotidianas revelações do mosaico político judicial.

Na verdade, o MPLA até antes mesmo de João Lourenço, era apenas uma máquina de roubalheira e que se JES arriscasse a candidatar-se os danos seriam severos. Mas não é por aí que queremos enveredar nesse nosso artigo. Em causa está exactamente o PIIM que agora parece uma ideia nova do nosso famoso JLo que nas vestes de Presidente da República teve a tão surpreendente iniciativa, que embora nos bastidores se veja como uma forma de potencial' os futuros autarcas pelo MPLA, dum lado se pode constituir de uma sabotagem para os políticos que pretendem aproveitar-se das fraquezas do MPLA na melhoria das vidas da população nas localidades.

Só que o povo quer apenas o bem-estar com serviços básicos necessários para que a vida continue a realizar-se nos municípios. Este acto de bem servir, não importa quem o protagonize, afinal de contas, temos poucas preferências enquanto cidadãos, mas temos opções, tais que nos podem levar ao bem-estar desejado. Os administradores municipais devem e precisam aprender com o passado negro do MPLA. Desviar coisa pública desde sempre foi um crime. Só que antes era um crime impune, ou que, dificilmente era imputado aos actores. Aliás, quem mais roubava ao estado tinha a maior possibilidade de ascender de cargo em cargo através da famosa tática da obtenção de dividendos com os superiores hierárquicos, parecendo-se assim um "bom menino".

Apesar de estarmos diante do mesmo MPLA, com os mesmos rostos na sua maioria, é de se admitir que a consciencialização sobre o fenómeno da honestidade já assumiu as rédeas do poder e começa agora a estabilizar-se no seio dos governantes que são todos dos "camaradas". Quem ainda não aprendeu a gerir bem o que é do povo, eis a oportunidade com o PIIM, a grande avaliação final para os administradores municipais:

Nada de "olho grande!"

Sabe-se que o PIIM foi criado para mitigar as variadíssimas dificuldades por que passam as populações locais e tentar melhorar certo nível de oferta de serviços básicos, começando pelas prioridades, mas dito certo é que se tornará num tecto em pronto desabamento para aqueles que ainda insistem em tirar dividendos das receitas cabimentadas em seus municípios.

Quem souber identificar as prioridades concretas através da auscultação e estudos de viabilidade pode sagrar-se campeão neste projecto.

Contudo, não há nada a prever, mas muito a esperar e tanto por prevenir para não se cair em ilusões eduardistas, onde a subtracção é a única operação matemática que os governantes sabiam demonstrar com mestria de carris elevado. Chegou a hora de somar melhorias através da multiplicação de serviços.

FORÇA Ai. SENHORES ADMINISTRADORES!

Conferencista. Professor. Investigador, Escritor e Desenvolvedor Tecnológico

5.7 Portugal está disponível para apoiar autarquias em Angola

Jornal de Angola

06 De Julho, 2019

Texto: Adelina Inácio

O presidente da Assembleia da República Portuguesa, Eduardo Ferro Rodrigues, manifestou ontem, em Luanda, a disponibilidade de Portugal apoiar as eleições autárquicas que se realizam no próximo ano no país.

Ferro Rodrigues, que falava na abertura das conversações oficiais entre os Parlamentos dos dois países, considerou a realização das eleições autárquicas em Angola como um acto importante e reiterou a disponibilidade de Portugal para colaborar com as autoridades angolanas no que for útil.

Na Assembleia da República Portuguesa, disse, valoriza-se em especial a cooperação com Angola. Lembrou o Protocolo de Cooperação existente no domínio parlamentar, cujo balanço é feito agora na reunião que decorre em Luanda.

Sobre a actividade parlamentar, Ferro Rodrigues revelou que a Assembleia da República Portuguesa pretende, entre 2019-2020, adaptar a base de dados dos debates parlamentares e da biblioteca, seminário sobre o acompanhamento e fiscalização de processos autárquicos e das finanças locais.

O líder do Parlamento português falou igualmente sobre comércio e investimento, afirmando que Angola é parceiro estratégico de Portugal neste domínio. "Atribuámos a maior importância a esta nossa visita, o seu objectivo é claro e insere-se numa constante da política externa portuguesa. Angola é um amigo e um irmão e um parceiro com quem queremos trabalhar", afirmou.

Ferro Rodrigues informou que existe na Assembleia da República um grupo de amizade com Angola, “muito empenhado e activo”, uma vez que, disse, o interesse de Portugal para com Angola resulta de evidências. Lembrou que em Angola vive uma larga comunidade portuguesa “que encontrou trabalho e futuro e que sente Angola no coração”. Ao mesmo tempo, disse, em Portugal vivem cerca de 17 mil angolanos.

O presidente da Assembleia da República Portuguesa afirmou que Portugal aprecia, com satisfação, os progressos feitos pelas autoridades angolanas no sentido de fortalecer as suas instituições e de criar condições para o progresso económico e social. Eduardo Ferro Rodrigues, que visita pela primeira vez Angola, confirmou que deve ser recebido, em audiência, pelo Presidente João Lourenço, tendo destacado o facto de, na actual legislatura portuguesa, terem sido apenas o Chefe de Estado angolano e o Rei Filipe, de Espanha, os únicos a falarem no plenário da Assembleia da República Portuguesa.

Eduardo Ferro Rodrigues chegou na noite de quinta-feira a Luanda e iniciou ontem uma visita de cinco dias a Angola, durante a qual participa na IX Assembleia Parlamentar da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP), que decorre na próxima segunda e terça-feira, na capital angolana.

Mais dinamismo na cooperação

O presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, afirmou que o Parlamento angolano valoriza a diplomacia parlamentar e tem interesse que a cooperação parlamentar entre os dois parlamentos seja mais dinâmica.

De acordo com o líder do Parlamento angolano, as recentes visitas oficiais de altas entidades de Angola e de Portugal comprovam a vontade mútua de aprofundamento das relações de cooperação entre os dois povos e países.

Mas, para que tal aconteça, Fernando da Piedade Dias dos Santos entende que os esforços dos dois Parlamentos devem concentrar-se no reforço do intercâmbio institucional, através da troca de visitas e experiências e identificação de novas áreas de cooperação e de actualização dos acordos, tendo em conta a actual realidade política, económica e social dos dois países.

No âmbito da Assembleia Parlamentar da CPLP, onde as posições dos dois países têm sido convergentes, Fernando Dias dos Santos entende que o desempenho pode ser melhorado. O líder parlamentar citou, como exemplo, a criação de

mecanismos adequados e eficientes para a protecção dos cidadãos de Angola e Portugal nos países da comunidade.

5.8 Administradores querem mais que 25 milhões kz

Novo Jornal

12 De Julho de 2019

Texto: Hélder Caculo

As verbas disponibilizadas à gestão dos administradores municipais, no âmbito do Programa Integrado de Desenvolvimento Local de Combate à Pobreza (PIDLCP), são insuficientes para materializar os vários projectos sociais na província de Luanda. É a conclusão a que chegaram administradores de diferentes municípios da cidade capital no final de um encontro alargado, 'chefiado pelo governador Sérgio Rescova Joaquim, de que participaram também membros da coordenação do grupo técnico do PIDLCP.

Os administradores defendem que deve haver algum incremento nas receitas destinadas aos municípios (mais que 25 milhões de kwanzas). Uma posição de que o coordenador do grupo técnico da unidade de acompanhamento do PIDLCP, Miguel Pereira, discorda, pois, no seu entender, "todos os municípios do país recebem mensalmente 25 milhões de kwanzas [o que totaliza 544.654.452 milhões Kz a nível do país] para a implementação deste projecto. Se forem bem aplicados será possível satisfazer as necessidades das populações".

Mas, para os administradores, cada município tem uma realidade diferente, por isso defendem que "as verbas devem variar em função da situação de cada localidade.

Miguel Pereira, coordenador do PIDLCP insistiu ser possível fazer-se muito com pouco (25 milhões de kwanza) e justificou, diante de Sérgio Rescova: "os recursos alocados devem ser bem aplicados, no sentido de poder concretizar as acções prioritárias, pensamos ser um programa favorável, pois, além de envolver as famílias, deve também envolver acções complementares, que podem não ser nesse programa, mas em outros ligados a transferências sociais".

Metas e desafios do PIOLCP

Com o PIDLCP, o Governo da Província de Luanda perspectiva reduzir a taxa de incidência de pobreza fixada em 36% em 2017, para 25% até 2022.

O programa pretende integrar e priorizar, além de ex-militares, cerca de 28.300 crianças menores de cinco anos provenientes de famílias pobres, as quais deverão beneficiar de um rendimento social mínimo.

Dentro de três anos, serão elaborados diagnósticos da vulnerabilidade em Angola, nos quais 1.131.783 beneficiários vão estar cadastrados na base de dados da vulnerabilidade, aprovados nos 164 planos municipais integrados de desenvolvimento local e combate à pobreza.

5.9 Alemanha quer transmitir experiência sobre autarquias

Jornal de Angola

12 De Julho, 2019

Texto: Garrido Frago

O presidente do Conselho Federal da Alemanha, Daniel Günther, manifestou hoje, em Luanda, a disponibilidade daquele país europeu em transmitir a Angola experiências em matéria de realização de eleições autárquicas.

O líder do Bundesrat falava na abertura das conversações oficiais entre delegações do Parlamento angolano e do Conselho Federal alemão, na sede da Assembleia Nacional, em Luanda. O presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, e o líder federal alemão, Daniel Günther, presidiram as conversações entre delegações dos dois países, que duraram cerca de duas horas.

"Estamos em Angola para a troca de experiências. Penso que ambos temos muito a aprender. Acompanhamos, com bastante interesse, o desenvolvimento de Angola, sobretudo, em relação à reforma do Estado, no quadro da realização das primeiras eleições autárquicas no próximo ano", afirmou o presidente do Conselho Federal da Alemanha.

Ao descrever alguns aspectos do processo federal, Daniel Günther indicou que a troca anual da presidência do Conselho Federal espelha bem o federalismo naquele país. O líder representativo dos 16 Estados federados da Alemanha esclareceu que estes Estados dentro da República Federal possuem um processo legislativo próprio e, ao mesmo tempo, participam no processo legislativo a nível federal.

Daniel Günther manifestou o interesse daquele país em cooperar em sectores como a Saúde, Energia e Produção Alimentar. O líder federal defendeu o aumento da cooperação bilateral e dos investimentos

mútuos, como forma de beneficiar os dois países e povos.

Crescimento da economia

Daniel Günther mostrou-se impressionado pela forma dinâmica como tem estado a crescer a economia angolana, sobretudo nos sectores Económico e Social, apesar de ter vivido uma longa guerra civil.

O responsável disse que a visita a Angola está a ser acompanhada com "muito interesse" da parte da imprensa alemã pela quantidade de pedidos de entrevista que lhe chegam de diferentes órgãos de comunicação social daquele país. A visita a Angola, referiu, é uma retribuição da deslocação oficial do Presidente da República, João Lourenço, à Alemanha, no ano passado. "Era importante retribuir esta visita quanto antes", afirmou Daniel Günther, que augura para o próximo ano o incremento de visitas mútuas de alto nível.

O presidente do Conselho Federal da Alemanha aceitou a ideia avançada pelo líder da Assembleia Nacional angolana de aprofundar a cooperação com o Estado alemão de Schleswig-Holstein.

Demonstração de amizade

Na abertura das conversações oficiais, o presidente da Assembleia Nacional disse que a visita da delegação alemã ao país demonstra o valor que aquele país atribui às relações bilaterais de amizade, solidariedade e cooperação com Angola.

Ao enaltecer a grandeza do país europeu, Fernando da Piedade Dias dos Santos disse que "Alemanha é conhecida como uma grande escola e exemplo de como um Estado assolado pela guerra se reconstrói, tornando-se numa importante voz no concerto das Nações."

Segundo Fernando da Piedade Dias dos Santos, a Alemanha também é conhecida pela sua "grande capacidade de protagonizar feitos históricos relevantes para a humanidade", apontando como exemplo o processo de unificação do país após II Guerra Mundial.

Fernando da Piedade Dias dos Santos considerou que a aposta na inovação tecnológica para o assecuramento da competitividade do Estado de Schleswig-Holstein, de que Daniel Günther é presidente, deve constituir para Angola fonte de inspiração para "voos" que pretende efectuar no capítulo da competitividade da economia.

Com o Estado de Schleswig-Holstein, Fernando da Piedade Dias dos Santos considera que Angola pode aproveitar capacidades nas áreas da inovação digital e das infra-estruturas de alta tecnologia.

Fernando da Piedade Dias dos Santos manifestou a intenção de Angola em aprofundar as relações de cooperação parlamentar com aquele país europeu, acrescentando que a visita, hoje, da comitiva alemã à FILDA pode abrir caminho para o sector privado.

5.10 Faz falta a Luanda um projecto comum

Jornal de Angola

17 De Julho, 2019

Texto: Adebayo Vunje

Luanda criou um mito da sociologia política angolana: transformou-se num “cemitério de quadros”. Muitos por ali passaram, mas apenas alguns deixaram boa memória. É um histórico de que nenhuma cidade se orgulha, já que o Governo da cidade tornou-se um paradigma desde a Antiguidade. Ainda assim, dos últimos anos, há claramente dois governadores que tentaram, que tinham, pelo menos, ao que tudo indica, uma ambição, um projecto para ser tornado comum: falamos de Ruy de Carvalho e de Aníbal Rocha.

Chegou a vez de Sérgio Luther Rescova (SLR), que não quer deixar dúvidas sobre o que pretende fazer, estando depois do seu próprio diagnóstico sobre a situação, que iniciou no pico das chuvas para, neste cacimbo, começar a dar indícios de novas soluções. O mais novo governador da Província de Luanda, capital de Angola, tem uma tarefa hercúlea. Mas não é exclusivamente sua. É de todos os seus habitantes. Por isso, é urgente que cada um de nós faça mais, melhor e diferente. Luanda precisa de conhecer uma transformação urbanística e social ao estilo de Bogotá e Medellín (depois de o governador e jornalista Alonso Salazar ter tirado a cidade do mapa do narcotráfico e de toda a violência e degradação associada), Nova-York (nos anos 1990) e Kigali pós-genocídio.

E embora se levante algum debate sobre a sua génese, a verdade é que o 25 de Janeiro continua a ser celebrado – mesmo sem tolerância de ponto – como o dia da fundação da antiga cidade São Paulo de Assunção de Loanda – projectada desde 1575 pela colonização portuguesa na confluência entre os Reinos do Kongo e do Ndongo, uma das mais antigas cidades a sul do equador.

A cidade da Kyanda, como muitos lhe chamam, dada a sua dimensão histórico-antropológica, tornou-se, com a Independência de Angola, a convergência de todos os angolanos que fugiam da guerra civil nas suas diversas etapas: 1975; 1981; 1987; 1992; 1998 e da "guerra do pós-guerra". Momentos que foram marcantes na cartografia da cidade, que resultam do grande êxodo de população de outras províncias, levando ao aumento geográfico e demográfico da capital, de forma descontrolada e caótica. Os limites da ocupação territorial foram-se alastrando e hoje até parece que muitos de nós perdemos a noção dos reais limites de Luanda. Esta expansão deu mesmo origem a uma nova divisão política e administrativa, retirando partes do Bengo para a actual Luanda.

Chegámos ao cenário actual: uma província de Luanda com os seus mais de seis milhões de habitantes, à luz do Censo Geral de 2014. Mas estimativas recentes colocam-na acima dos sete milhões. Esta população poderá duplicar em 2030, levantando-se assim enormes desafios que são também o ponto de partida para qualquer governação. São, no fundo, os desafios de quem governa hoje, no caso, SLR e sua equipa. Luanda, só para termos uma ideia, é uma cidade com a população igual ou superior à de vários países – Luanda tem o dobro da população da Namíbia, Libéria, Botswana, mais de metade da população portuguesa e está muito longe dos 590 mil habitantes do arquipélago de Cabo Verde (obviamente, excluímos a sua diáspora).

Como se já não bastassem todos os nossos problemas, ainda temos as chuvas, esse nosso “fiscal de obras”, que tem servido para destapar, com lamentável frequência, a qualidade das obras a que temos vindo a assistir. E o problema das chuvas em Luanda, não sendo uma novidade, tarda em conhecer soluções reais e sustentáveis. As valas e os sistemas de drenagem de águas continuam a apresentar muitos problemas. Foram feitas algumas intervenções, mas quando olhamos para o percurso delas notamos graves problemas – ora porque foram parcialmente reparadas, ora porque tinham problemas de manutenção. Falo, por exemplo, da “Senado da Câmara”, “Rio Seco” e outras duas que têm sido incapazes de sustentar a pressão das águas resultantes destas enxurradas.

5.11 Cartoon

Novo Jornal

19 De Julho de 2019



5.12 Gestão Municipal

Jornal Economia e Finança

19 De Julho de 2019

Texto: Mateus Paulo Congo

A estão municipal ideal para o actual período foi baptizado como o novo normal em Angola - que digo, com franqueza, introduzido pela coragem e pragmatismo do actual Titular do Poder Executivo. Um período que pretendemos seja efectivamente a ruptura com o passado. Um passado que bem poderia ser risonho ou de feliz memória - se não mesmo o pilar para edificação do futuro - se soubéssemos converter ou transformar os altos índices de crescimento económico em desenvolvimento socioeconómico sustentável, dito de outro modo, se aproveitássemos melhor o facto de no intervalo económico 2004-2012 a economia angolana situar-se entre aquelas que mais crescia a nível mundial, particularmente, no continente africano. Isto para não falar das inúmeras potencialidades possuídas em termos de recursos naturais capazes de gerar riqueza e qualidade de vida às populações. Contudo, a realidade socioeconómica do país contrasta negativamente com os dois vectores antes referidos. Infelizmente, o desenvolvimento socioeconómico não é uma realidade para a maioria das pessoas.

A larga maioria dos munícipes em Angola vive muito longe dos padrões de bem-estar social. Esse facto é evidenciado, por exemplo, olhando para indicadores como o IDH, coeficiente de Gini, receita e consumo médios mensais por pessoa ou os indicadores mais

macros como os da saúde: a esperança de vida ao nascer (anos); taxa de mortalidade de adultos: feminino (por 1.000 pessoas); taxa de mortalidade de adultos: masculino (por 1.000 pessoas); taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos); despesas de saúde pública (% do PIB) e a taxa de mortalidade dos menores de cinco anos (por mil nascidos vivos). Ou os da educação: anos de escolaridade esperados; taxa de alfabetização de adultos; despesas governamentais com educação (% do PIB); Taxa bruta de matrícula: pré primário (% de crianças em idade pré-escolar); anos médios de escolaridade, rácio escola-professor escola primária (n? de alunos por professor), só para citar estes.

Do que se disse antes percebe-se que o passado recente de Angola no capítulo da gestão municipal não orgulha o angolano de bem. Por isso, sou partidário da lógica da ruptura em vez da continuidade. A lógica da continuidade pode ser igualada ao conformismo. O conformismo é perigoso. Há que incentivar o espírito de mudança. O mundo está em constante mutações e quem pretende vencer deve sair da zona de segurança e conforto. Não é diferente com a gestão da coisa pública. Quem em tempo de fartura não soube alocar eficaz e eficientemente os recursos financeiros públicos postos em suas mãos para solucionar as necessidades básicas das populações não deve/ devia merecer qualquer período de graça, além do estaleiro. Governar não deve significar ignorância ou miopia aos problemas dos governados, deve, antes, significar aquilo que podemos chamar de perspectiva agostiniana de matriz angolana, ou seja, "o mais importante é resolver os problemas do povo". Como querer resolver os problemas de um país como o nosso quando se insistem nas mesmas pessoas que ajudaram a degradar a imagem do país? Como pensar desenvolvimento sem fazer-se as ropturas necessárias e aconselháveis em períodos reformistas? A maior mudança que um país como Angola precisa é a mudança de consciência dos seus cidadãos, sobretudo, a elite política ou governativa. Querer um país novo e continuar com as práticas antigas vale pouco ou nada. Um país é a soma dos seus cidadãos. Se as partes que compõem o todo indivisível permanecem atreladas às mesmas práticas resultante da mesma consciência, o todo, muito dificilmente, sofre mutação.

É verdade e até mesmo natural a emergência de uma corrente crítica à lógica da roptura, sobretudo, do ponto de vista político. Por essa acarretar certo risco político, principalmente, quando se pensa na convivência entre duas ideologias político-partidárias diferentes. Também não é menos verdade que a referida corrente crítica não inviabiliza ou invalida o

cerne da questão. Afinal, reconhecemos a existência de muitos bons cérebros na força política da situação, jovens descomprometidos com o anterior status quo, gente que não caju na aventura do enriquecimento ilícito, estes são activos da roptura. O mesmo que dizer que a roptura pode ocorrer com os legítimos vencedores da última competição política. O ideal talvez fosse que a roptura ocorresse com todos. Não sendo esse o entendimento dos tomadores de decisão. O caminho passa por gente nova. Pessoas com vontade de andar junto do Titular do Poder Executivo, na mesma velocidade, olhar e trabalhar para o mesmo objectivo-o de melhorar a vida dos angolanos. Já não podemos adiar o progresso e desenvolvimento deste país. Esse povo heróico e generoso há muito que foi relegado para o quase esquecimento. Vivendo à mercê de si mesmo e longe dos padrões de vida recomendados. É hora de andarmos como uma verdadeira Pátria, e acima de tudo, uma Pátria Unida. Foi assim na revolução independentista e deveria ser, igualmente, assim, na nova revolução para o desenvolvimento. É possível!

Por isso, um novo regime financeiro para os mesmos gestores municipais parece-me pouco recomendável. A lógica da continuidade mina o novo normal. A lógica da ruptura é mais prudente e teria essencialmente que ver com a injeção de novas ideias nas lideranças municipais. Afinal, a vida faz-se nos municípios. Termino alertando que uma estratégia de desenvolvimento bem conseguida a nível dos mais de 100 municípios do país - ou na maioria desses -, seria uma vitória da liderança do país. Uma vitória dos mais de 28 milhões de angolanos é angolanos.

5.13 Gestores defendem fiscalização mais na execução do PIIM

Jornal Economia e Finanças

19 De Julho de 2019

Texto: Vânia Inácio

O Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), até 2020, deverá ser implementado sob forte rigor e fiscalização para evitar derrapagens, desvios e não concretização dos pressupostos da sua criação.

Recentemente, durante um programa televisivo, a secretária de Estado para a administração do Território, Laurinda Cardoso, disse que face à execução em curso do OGE revisto, a implementação do PIIM será protelada para acautelar a duplicidade orçamental.

O Plano concebeu ao todo 1.864 projectos identificados nos 164 municípios do território

nacional e que contaram com a participação popular, através de uma consulta local sobre as suas reais necessidades e prioridades.

No debate da Tv Zimbo, Laurinda Cardoso esteve ladeada por José Severino, da AIA, Raúl Danda, político, e Ismael Mateus, jornalista.

Segundo disse a representante do Governo, o financiamento de dois mil milhões de dólares sai do Fundo Soberano, e o seu uso é perfeitamente legítimo, pois não viola o Decreto Presidencial 13ShS em vigor. Tais valores poderão ser utilizados na construção de novas salas de aulas, hospitais, estradas, entre outros.

Laurinda Cardoso explicou, na ocasião, que ao longo da execução das várias acções que integram o PIIM, será tido em consideração, dentre outros pressupostos, a não duplicidade orçamental com o actual OGE_

"Já foi acautelada a inserção destes projectos no OGE, porque é preciso evitar uma espécie de duplicidade orçamental. Temos de cumprir com as regras da Lei do OGE", disse.

Lembrou ser a verba proveniente de um activo do Fundo Soberano até então fora do controlo de Angola, porém recuperado, "daí que vai permitir a implementação dos programas e dar outra vida aos 164 municípios".

Informou também ter o programa previsto a formação para os administradores de todos os municípios, por ser a primeira vez em que os mesmos têm a oportunidade de desenhar, definir e estabelecer as suas próprias prioridades.

"Não podemos ser ingénuos em relação a isso. O plano é estrutural, ou seja, prevê também as questões do acompanhamento técnico e metodológico, para garantir que os municípios todos estejam capacitados e preparados para a sua execução.

Diz haver uma certa confusão. O PIIM tem a ver com acções, projectos que vão ser executados pelos municípios em orçamento. No PIIM, foram descritos os projectos que visam salvaguardar uma execução a curto prazo, imediato, visando acautelar alguns problemas urgentes dos municípios e não tem nada a ver com o regime financeiro local, ou estruturas orgânicas.

Os 25 milhões de kwanzas disponibilizados mensalmente às administrações não são PIIM, conforme assegurou, mas trata-se de verbas alocadas, integradas no Programa de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.

"Portanto, é um programa definido com regulamento próprio, que também não tem nada com o PIIM" concluiu.

5.14 Municípios à espera de melhores resultados

Jornal Economia e Finanças
19 De Julho de 2019
Texto: Fernando Cunha

O Plano Integrado de Intervenção dos Municípios, que contém acções a serem desenvolvidas até ao ano de 2020 nos 164 municípios que compõem a circunscrição administrativa do país, vai mudar significativamente as condições de vida das populações da província do Huambo.

O entendimento é de grande parte dos Administradores Municipais do Huambo, que acreditam na particularidade como o PIIM foi elaborado da base ao topo. São eles que, a partir das suas áreas de circunscrição, tem a tarefa de identificar as necessidades que consideram prioritárias para as populações que governam.

"O PIIM está alinhado com outros planos já existentes, nomeadamente o Plano de Desenvolvimento Nacional, que vai até 2022 e o Nacional Estratégico da Administração do Território, previsto para ser executado até 2025", afirma confiante Bonifácio Vissetaca, administrador do Município do Longonjo.

A província do Huambo viu aprovado pelo Executivo, um total de 270 projectos repartidos pelos 11 municípios que compõem a sua circunscrição administrativa, e que estão avaliados em kz 32 bilhões, 257 milhões, 517 mil e 310 mil.

"Os números aprovados para a no a província ainda estão longe das necessidades a serem satisfeitas, mas a serem cabimentados na sua plenitude, vão seguramente criar novo impacto nas condições de vida das populações dos onze municípios do Huambo", avança o economista e docente na Universidade José Eduardo dos Santos, Hermenegildo Chilemba.

Os números previstos no Plano Integrado de Intervenção dos Municípios para a província do Huambo são "acatentadores" na óptica do administrador do município do Huambo, João Calão Figueiredo.

Se os números previstos no PIIM forem integralmente cabimentados, o município do

Huambo vai receber 2 bilhões, 767 milhões, 815 mil e 362 kwanzas para materializar 22 acções.

Entre as 22 acções constantes para a materialização, a construção de uma Central Térmica na comuna sede da Calima, avaliada em kz 19 milhões e 500 mil, e a reabilitação da Central Térmica da Chipipa e requalificação do sistema de abastecimento de água da mesma comuna, projectos orçados num total kz 46 milhões e 500 mil, deixam as populações esperançosas em dias melhores.

Longonjo mais esperançoso

O município do Longonjo, é aquele em quem os investidores apontam um futuro risonho. Na zona foi descoberta uma área com 23 milhões de toneladas de metais tido por geólogos como sendo valiosos e raros no mundo, e apelidados por eles como sendo o "Ouro do Século XXI".

Tal facto, tornou a Vila sede do Longonjo num destino apetecido por muita gente, desde políticos, investidores e até garimpeiros, em busca de novas formas de vida. No Plano Integrado de Intervenção nos Municípios, o Longonjo possui aprovado pela estrutura da administração do Estado, um total de 20 acções avaliadas em Um bilhão, 722 milhões, 687 mil e 348 kwanzas.

A estrutura governamental local elegeu no programa apresentado ao Executivo a recuperação de vias de comunicação, nomeadamente a recuperação de estradas secundárias e terciárias da vila sede, das comunas da Chilata e de Catabola, como principais projectos a executar. a projecto de extensão da energia da Central Eléctrica Híbridas, com capacidade para gerar cinco megawts de energia e colocado à disposição das populações em Maio passado, é um processo que vem sendo reclamado pela população, cujo objecto social está virado para a pequena indústria.

Outros Municípios

O tradicional e mais antigo município da circunscrição administrativa da província do Huambo, o Bailundo, está contemplado no PIIM com 23 acções avaliadas em um bilhão, 834 milhões, 559 mil e 999 kwanzas, tendo virado as suas prioridades para os ramos da saúde, Educação, recuperação e terraplanagem de diversas vias de comunicação nas zonas de Monte Belo, Bimbe, Lunge e a vila sede do município.

A Caála, com 16 acções registadas, é o município da província que pode receber a maior fatia do "bolo" do PIIM. Os seus programas estão avaliados em dois bilhões, 860 milhões, 146 mil e 448 kwanzas, tendo a

prioridade voltada para as vias de comunicação, com a asfaltagem de mais de 15 quilómetros de estradas das comunas, orçadas em um bilhão, 575 milhões de kwanzas.

5.15 O Sonho dos municípios

Jornal Economia e Finanças

19 De Julho de 2019

Texto: Hélder Manasse Batalha

A primeira nota que se faz é a pertinência do lançamento do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PUM), apesar e chegar muito tarde, mais vale tarde do que nunca. Da mesma forma, quero ajudar a esclarecer alguma confusão que se faz no ponto de vista da terminologia da desconcentração e descentralização que são momentos diferentes. A desconcentração administrativa é o princípio que já vem sendo implementado desde a realidade da

Lei Constitucional e que transferiu-se para a actual Constituição da República de 2010, que se consagrou como realidade constitucional os princípios da desconcentração, descentralização e autonomia local (Poder Local).

O princípio da desconcentração adoptado até ao ano passado, não teve o seu resultado de eficiência se tivermos em conta a desestruturação social e económica que enfrentam os 169 municípios de Angola, onde existe uma carência drástica de bens e serviços. Foi assim que o Executivo entendeu através do Presidente da República e que também já tinha defendido no meu trabalho de licenciatura, quando abordei a Gestão Sustentável da Cidade de Luanda e na minha dissertação de mestrado com o tema: "Eficiência do princípio da desconcentração administrativa no processo de desenvolvimento dos municípios: - o caso do município de Viana", em 2014, foi delimitado nos anos 2003-2017, aqui ilustro como "o princípio da desconcentração falhou" e quais seriam os princípios e modelos, teorias e concepção de gestão pública para rapidamente alterar o quadro crítico que vivem os municípios?

Na verdade, o que estamos a viver é uma verdadeira descentralização administrativa e financeira através das transferências de competências, administrativas, financeiras, técnicas e humanas para as administrações municipais, que tinham sido desconcentradas nos governos provinciais, ou seja, aos governadores provinciais somente. Esta fase não se denomina desconcentração e descentralização que seria um grande erro, porque até a descentralização administrativa é a penúltima fase antes de entrarmos

na última realidade constitucional da autonomia local, que é efectivamente a institucionalização do poder Local (Autarquias Locais).

Contudo, o momento da implementação do PIIM surge numa fase em que é a penúltima, como referi, da descentralização administrativa.

Segunda nota, com a entrada do PIIM de iniciativa do Presidente da República, ilustra uma grande visão e preocupação com o desenvolvimento municipal e na qualidade de considerar-me como o primeiro defensor da municipalidade, penso estarmos alinhados com a medida de urgência sobre o rápido crescimento e desenvolvimento dos municípios, mas para a sua eficiência em função do prazo estipulado até 2020, é necessário que o Presidente da República indique um responsável com um conhecimento na área em gestão pública para fiscalizar, acompanhar e elaborar relatórios sobre a sua aplicação a nível das administrações municipais.

O Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) deve estar aliado ao de Investimento Público (PIP) para não correremos o erro da redundância de intervenções. Logo, há necessidade de uma boa articulação para não haver colisão. É um programa ambicioso e animador que se for obedecido os parâmetros definidos até 2020, Angola terá a possibilidade já em 2021 de implementar as autarquias locais em todo o território nacional. Da mesma forma, de modo a mitigar ou estancar os conflitos de competências a nível local entre os governadores e administradores municipais, li necessário cria-se uma norma jurídica que atribui competências de decisão aos administradores municipais deixando os governadores provinciais com as competências de fiscalização. a presente reparo tem razão de ser, uma vez notar que a maior parte dos governadores provinciais pensa que as iniciativas de desenvolvimento local continuarão a estar sob sua tutela. Pensamos que o Presidente da República devia deixar bem claro essa definição.

Por um lado, a mudança de consciência dos governadores provinciais, tendo em conta que o momento em curso da descentralização administrativa e financeira poderá ser crucial para o rápido desenvolvimento dos municípios e garantir a eficiência do Programa Integrado de Intervenção Municipal. as governadores provinciais terão que perceber rapidamente que agora as atenções são nas administrações municipais. Se os municípios se desenvolverem, a província é que ganha, uma vez que são os municípios que constituem a província. Por outro lado, encontramos aqueles que têm a responsabilidade da execução do PIIM que são os administradores municipais, pois é necessário que

sejam indivíduos com um nível alto de meritocracia, ou seja, conhecimento de fundo sobre a matéria de governação local para não frustrar a iniciativa do Presidente da República de desenvolver rapidamente os municípios de Angola. Não podemos continuar a ter administradores municipais com um grau de escolaridade da 12ª classe ou 9ª classe, administradores que por mérito da militância partidária continuam à frente, prejudicando assim todo o esforço do Titular do Poder Executivo. A PIIM deve ser acompanhado com executivos competentes e capazes de interpretar as linhas de acção do programa e os prazos a cumprir.

O modelo de governação participativa de perspectiva neoliberal é o mais eficaz. É necessário não seja somente o Governo a participar e a executar; deve também, além da participação dos munícipes, na sua fase de implementação envolver as universidades públicas e privadas, as grandes e médias empresas. Todas as sensibilidades do município devem ser incluídas para uma maior eficiência.

5.16 PIIM dá prioridade à Educação saneamento e à ordem pública

Jornal de Angola

19 De Julho, 2019

Texto: Joaquim Aguiar

A construção de infra-estruturas escolares, de saneamento básico e esquadras policiais, para o reforço da segurança e ordem pública, estão entre as prioridades da Administração Municipal do Chitato, na província da Lunda-Norte, no âmbito do Programa Integrado de Intervenção nos municípios, garantiu o seu administrador, Gastão Júnior.

Em declarações ao Jornal de Angola, o administrador do município sede da Lunda-Norte enumerou as acções concretas a serem desenvolvidas com os fundos do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) e indicou o sector da Educação como aquele que vai beneficiar de mais projectos, devido a sua relevância na formação contínua de quadros necessários para assegurar o desenvolvimento da região.

No total são dez projectos, em que se realça a construção de cinco escolas, sendo uma de doze salas de aula, três de sete salas cada e outra do ensino secundário na cidade do Dundo, esclareceu. A conclusão das infra-estruturas escolares, de acordo com autoridades do sector da Educação do município do Chitato, vai permitir que cerca de oito mil novos alunos possam ingressar no sistema de ensino e aprendizagem, nos próximos anos.

O município dispõe actualmente de 31 escolas, perfazendo 307 salas de aula, que albergam 63.488 alunos. Esses números são considerados insuficientes pelos responsáveis da direcção municipal da Educação, uma vez que as taxas anuais de ingresso de alunos nos diferentes níveis do ensino são altas e as actuais infra-estruturas já não suportam a demanda.

Além de investimentos no sector da Educação, Gastão Júnior indicou, igualmente, a área do saneamento básico como aquela que também vai beneficiar de projectos relevantes no quadro do PIIM.

A Administração Municipal do Chitato, disse, pretende adquirir kits diversos para assegurar os trabalhos de limpeza e recolha dos resíduos sólidos a nível dos distritos urbanos do Chitato, Dundo e Mussungue.

“Precisamos inverter a actual situação do saneamento básico da cidade do Dundo e arredores. A aquisição de meios vai permitir mudar a estratégia de trabalho, para garantirmos que a cidade esteja sempre limpa e torna-la em cartão postal da província”, justificou o administrador Gastão Júnior, reconhecendo que os trabalhos de saneamento básico realizados são insuficientes para o volume de lixo que é produzido.

Entre as acções inscritas no Programa Integrado de Intervenção nos Municípios, Gastão Júnior ressaltou ainda o reforço da segurança e ordem pública. Estas acções, referiu, se consubstanciam na construção de três esquadras policiais e residências protocolares para os respectivos co-mandantes, nas localidades que apresentam maior índice de criminalidade.

Os projectos inscritos no PIIM, a nível da Administração Municipal do Chitato, de acordo com Gastão Júnior, estão orçados em cerca de 3.5 mil milhões de kwanzas.

Saúde de fora

Interrogado sobre o facto do sector da Saúde estar de fora dos projectos a executar no âmbito do PIIM, o administrador esclareceu que o município “não tem assim tanta falta de infra-estruturas de saúde”, ressaltando apenas a necessidade de se reabilitar e apetrechar as já existentes, para continuar a garantir os serviços de assistência médica e medicamentosa aos munícipes.

O município do Chitato, segundo responsáveis do sector da Saúde, tem 15 unidades sanitárias, das quais um hospital municipal, um centro materno infantil e treze postos de saúde. Prestam serviços nestas unidades sanitárias oito médicos, 107 enfermeiros e oito técnicos terapêuticos.

O administrador municipal considera o quadro de intervenção dos serviços de saúde relativamente bom, apesar de manifestar a intenção do reforço dos serviços de saúde de proximidade no bairro Aeroporto, que actualmente está em franco crescimento populacional e a aquisição pontual de kits de medicamentos.

Gastão Júnior disse, por outro lado, que paralelamente às acções inscritas no PIIM, a Administração Municipal do Chitato vai desenvolver outros projectos que considera relevantes para a vida dos munícipes, com recurso a outras fontes de financiamento, como é o caso do fundo de equilíbrio, avaliado em 25 milhões de kwanzas por mês.

Mercado municipal e aterro sanitário

O administrador municipal do Chitato disse haver ainda um leque de projectos que devem ser desenvolvidos nos próximos meses, tendo em vista a institucionalização das autarquias, no próximo ano.

Destacou a construção do mercado central do Dundo e outro de carácter municipal, em Carinhenga, que, segundo afirmou, vai permitir melhorar os indicadores ambientais, maximizar as receitas locais e garantir aos camponeses o escoamento e a possibilidade de venda dos seus produtos.

Em relação à construção do aterro sanitário, Gastão Júnior entende que o projecto vai trazer mais-valia no sistema de tratamento dos resíduos sólidos, uma vez que a grande concentração populacional e dos serviços da administração pública e empresas comerciais, na cidade do Dundo, constitui um factor de produção de grandes quantidades de lixo.

O município do Chitato é o mais populoso da Lunda-Norte, com 195.136 habitantes, representando 23 por cento, um quarto da população da província.

5.17 PIIM pode desenvolver as comunidades Urbanas e Suburbanas de forma acelera

Jornal Economia e Finanças

19 De Julho de 2019

Texto: Alberto Quiluta

Para facilitar a mobilidade de quadros não residentes nos municípios em que vão funcionar, o Governo criou o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), orçado em 672.000.000.000,00 (seiscentos e setenta e dois mil milhões de kwanzas), valor correspondentes a usd 2.000.000.000 (dois mil milhões de dólares).

Com o referido programa está prevista a construção de 36 complexos residenciais administrativos. Está, igualmente, concebida a edificação de oito infra-estruturas para acomodar o funcionamento dos órgãos das autarquias locais, tendo em conta o processo preparatório em curso para a sua realização em 2020.

No apuramento das "boas contas", o Governo, liderado por João Manuel Gonçalves Lourenço, alertou aos gestores do Plano que "tenham sempre presente a necessidade. De fazer bem o seu trabalho. Não ignorem os princípios e as normas que regem o funcionamento da administração pública e resistam à tentação de enveredar por práticas incorrectas, contrárias aos deveres de probidade, transparência e da imparcialidade".

A execução do PIIM resultará no desenvolvimento de 1.864 intervenções e projectos em todo o território nacional, todos afectos às áreas definidas como prioritárias, sendo 68 por cento implementadas pelos Órgãos da Administração Local e 32 pelos Órgãos da Administração Central.

'O JE foi à rua ouvir opiniões de vários munícipes, em Luanda, em relação ao Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM). Aliás, a missão hoje é aferir a visão daqueles que são também os destinatários e beneficiários.

Para o cidadão José Pascoal, motorista e residente no distrito do Calemba II, o valor actual que os municípios vão receber não chega, porque cada um dos mesmos tem enormes

problemas isto a nível nacional. Seguindo disse, na sua zona está-se com muitas dificuldades de falta de estradas asfaltadas, saneamento básico, água e luz, e tantos outros para não falar da educação, que existem mais colégios privados do que escolas públicas. Ele não esquece o problema da delinquência, um cancro sem aparente cura até ao momento.

O funcionário público, Hernâni dos Santos Domingos, residente na área da Terra Vermelha, na Maianga, é de opinião que o Executivo veja como vai distribuir os valores cabimentados nestes projectos dos distritos, porque aonde reside vivem com enormes dificuldades desde a falta de energia, água, saneamento básico, urbanização das zonas vulneráveis, construção de parques infantis e o aumento de esquadras policiais.

A funcionária pública Ana Maria, residente no município de Viana, um dos mais populosos da capital, diz ter lá falta de quase tudo. Saneamento básico, energia, esquadras, centros médicos, escolas,

iluminação pública, água, que só se abastecem por via de cisternas, e são fontes de doenças, constam dos desafios prioritários.

Por sua vez, Afonso António, funcionário público, vive no distrito da Samba. É de opinião que as administrações locais resolvam os problemas das vias secundárias, terciárias, para dar maior mobilidade ao trânsito e a construção de mais escolas públicas nos municípios.

O formador Wilson Camilo pediu que se construam mais escolas, centros médicos e esquadras de polícia para acabar com a delinquência que assola várias comunidades municipais.

O funcionário público João Augusto diz que se precisa resolver os problemas de saneamento básico, energia e a construção de mais esquadras policiais para travar o índice de criminalidade nos municípios. Em seu entender, no domínio das águas, uma empresa chinesa fez ligações ao domicílio, mas o precioso líquido nunca jorrou e está a acabar de enferrujar as torneiras, o que é claramente um mau sinal.

5.18 Cidadãos exigem fiscalização na aplicação das verbas do PIIM

Jornal de Angola

25 De Julho, 2019

Texto: Valter Gomes

Municípios da província do Uíge defendem transparência por parte dos gestores municipais e provinciais na implementação das acções do Programa Integrado de Intervenção dos Municípios (PIIM), que visa a construção e reabilitação de infra-estruturas básicas.

O Jornal de Angola ouviu cidadãos de vários estratos sociais, e foram unânimes em reconhecer a importância de uma gestão participativa, transparente e fiscalizada, dando prioridade à concretização das acções que podem contribuir para a melhoria das condições de vida da população, num curto espaço de tempo, prosseguindo de forma paulatina e segura com os programas e projectos de longo prazo.

“O PIIM é um instrumento catalisador que vai minimizar os problemas e melhorar as condições de vida das populações, mas queremos maior transparência na gestão deste programa, melhorando os mecanismos de fiscalização” disse o economista Roberto Castigo, de 38 anos.

O técnico superior é de opinião que “os administradores municipais auscultam as reais necessidades dos munícipes, através dos conselhos municipais de concertação social, bem como manter contacto directo com os habitantes das zonas rurais”.

Residente no município do Uíge há 28 anos, Roberto Castigo disse conhecer as dificuldades da província, por isso espera que a verba a ser alocada para cada município seja priorizada à agricultura, concretamente à mecanização agrícola, melhoria das vias de acesso, e a criação de políticas que visam atrair investimentos no sector do Turismo.

Victor Mayala, 52 anos, defende a divulgação do valor global do PIIM disponibilizado à província do Uíge, a exemplo de outras províncias do país, que já a fizeram. Disse esperar que este Programa melhore o fornecimento de água potável e de energia eléctrica às comunidades, e contribua para a melhoria das condições de formação técnica e profissional dos jovens.

Madalena Anselmo de Almeida, 37 anos, mãe de quatro filhos, quer que na execução das acções do Programa haja maior atenção ao aumento de número de técnicos no sector da Saúde, visto que em várias localidades da província existem postos e centros de saúde que carecem de quadros e assistência médica, a população é obrigada a percorrer longas distâncias em busca de serviços de Saúde.

“Constatamos nas aldeias a existência de postos e centros de saúde sem técnicos suficientes, e os poucos existentes, são maioritariamente contratados. Por isso, pedimos que seja dada mais atenção ao enquadramento de técnicos para a garantia dos primeiros socorros nas comunidades”, acrescentou Madalena de Almeida.

Administradores defendem prioridades

Administradores municipais e comunais na província já traçaram algumas prioridades, no âmbito do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios.

O administrador municipal de Cangola, Pedro Zua, disse que a construção de salas de aula, postos e centros de saúde, melhoria dos locais turísticos e a mecanização agrícola, figuram entre as prioridades a serem materializadas com os dinheiros do PIIM.

No que concerne a agricultura, o gestor avançou que a Administração Municipal já está a trabalhar para a aquisição de máquinas de lavoura, para o cultivo de terras em grande escala, visto que a região tem terras férteis, que não necessitam de correcção. “O sector da Agricultura em Cangola está adormecido. A região possui uma bacia hidrográfica do rio Cuilo e terras

férteis, que não necessitam de correcção. Precisamos apenas de investidores, para o desenvolvimento da agricultura mecanizada na região e garantir o sustento das populações”, afirmou.

No município do Uíge a prioridade recai para a melhoria do saneamento básico, construção de escolas, expansão da rede de distribuição de água potável, energia eléctrica, bem como a melhoria das vias de acesso.

O administrador municipal do Uíge, Emílio de Castro, considerou o PIIM como um instrumento de extrema importância no desenvolvimento dos municípios. Pediu a colaboração e participação activa da população na concretização das acções que visam o bem-estar.

O administrador municipal de Milunga, Abel do Rosário, definiu a reabilitação das vias de acesso e pontes que ligam a sede do município com as comunas de Massau e Macolo e a melhoria dos 36 quilómetros que separam a comuna de Macocola à sede de Milunga como primeira tarefa a executar no quadro do PIIM.

O administrador afirmou que o objectivo é garantir a circulação de pessoas e bens com normalidade, facilitar a instalação de Serviços de Saúde e da Educação nas localidades, bem como incentivar a produção agrícola e o escoamento dos produtos.

A construção de uma nova conduta de água com capacidade para mais de 40 mil metros cúbicos e 20 chafarizes a partir do rio Cuhu, para beneficiar mais de dez mil habitantes, alargamento da rede de iluminação pública e domiciliária, melhoria dos sítios turísticos e históricos existentes no município, com vista a atrair investimentos, constituem outras prioridades de Milunga.

Na comuna de Lucunga, município do Bembe, o administrador comunal, Manuel de Oliveira, deu prioridade à reabilitação da estrada que liga à comuna ao sector do Wando Nsundi, pelo facto de grande número da população enfrentar dificuldades de circulação, numa zona estratégica de produção agrícola.

A província do Uíge tem mais de 58 mil quilómetros quadrados, 16 municípios, 31 comunas e possui um potencial agrícola invejável.

5.19 Cazenga tem mil milhões de kwanzas

Jornal de Angola

27 De Julho, 2019

Texto: Mazarino da Cunha

O município do Cazenga em Luanda tem para este ano, mil milhões de kwanzas para o Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIM), informou ontem, o director do Gabinete de Estatística e Planeamento (GEP), António Amaro.

António Amaro, que falava aos jornalistas, à margem do encontro do conselho de auscultação comunitária do Cazenga esclareceu que os mil milhões de kwanzas vão permitir concretizar as prioridades identificadas.

Entre as prioridades, frisou o director do GEP do Cazenga, destacam-se a construção de um hospital de referência e centro de medicamentos, construção de escolas, uma esquadra policial e a melhoria das vias secundárias e terciárias.

Constam ainda para agenda de 2019, a reestruturação do sistema de esgotos, bem como de valas de drenagem e das principais bacias de retenção nos distritos do Hoji Ya Henda e Kima Kienda.

Para uma gestão transparente e participativa, o administrador municipal criou uma comissão de acompanhamento ao PIIM, onde fazem parte membros de partidos políticos com assento na Assembleia Nacional, da sociedade civil, religiosa e de comissões de moradores.

5.20 Cartão do Múncipe emitido em Setembro

Jornal de Angola

29 De Julho, 2019

O Cartão do Múncipe, que vai substituir o Atestado de Residência, começa a ser emitido a partir de Setembro, a todos os cidadãos maiores, tão logo estejam reunidas as condições pelas administrações municipais, comunais e distritais.

A partir de 2021, o cartão vai ser emitido para todos os cidadãos desde os seis anos de idade, de acordo com as disposições transitórias do Decreto Presidencial nº 217/19, que aprova o Cartão do Múncipe. Para os cidadãos estrangeiros em situação migratória regular começa um ano depois.

Segundo ainda o Decreto Presidencial, a primeira via do Cartão do Múncipe será gratuita para os cidadãos nacionais, até 31 de Dezembro de 2021. A partir de 2022, a emissão passa a ser obrigatória e sujeita à cobrança de emolumentos nos termos do regime actual da emissão do Atestado de Residência.

Nesta primeira fase, até 2021, o Cartão do Múncipe será obrigatório para os cidadãos que solicitem a emissão do Bilhete de Identidade através do Cartão de Eleitor, bem como para aqueles que solicitem os serviços dos órgãos da administração local.

Em caso de extravio do Cartão do Múncipe, o cidadão fica sujeito ao pagamento de emolumentos.

O Decreto Presidencial nº 217/19 determina a revogação do acto individual de certificação de residência do cidadão por via da emissão do Atestado de Residência, que deixa de ser emitido.

O Governo anunciou, em Março, a entrada em funcionamento do Balcão Único de Atendimento Público, no quadro do processo de reformas da administração local no país.

Segundo o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, a criação deste balcão visa implementar uma dinâmica de modernização e de aproximação de serviços às comunidades.

Segundo Adão de Almeida, o Balcão Único de Atendimento ao Público é um instrumento de gestão moderna e simples dos municípios, através do qual serão concentrados e integrados vários serviços, de modo a aproximá-los dos cidadãos.

"Neste primeiro estágio vamos entrar para a modernização de prestação de serviços de todas as administrações municipais, comunais e dos distritos urbanos, estando acoplados um conjunto de serviços, entre os quais a implementação do processo de registo eleitoral oficioso e o casamento deste com o processo de emissão de bilhetes de identidade.

A título de exemplo, disse, por força do registo eleitoral oficioso as administrações municipais, comunais e distritos urbanos vão prestar o serviço de emissão do Bilhete de Identidade, num primeiro momento para aqueles cidadãos que são detentores de cartão de eleitor e que não possuem o BI.

5.21 Autarca luso augura sucessos em Angola

Jornal de Angola

31 De Julho de 2019

O autarca da freguesia de Olivais, em Lisboa (Portugal), Arnaldo Costeira, considerou ontem, no Huambo, que os avanços tecnológicos que Angola tem registado são promissores, para a implementação, com êxito, do processo autárquico, no quadro dos desafios da reforma do Estado.

Ao dissertar o tema "Comunicação política, o marketing político e o marketing eleitoral no século XXI", na conferência sobre Comunicação Política e Poder Local, afirmou que "Angola tem, por via do recurso às tecnologias de informação, uma soberana oportunidade para implementar com a eficácia desejada as eleições autárquicas."

O autarca argumentou que "Angola está, em relação à maioria dos países que optaram pela autarcização de algumas das suas divisões administrativas, em vantagem por desenvolver este processo num período em que o sector tecnológico oferece, em função do seu estado de desenvolvimento, meios para garantir uma comunicação política eficiente."

Além disso, Arnaldo Costeira disse que uma média de 20 por cento do total da população angolana utiliza, de forma regular, os serviços de Internet, "o que faz toda a diferença, por permitir uma comunicação política permanente, constituindo-se num pressuposto para garantir a eficácia na implementação das autarquias, pois que, nos dias de hoje, não se pode falar em política sem o recurso aos meios digitais."

Arnaldo Costeira acrescentou que esta situação contribuiu para tomar a implementação do processo.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 IPU cobra segunda prestação

Jornal de Angola
03 De Julho, 2019

A segunda prestação das contribuições do Imposto Predial Urbano (IPU) são pagas até 31 deste mês, segundo a Administração Geral Tributária (AGT). Esta obrigação, que se subdivide em duas modalidades, de património e de renda, é paga em duas fases. A primeira a 31 de Janeiro e a segunda agora no final deste mês.

Para o IPU na modalidade de renda, os clientes com contabilidade organizada e que tenham feito retenção na fonte do valor têm a prerrogativa de liquidar este tributo no final de cada mês. O imposto em cobrança é referente ao exercício de 2018 e a par do Predial Urbano, também deve ser liquidado até o final deste mês o Imposto Industrial Provisório para os contribuintes do grupo B.

As retenções dos tributos devidos efectuadas pelos contribuintes do mês de Junho também estão em liquidação.

6.2 Calendário fiscal obriga pagamento do IPU este mês

Economia & Finanças
05 De Julho de 2019

A receita com o Imposto Predial Urbano em 2018 foi de 31 mil milhões de kwanzas. Em 2017, a receita ficou estimada em 17 mil milhões. Estes indicadores são as bases indicativas da Administração Geral Tributária (AGT) de uma colecta mais rica em 2019, até porque cresce a consciência de cidadania fiscal dos contribuintes.

A Administração Geral Tributária arrecadou quatro mil milhões, 764 milhões, 728 mil 999 kwanzas, com a cobrança, nos últimos 29 dias, da primeira prestação do Imposto Predial Urbano (IPU) sobre a Renda e Património, tendo um aumento na ordem dos 15 por cento.

Para esta contribuição fiscal, os imóveis com valor patrimonial até cinco milhões de kwanzas, desde que não arrendados, estão isentos do pagamento do IPU e acima deste valor, aplica-se uma taxa de imposto de 0,5 por cento.

A segunda prestação das contribuições do Imposto Predial Urbano (IPU) é paga até 31 deste mês, segundo a Administração Geral Tributária (AGT).

Esta obrigação que se subdivide em duas modalidades, de património e de renda, é paga em duas fases. A primeira a 31 de Janeiro e a segunda agora no final deste mês.

Para o IPU na modalidade de renda, os clientes com contabilidade organizada e que tenham feito retenção na fonte do valor têm a prerrogativa de liquidar este tributo no final de cada mês.

Novas cobranças

O imposto em cobrança é referente ao exercício de 2018 e a par do Predial Urbano, também deve ser liquidado até o final deste mês o Imposto Industrial Provisório para os contribuintes do grupo B.

De acordo com o calendário da AGT, as retenções dos tributos efectuadas pelos contribuintes do mês de Junho também são liquidadas neste período. A multa pela não entrega das declarações fiscais nos prazos previstos é de 50 por cento e quando excedem os prazos ou é autuado o contribuinte pela fiscalização agrava-se com outras penalidades.

Para facilitar e diminuir o tempo de espera dos contribuintes nas respectivas repartições, a AGT tem disponíveis canais multifuncionais entre os quais, pagamento via multicaixa ou pelo internet banking, desde que o contribuinte esteja registado no sistema Online de cadastro do Portal do Contribuinte.

A Administração Geral Tributária dispõe ainda do terminal 923167272, para esclarecimentos e orientação para o pagamento deste imposto. IL

6.3 Símbolo dos musseques de Luanda

Jornal de Angola
07 De Julho de 2019
Texto: César André

A circunscrição, segundo relatos de moradores antigos, começou a ser habitada por volta de 1928, quando começou a receber gentes provenientes da Samba e da Zanga (arredores da Ilha de Luanda).

"O que a gente ouviu dos mais velhos é que os populares que viviam naquelas localidades, a maioria da etnia bakongo, é que atribuíram a designação ao bairro", diz José João Diamantino da Costa.

A nossa fonte revela ainda que o nome da circunscrição, de acordo com os mais velhos, resultou da junção dos nomes das localidades de origem dos primeiros habitantes: Samba e Zanga.

Dizem as crónicas orais que no tempo colonial o bairro era calmo. Geograficamente era caracterizado por três sectores: Santo Rosa, Musseque Mota e Lixeira.

O Santo Rosa partia do São Paulo, ou seja, da Rua do Kikombo até às imediações do estabelecimento do comerciante Travassos, passando pela Casa Branca.

Do Travassos até à antiga Rua da Académica, hoje 12 de Julho, o território era designado Musseque Mota; e da Rua 12 de Julho para mais adiante, passando pela Sede do Progresso, era o Bairro da Lixeira.

A circunscrição tinha grandes indústrias. Por exemplo, onde está hoje o Betão Zaire existia a fábrica de gasosa Canada Dray; e a Panga-Panga antigamente era a Jomar, uma indústria de madeira e contraplacados.

Os garotos, nas suas brincadeiras inocentes, galgavam sem rodeios os três sectores do Sambizanga, sob os olhares atentos da PIDE, então lideradas, localmente, por Macaco Cão e Cassipiti, que insistentemente rondavam o bairro à procura de eventuais "terroristas".

Independentemente dessas situações, o bairro no tempo colonial era um bom lugar para viver. Apesar de alguns "kotas" comercializarem a sua liamba para amealhar alguns trocados e da existência dos "carniceiros" (uns "kotas" da Kibala que gostavam de lutar com faca), não havia tanta delinquência como existe hoje.

Diamantino da Costa, assim é comumente chamado, recorda-se de ter presenciado uma luta no Beco da Formiga, "em que um 'carniceiro' tirou as tripas ao seu adversário". A vítima, segundo Diamantino da Costa, foi o "kota" Cambaio, que "só não morreu graças à pronta intervenção dos que presenciaram a luta".

A nossa fonte narra quase graficamente a ocorrência, pelo que desde já pedimos as nossas desculpas aos leitores dotados de grande susceptibilidade: "Pegaram nas tripas e voltaram a colocá-las na barriga. Amarraram com um pano e levaram o 'kota' Cambaio para o hospital mais próximo. Ele viveu mais uns tantos anos".

Beco da Formiga

Era então o Sambizanga uma localidade de muitos becos e "contra-becos". Os becos eram os lugares predilectos dos "kotas" que fumavam liamba e, ao mesmo tempo, passagens de emergência para os assaltantes e os que fugiam às rusgas. O Beco da Formiga, no Santo Rosa, era o mais famoso, pois servia de zona de trânsito dos que iam realizar assaltos ao mercado de São Paulo.

"Esse beco era um autêntico refúgio para nós, porque facilitava as nossas manobras. A partir de uma das alas estratégicas do beco tinha a facilidade de ir desembocar na área do Travassos e daí partir para outro local sem grandes constrangimentos", confidencia Diamantino da Costa.

O estratégico "labirinto" também dá acesso à Rua do Mainyel, onde existe uma entrada que desembocava na área do imóvel do comerciante português Ferreira. Diamantino da Costa conta que era aí que os garotos iam tomar banho de chuveiro.

"Tinham de pagar a módica quantia de um escudo ou de cinco tostões ao comerciante luso, o local não era público. Depois do pagamento, cada um recebia uma senha. O banho era cronometrado, para que ninguém demorasse muito tempo no chuveiro».

No mesmo estabelecimento do comerciante Ferreira, as senhoras, quando comprassem produtos de primeira necessidade, recebiam senhas grátis para adquirir água potável.

Além do Beco da Formiga, havia no Sambizanga outros becos perigosos. Por exemplo, o que se situava próximo da casa da Maria Fuinha, mãe do Kito e do Zé Marra, passava próximo da casa do Yano e seguia até à zona onde morava a família do jornalista Pereira Dinis. Esse beco, depois de uma breve solução de continuidade, seguia para o Largo dos Feiticeiros e alcançava a área do comerciante Sumba Futa.

Diamantino da Costa reitera que os gatunos, depois de roubar artigos do mercado de São Paulo, passavam a correr nesses becos e quem estivesse distraído no local corria o risco de ser atropelado.

Na antiga zona da Jomar existia também um beco perigoso, que desembocava lá para os lados dos candeeiros, na zona onde residia o músico Dom Caetano.

"As pessoas preferiam dar uma volta grande, para irem a outros pontos do musseque, e assim evitar a desgraça" quase ceita naqueles becos", diz Diamantino da Costa.

Ainda no tempo colonial, para amearhar alguns trocados, os garotos comercializavam objectos metálicos, bobo ou diolo: machucavam tampas e painelas velhas das suas casas ou que apanhavam nas lixeiras.

"Uma vez, um amigo meu pegou numa painela de alumínio e, para ter kilos a mais, machucou e colocou dentro dela uma pedra. Quando chegamos no senhor Mota, o comerciante desconfiou do peso", narra Diamantino da Costa. "Olhando para o garoto, o senhor Mota franziu a testa e perguntou-lhe o que tinha colocado dentro da painela de alumínio. O garoto nada dizia. Quando o comerciante abriu a painela, lá estava a pedra. O putto desatou a correr, deixando para trás a painela e o dinheiro", acrescenta Diamantino da Costa, divertido com a lembrança.

O senhor Mota, na ressaca do 25 de Abril, não quis deixar o país, mas a tropa portuguesa o convenceu a partir na famosa ponte "aérea para Portugal.

Quem também se beneficiou da ponte aérea foi a senhora que os garotos apelidaram "Xuxa de Repolho", mãe" do Victor, actualmente proprietário de uma empresa de camionagem em Luanda.

Partiram para o Maquis

Muitos garotos aprenderam a ler e a escrever nas aulas de explicação. Os explicadores de referência no Sambizanga eram a D. Rosa Cabelau, D. Olga Pitra, Pepelingué, Malafaiá e Só Van-Dünem.

Nos anos '60 o bairro viu partir para o Maquis muitos dos seus filhos. Foram os casos de José Eduardo dos Santos, Amadeu, Mário Santiago, Plácido e muitos outros, alguns dos quais jamais regressariam.

Em termos de lugares de memória no grande Sambizanga destaca-se a emblemática zona do Ferro Quente, local Onde Maria da Silva Neto, mãe do primeiro presidente de Angola, Agostinho Neto, deu aulas, numa escola primária.

Diamantino da Costa diz que uma das memórias que mais o marcaram foi a forma como os polícias portugueses realizavam as rusgas. "Era arrepiante observar os mais velhos a serem detidos por agentes da PIDE sem culpa formada, sob o pretexto de serem terroristas".

Os mais velhos detidos, segundo a nossa fonte, eram confinados próximo ao mercado do São Paulo.

Gente de fama

Dos comerciantes lusos que residiam no Sambizanga era bastante referenciado o Cipriano, dito Rei do

Peixe, que vivia logo depois dos quartos de banho do Bairro Mota, na zona onde morou o músico paraplégico Gunchas.

Na zona do Mondego vivia o senhor Olímpio, que alugava bicicletas. Nesse mesmo local, nos anos '50, na parte onde existiam muitas mulembeiras, morava o comerciante Carimambo, ou Xaxado, que vendia cacusso.

Memórias antigas dão conta que a actual sede da Akuasambila, no tempo colonial, era uma unidade militar, e o espaço adjacente, onde hoje está a Escola Nova, era um local baldio.

Na área em redor da Padaria Pamel vivia muita gente oriunda de Caxito, razão pela qual recebeu o nome de Embaixada de Caxito. É nesse local onde nasceu o futebolista William de Carvalho, que jogou no Sporting Clube de Portugal e hoje faz carreira num clube espanhol.

Dos comerciantes lusos não é tudo. Havia também o Costa da Fuba, um negociante de referência.

"Naquele tempo, quando te mandassem comprar tuba tinhas de ir à loja dele, se não fosses para lá a tua mãe mandava-te voltar, porque ela dava conta da qualidade do produto", conta Diamantino da Costa.

Havia ainda o comerciante da Casa Nova York, que ficava junto a casa da mãe do Juca, irmão do general Sequeira Kianda, actual ministro da Defesa Nacional. O falecido Juca pertencia ao agrupamento musical Os Anjos, onde tocava dikanza. Esse agrupamento tinha como vocalista principal Oliveira Nito "Poeira", compositor da Célebre música "Muene uejia kia, muene olofua ni jihenda".

6.4 Demolições à vista no Lubango deixam munícipes apreensivos

Jornal O PAÍS

12 De Julho de 2019

Texto: João Katombela

Lubango, cidade capital da Huíla, tem estado a observar um conjunto de obras de requalificação e requalificação que são fruto da nova dinâmica da governação local. Porém, algumas infra-estruturas integradas, com destaque para a reabilitação de estradas, abertura de novas avenidas e construção de áreas de lazer, podem levar à demolição de algumas residências.

Uma das zonas abrangidas é a do Bairro Comercial, concretamente no quarteirão (25), onde está a ser erguida uma obra paralela à margem do rio "Mukufi",

que atravessa a cidade. Nesta zona, o cadastramento para as demolições já teve início, com demarcações executadas pela Administração local. Entretanto, este processo está a ser encarado pelos moradores como tendo falta de lisura, por pecar, segundo afirmaram ao OPAÍS, pela não comunicação prévia. Por esta razão, os moradores da referida zona dizem temer por um desalojamento que os venha a deixar ao relento.

"Tivemos uma reunião com a administradora do bairro, ela disse-nos que, à semelhança do que está a acontecer no bairro Camazingo, vai acontecer aqui no bairro comercial. O bairro, no seu todo será demolido, mas de forma faseada", contou, Pedro Chivela.

Apesar de reconhecerem o engajamento do Executivo e afirmarem estarem alinhados, a sua maior preocupação reside no realojamento, com a provável demolição das suas residências.

"Nós nascemos aqui e temos conhecimento dos projectos do Governo que tendem a melhorar a imagem da cidade do Lubango. Não queremos interferir nos projectos do Governo, só não cabe na nossa cabeça que o bairro todo seja demolido sem o realojamento condigno" advertiu.

"Estão a marcar umas casas e outras não, porquê desse critério? Se dizem que vão demolir todo o bairro, têm de marcar todas as casas e não apenas algumas, como está a ser feito", avançou uma das moradoras entrevistadas.

Sobre a possibilidade de serem realojados na centralidade da Quilemba, os moradores levantam outro problema, inerente aos preços praticados para a renda resolúvel, que dizem não caberem na capacidade dos seus bolsos.

"Querem levar-nos à Centralidade e nós não temos o dinheiro que eles precisam", disse.

Durante o processo de cadastramento das residências que possivelmente serão demolidas no quarteirão 2S do Bairro Comercial, na cidade do Lubango, os moradores receberam garantias de que serão realojados na centralidade da Quilemba.

A estes moradores, segundo adianta a Administração local, se forem transferidos para a centralidade da Quilemba, terão de pagar uma renda mensal avaliada de 12 mil Kwanzas.

"Aqui há pessoas que sobrevivem com 5 mil Kwanzas, Como é que vamos viver? Querem fazer como fizeram com os outros que foram para a

Tchavola, sem qualquer condição", disse a moradora Amélia Namako, que diz viver da venda de carvão.

6.5 ' A Build Angola foi uma burla estruturada'

Jornal O PAÍS

12 De Julho de 2019

Apesar da diversificação no grupo, nota-se que estão mais virados para o mercado imobiliário. Havia muita especulação neste sector?

Evidentemente. Na época em que havia uma grande abundância de dinheiro, qualquer negócio vingava. Qualquer casa, condomínio ou prédio era vendido. Hoje, esta especulação foi cortada, porque apenas vende a qualidade e o preço justo. Na época da especulação você pagava qualquer dinheiro a qualquer produto, onde um 110 podias pagar a 2 milhões ou até mesmo 20 milhões se tivesse jantes douradas, porque havia sempre alguém maluco para pagar. Hoje, isso não existe mais. O preço é regulado pela qualidade e a sensação de justiça no preço. O cliente só paga se tiver certeza de que é um bom produto e com preço justo. E esta é a marca da Boa Vida. As nossas casas não são baratas.

Quanto custam as casas construídas pelo grupo que lidera?

Temos casas que vão a partir dos 35 e 40 milhões de Kwanzas, que é muito dinheiro. A mais cara vai estar muito acima dos 200 milhões de Kwanzas. É muito dinheiro, mas quando perceber a qualidade, entrar, ver o tamanho do lote, a infra-estrutura vai notar que é pouco dinheiro tendo em conta o que vai receber. É um preço que consideramos ajustado, porque dá esta sensação de contrapartida.

As pessoas que escolhem as casas construídas pelo vosso grupo têm a certeza de que terão mesmo uma boa vida ou depois terão as casas já com rachaduras e uma série de deficiências?

Em todas as partes de infra-estruturas nós esperamos que sejam feitas com maior e melhor experiência que acautelamos ao longo dos 25 anos. Posso garantir que quanto à infra-estrutura, a Boa Vida está preparada para qualquer chuva. Nenhuma nos vai surpreender. Mas, a construção civil tem essa característica de nem tudo ir para a perfeição, porque podem surgir casas com alguns defeitos e até rachaduras. Temos consciência disso, mas temos equipas para remediar eventuais falhas. Tanto que é com a maior das tranquilidades que damos aos nossos clientes cinco anos de garantia.

Vivemos num país em que mais de metade das pessoas são pobres. Não têm 30 milhões, mas ainda assim querem ter uma casa condigna para viver. Estas pessoas não constituem um nicho de mercado para o Grupo Boa Vida?

Nos últimos meses nos temos focado na análise sobre como proporcionar uma casa digna às pessoas que têm menos capacidade de aquisição. Surgiu uma ideia e em parceria com o Governo estamos a desenvolver um formato onde podemos proporcionar as casas dignas para a população que tem pouco capital. Surge no âmbito de um projecto chamado 'Casa Digna' para restituir a dignidade das pessoas. Penso que até ao final do ano vamos ter condições de lançar isso oficialmente. Tem a ver propriamente com o conceito de autoconstrução, onde as próprias pessoas contribuem e participam neste processo ao longo dos anos, cruzando com o formato de uma caixa com uma espécie de renda resolúvel, em que a pessoa mensalmente deposita um valor para sustentar a construção desta casa.

Quanto deverá custar uma casa destas no âmbito do projecto 'Casa Digna'?

Entre 10 a 15 milhões de Kwanzas.

É um valor razoável?

Nós pensamos que a pessoa que ganha 100 ou ISO mil Kwanzas em cinco anos consegue-se desenvolver. Este programa parte do princípio de que acreditamos no potencial de desenvolvimento humano, -porque se hoje ganha 100 mil, pensamos que pode ser capacitada e daqui a cinco anos ganhar 200 ou 300 mil. E assim contribuir mais. Isso não é nenhuma novidade, porque buscamos estes exemplos dos Estados Unidos, Vietname e Brasil. Eram países em desenvolvimento e apostaram na educação humana. Eles ergueram-se fruto de uma aposta na educação. Hoje ganhas 100 mil, mas nada te impede de daqui a cinco anos ganhares 500 mil. Depende de ti e da tua auto motivação. Eu quero ter mais, por isso tenho que me tornar mais.

Durante a conversa não menciona os nomes das outras empresas que actuam no sector imobiliário. Mas tivemos o caso da Build Angola e agora o da Jefran. Qual é a diferença entre os projectos que vocês apresentam e os dos vossos principais concorrentes?

A Build Angola é a do Pelé?

Sim. Foi do Pelé. O que se passou?

A Build Angola foi uma burla estruturada pelos estrangeiros aqui no nosso país. Nunca houve

propósito de se finalizar estes projectos. Vieram como propósito de abater mesmo o dinheiro, ao contrário do caso da Jefran, onde houve uma morosidade excessiva na entrega e gerou uma frustração grande. Eu percebo do mercado da construção civil e, fruto das circunstâncias difíceis do mercado, terá havido uma quebra de planeamento da Jefran, mas nunca houve uma má intenção de não entrega das residências. Houve um atraso maior do que se esperava, o que gerou frustração e chegou-se ao estado em que está. Mas tenho a certeza de que se as circunstâncias e as autoridades permitirem, ele vai acabar todos os projectos.

Vive numa casa construída pelas suas empresas? Evidentemente.

6.6 Obras em modo "para-avança"

Jornal de Economia e Finanças

12 De Julho de 2019

Texto: João Constantino

As obras das infra-estruturas sociais em curso na província do Bié poderão estar concluídas no mês de Outubro. Os dados foram avançados durante a II reunião Ordinária Provincial de Auscultação da Comunidade, realizada na passada quinta-feira, pelo director do Gabinete de Infra-estruturas, Abel Guerra Paulo, tendo garantido que as obras em curso serão entregues dentro dos prazos previstos.

A conclusão da estrada nacional 140, no troço Cuito/rio Buim, paralisada há dois anos foi retomada pela empresa Planasul e prevê concluí-la no mês de Outubro.

“A estrada nacional 250, no troço Cuito/Camacupa foi retomada pela empresa Engevia. Aqui, vai levar mais tempo, porque são aproximadamente 60 quilómetros por asfaltar”, disse o director do gabinete de infra-estruturas Abel Guerra Paulo.

Por concluir até Outubro, estão os 12 quilómetros de infra-estruturas integradas dos bairros Piloto e Castanheira.

Nesta empreitada já foram asfaltados 11,5 quilómetros, iluminação das ruas do bairro Piloto e sinalização das ruas, obras com término para o mês de Agosto. Quanto às quatro grandes ravinas intervencionadas no bairro Cangangawe, na estrada nacional “EN 250” junto ao rio Cuito, e na comuna do Mumbwe têm a sua conclusão para Outubro.

As obras de combate às ravinas na EN 250 junto da Centralidade do Cuito tem a sua conclusão prevista para o mês de Setembro. Na província do Bié

contam-se, actualmente, 42 ravinas, sendo 14 delas de grandes dimensões, por se localizarem junto dos grandes centros habitacionais e redes viárias”, afirmou Abel Guerra Paulo.

Projectos habitacionais

Quanto aos projectos habitacionais, os membros foram informados das dificuldades e entraves que inviabilizaram, em parte as metas previstas. Dos projectos em curso na província, apenas um foi concluído 100 por cento, o projecto de 500 casas.

Os outros estão inacabados, como é o caso da centralidade do Cuito, que prevê a construção de 6 mil casas, e que actualmente estão prontas apenas 2.830, o programa 200 fogos previa construir 1.400 casas e tem apenas 896, e a centralidade do Andulo, que deveria ter mil moradias, tendo apenas 172. As centralidades do Cuito e do Andulo podem ver o projecto concluído com a chegada, há um mês, de material para o fabrico de moradias, no estaleiro da construtora Kora-Angola, no Cuito.

Infra-estruturas sociais

Durante a reunião, os membros foram ainda informados sobre o estado de execução das obras de 12 infra-estruturas sociais, escolas de 12 salas, construídas nos municípios da Nharêa, Cunhinga, Andulo, Cuemba, Chinguar, Camacupa e Cuito, cuja execução física está entre os 25 e 90 por cento.

6.7 Faz falta a Luanda um projecto comum

Jornal de Angola

17 De Julho, 2019

Texto: Adebayo Vunge

Luanda criou um mito da sociologia política angolana: transformou-se num “cemitério de quadros”. Muitos por ali passaram, mas apenas alguns deixaram boa memória. É um histórico de que nenhuma cidade se orgulha, já que o Governo da cidade tornou-se um paradigma desde a Antiguidade. Ainda assim, dos últimos anos, há claramente dois governadores que tentaram, que tinham, pelo menos, ao que tudo indica, uma ambição, um projecto para ser tornado comum: falamos de Ruy de Carvalho e de Aníbal Rocha.

Chegou a vez de Sérgio Luther Rescova (SLR), que não quer deixar dúvidas sobre o que pretende fazer, estando depois do seu próprio diagnóstico sobre a situação, que iniciou no pico das chuvas para, neste cacimbo, começar a dar indícios de novas soluções.

O mais novo governador da Província de Luanda, capital de Angola, tem uma tarefa hercúlea. Mas não é exclusivamente sua. É de todos os seus habitantes. Por isso, é urgente que cada um de nós faça mais, melhor e diferente. Luanda precisa de conhecer uma transformação urbanística e social ao estilo de Bogotá e Medellín (depois de o governador e jornalista Alonso Salazar ter tirado a cidade do mapa do narcotráfico e de toda a violência e degradação associada), Nova-York (nos anos 1990) e Kigali pós-genocídio.

E embora se levante algum debate sobre a sua génese, a verdade é que o 25 de Janeiro continua a ser celebrado – mesmo sem tolerância de ponto – como o dia da fundação da antiga cidade São Paulo de Assunção de Loanda – projectada desde 1575 pela colonização portuguesa na confluência entre os Reinos do Kongo e do Ndongo, uma das mais antigas cidades a sul do equador.

A cidade da Kyanda, como muitos lhe chamam, dada a sua dimensão histórico-antropológica, tornou-se, com a Independência de Angola, a convergência de todos os angolanos que fugiam da guerra civil nas suas diversas etapas: 1975; 1981; 1987; 1992; 1998 e da “guerra do pós-guerra”. Momentos que foram marcantes na cartografia da cidade, que resultam do grande êxodo de população de outras províncias, levando ao aumento geográfico e demográfico da capital, de forma descontrolada e caótica. Os limites da ocupação territorial foram-se alastrando e hoje até parece que muitos de nós perdemos a noção dos reais limites de Luanda. Esta expansão deu mesmo origem a uma nova divisão política e administrativa, retirando partes do Bengo para a actual Luanda.

Chegámos ao cenário actual: uma província de Luanda com os seus mais de seis milhões de habitantes, à luz do Censo Geral de 2014. Mas estimativas recentes colocam-na acima dos sete milhões. Esta população poderá duplicar em 2030, levantando-se assim enormes desafios que são também o ponto de partida para qualquer governação. São, no fundo, os desafios de quem governa hoje, no caso, SLR e sua equipa. Luanda, só para termos uma ideia, é uma cidade com a população igual ou superior à de vários países – Luanda tem o dobro da população da Namíbia, Libéria, Botswana, mais de metade da população portuguesa e está muito longe dos 590 mil habitantes do arquipélago de Cabo Verde (obviamente, excluimos a sua diáspora).

Como se já não bastassem todos os nossos problemas, ainda temos as chuvas, esse nosso “fiscal de obras”, que tem servido para destapar, com lamentável frequência, a qualidade das obras a que

temos vindo a assistir. E o problema das chuvas em Luanda, não sendo uma novidade, tarda em conhecer soluções reais e sustentáveis. As valas e os sistemas de drenagem de águas continuam a apresentar muitos problemas. Foram feitas algumas intervenções, mas quando olhamos para o percurso delas notamos graves problemas – ora porque foram parcialmente reparadas, ora porque tinham problemas de manutenção. Falo, por exemplo, da “Senado da Câmara”, “Rio Seco” e outras duas que têm sido incapazes de sustentar a pressão das águas resultantes destas enxurradas

6.8 Obras de requalificação do Lubango orçadas em 200 milhões de dólares

Jornal de Angola

21 De Julho, 2019

Texto: João Lubaco

As obras de requalificação no jardim de referência da cidade do Lubango, vulgarmente conhecido como Sé Catedral, destacam-se entre as demais que estão em curso na capital da província da Huíla, cujos trabalhos globais estão avaliados em 200 milhões de dólares.

O coordenador técnico das obras, João Dinheiro, disse à imprensa que as estradas adjacentes ao jardim, tido como “cartão de visita” da cidade, estão igualmente a beneficiar de obras, assim está a ser restaurado o circuito de iluminação pública em algumas artérias da cidade. Os trabalhos deste projecto, que arrancou no dia 11 deste mês, já deram lugar a 800 postos de emprego.

João Dinheiro informou que estão em curso obras no largo adjacente à sede do Governo Provincial da Huíla, no lendário Cine do Arco-Íris, e na estrada que liga à rotunda da Avozinha Trading, bem como na Marginal do rio Mucufi. Nestes locais estão a ser reabilitados os passeios e valas de drenagem das águas pluviais e residuais.

As obras de requalificação da cidade do Lubango, segundo o responsável, estão com 70 por cento de execução, e não fossem alguns imprevistos, sobretudo nas redes de electricidade, condução de água, telecomunicações e a presença de solos contaminados em quase todas as áreas de intervenção, estariam mais avançadas.

O responsável disse que o facto de muitas infra-estruturas da cidade não estarem cadastradas, está a criar enormes embaraços ao andamento das obras, pois, às vezes, ao fazer-se a escavação rebenta uma

condução de água, e dificulta o andamento dos trabalhos. “Temos nos deparado com várias dificuldades para dar seguimento às obras no casco urbano, o número elevado de habitantes, o trânsito automóvel, os obstáculos que encontramos debaixo da terra, enfim, são imprevistos que atrapalham o seguimento dos trabalhos”, disse.

“As obras”, disse, “estão a ser feitas dentro dos padrões aceitáveis, de acordo com as normas estabelecidas, com vista a responder às exigências de execução. A empreitada conta com técnicos com experiências reconhecidas”, disse João Dinheiro.

50 quilómetros já reabilitados

O coordenador das Obras de Requalificação do Lubango informou que já foram reabilitados 50 quilómetros de estradas na cidade, dos 100 previstos. Assegurou que as vias que faltam vão ser concluídas até 2020. “A segunda fase deste Projecto de Infra-estruturas Integradas vai beneficiar as restantes comunas que compõem o município do Lubango, cuja data do arranque ainda não está definida”, avançou.

Com uma superfície territorial de três mil e 140 quilómetros, o município do Lubango, teve a categoria de cidade há 96 anos.

6.9 Bairro dos Ministérios garante mais poupança ao Executivo

Jornal de Angola

24 De Julho, 2019

Texto: Adelina Inácio

O ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, assegurou, ontem, que o Estado vai deixar de gastar elevados recursos financeiros com a criação, na zona da Chicala, do Centro Político Administrativo.

Manuel Nunes Júnior, que falava na abertura do lançamento do Bairro dos Ministérios, reconheceu que o Estado gasta avultados recursos financeiros com a utilização e arrendamento dos edifícios onde funcionam os Ministérios.

“O Estado gasta avultados recursos financeiros pela utilização destes edifícios e muitas vezes não preparados para acomodar instituições e serviços públicos. Muitos destes imóveis estão degradados e sem regras de eficiência, ordenação e uns estão desprovidos das condições tecnológicas exigidas nos dias de hoje pela ultra conectividade dos serviços”, disse Manuel Júnior, salientando que o Executivo

pretende evitar tais gastos com a criação do Centro Político Administrativo.

O ministro de Estado explicou ainda que os edifícios onde funcionam os vários departamentos do Executivo estão dispersos e muitos deles funcionam em espaços privados.

Manuel Nunes Júnior adiantou que o Executivo está empenhado na consolidação fiscal. Por isso, acrescentou, quer encontrar soluções que não contribuam para o aumento do endividamento do Estado. “Em situações de restrições orçamentais, temos que ser suficientemente imaginativos para resolver os problemas de financiamentos e dos problemas públicos que se nos colocam”, referiu.

O ministro do Estado para a Coordenação Económica anunciou que o Executivo vai apreciar, em breve, o programa das parcerias público-privadas, a ser implementada até 2022. Manuel Nunes Júnior garantiu que o Executivo pretende dar atenção especial às parcerias público-privadas no sector dos Transportes, Energia e Águas, Telecomunicações, Construção, Habitação e em outros sectores ligados às infra-estruturas sociais e produtivas do país.

Para Manuel Nunes Júnior, a implementação do quadro desta modalidade de financiamento permitirá ao Estado concentrar a sua atenção nos temas centrais da Administração Pública, melhoria de qualidade dos serviços prestados pelo Estado e o aumento do bem-estar da população.

O ministro ressaltou a aposta do projecto de parceria público-privada como forma de financiamento de despesas públicas por meio da iniciativa privada. De resto, Manuel Nunes Júnior lembrou que as parcerias público-privadas constituem uma modalidade de financiamento que tem sido seguida em vários países do mundo.

Segundo o ministro de Estado, trata-se de uma nova forma de envolver o sector privado na prossecução dos objectivos públicos e no processo de diversificação da economia. Os resultados, segundo Manuel Nunes Júnior, serão positivos, caso seja assegurado um conjunto de mecanismos essenciais à sua implementação, sobretudo no que diz respeito à remoção dos riscos neste tipo de financiamento.

Para o ministro, trata-se de uma iniciativa inovadora e de grande importância para o país e espera que o mesmo seja implementado com um elevado nível de sucesso, de modo a ser exemplo de outras iniciativas de parcerias público-privadas no país.

Amortização do investimento

O ministro da Construção e Obras Públicas, Manuel Tavares de Almeida, esclareceu que durante a fase de construção do projecto o Estado não desembolsará recursos. Apenas amortizará o investimento privado durante o período negocial, com o início da sua utilização, findo o qual todos os activos passarão para a propriedade do Estado.

Manuel Tavares de Almeida indicou que os valores das rendas pagas actualmente por instituições públicas serão transferidos para a amortização do investimento durante o período de operação do projecto pelo investidor.

O ministro da Construção e Obras Públicas afirmou que os grandes projectos de infra-estruturas públicas, como auto-estradas, grandes pontes e muitos outros deverão seguir a modalidade de financiamento partilhado com o sector privado. Para tal, Manuel Tavares de Almeida lembrou que a aprovação da Lei das Parcerias Público-Privadas visa introduzir melhoria no regime de contratação, a fim de tornar o processo mais dinâmico e actualizado.

O ministro não adiantou os custos do projecto, garantindo entretanto que os mesmos serão conhecidos no momento do lançamento do concurso público, que está para breve.

6.10 Imposto Predial Urbano regista subida de receitas

Jornal de Angola

24 De Julho, 2019

Texto: Natacha Roberto

As receitas resultantes da cobrança da primeira prestação do Imposto Predial Urbano (IPU), de Janeiro a Junho do ano em curso, registaram um incremento de 15,3 por cento, em relação ao período homólogo de 2018.

A informação foi prestada ao Jornal de Angola por um técnico da Direcção dos Serviços Fiscais da Administração Geral Tributária (AGT). Cândido Carneiro disse que, no primeiro semestre, as receitas do IPU atingiram do 20.000 milhões de kwanzas, contra os 17.000 milhões arrecadados em igual período do ano passado.

Do total de receitas arrecadadas, prosseguiu, seis mil milhões de kwanzas correspondem ao IPU sobre património e 13 mil milhões sobre a renda.

Quanto à segunda prestação, que começou a 1 de Julho e termina no fim do mês, referiu, a AGT prevê arrecadar um montante próximo do alcançado no

primeiro semestre, sendo 5.000.000 milhões de kwanzas sobre património e 15.000 milhões sobre as rendas, disse o técnico.

O responsável lembrou que o pagamento do IPU tem incidência sobre o rendimento de prédios urbanos situados no território angolano, quando arrendados. “O pagamento dos imóveis arrendados incidem sobre o valor da renda que consiste numa taxa normativa de 25 por cento sobre 60 do valor da renda ou rendimento. A taxa efectiva é de 15 por cento sobre o valor total do rendimento do prédio”.

Estão isentos do IPU, os institutos públicos e associações que gozam do estatuto de utilidade pública, imóveis destinados às representações diplomáticas ou consulares e instituições religiosas legalizadas.

O técnico da AGT apelou aos contribuintes a cumprirem com o pagamento da segunda prestação, para se livrarem da multa reservada aos contribuintes que não pagaram o IPU em Janeiro.

Cândido Carneiro lembrou que os contribuintes podem liquidar o imposto por via do Call Center : 923167272 ou por via do portal: <https://portalsigt.minfin.gov.ao>, onde o proprietário deve estar cadastrado, ou ainda através de uma mensagem para o e-mail: portalcontribuinte@minfin.gov.ao

Para efeitos do IPU, por prédio urbano entende-se toda fracção de território que abrange edifícios e construções de qualquer natureza nela incorporados ou assentes com carácter de permanência.

O Imposto Predial Urbano deve ser pago em duas prestações, sendo a primeira em Janeiro e a segunda em Julho, podendo no entanto, a pedido do contribuinte, ser fraccionado em quatro prestações, sendo a primeira em Janeiro, a segunda em Abril, a terceira em Julho e a quarta em Outubro.

6.11 Projecto de construção de bairro dos Ministérios pode ser adiado

Jornal Manchete

25 De Julho de 2019

Texto: Manuel Ngongo

Gastamos tanto fósforo para dar as nossas contribuições sob forma de sugestões, opiniões e críticas, bem como alguns caminhos para a saída airosa de determinadas situações ou mesmo crises e, o Governo, os ministérios, as administrações, que são os mais visados, parecem alheios aos verdadeiros

problemas que a nação angolana vai tendo, um pouco por todo o país. Se não vejamos: há cidadão angolanos nas províncias do Namibe, Huíla, Kuando Kubango, Benguela entre tantas outras, que, nesse momento que escrevemos (fazedores de opinião), sobre o assunto, estão a respirar pela última vez na vida, estão a morrer com fome ou enfermidades que têm cura e que podem ser evitadas, mas, no outro lado, encontram-se ministros, deputados, PCA's das empresas públicas, governadores provinciais e outros responsáveis pela coisa pública, estão reunidos a traçar planos e programas de construção de pontes com fraca capacidade de suportar tonelagem dos camiões de carga, construção de satélites, novos aeroportos, gastar dinheiro em viagem para transportar (de Angola para China), uma carta do Presidente da República, com teor desconhecido a ser entregue ao seu homólogo chinês e, este último plano para "fechar o caixão", construção de um "BAIRRO DOS MINISTÉRIOS"; para albergar e acomoda-los melhor e darem-se boa vida uns aos outros.

Que Governo é este que não pensa nada sobre o povo que dirige? (se podemos assim escrever), porque dirigir um povo é verificar frequentemente o seu nível de vida, o seu crescimento, a sua situação social, cultural, económico e financeiro, para citar algumas. Dirigir ou gerir um povo é evitar que aconteçam problemas e não apenas resolver problemas, e, o mais grave é que, nem isso consegue fazer!!!!

INSENSIBILIDADE VERSUS CRUELDADE

O país já tem experiências amargas quando se trata de demolições, alojamentos e realojamentos das populações e a maior parte dos projectos governamentais ou do Estado (às tantas já nem sabemos diferenciar quando é - que se trata de Estado ou de Governo), porque é tanta mistura que se parece a uma "salada russa" (que nos desculpem os russos), e como escrevia, os projectos do Governo e do Estado não escolhem novos lugares, o que temos aos "ponta-pés", prefere ali onde o pacato cidadão vive há mais de trinta anos, desalojar das casas de construção definitiva, sem indemnizar, colocar famílias ao relento ou em tendas durante anos. Temos exemplos das populações desalojadas na Boa Vista, no Baleizão, na praia do Bispo, no Iraque, para citar algumas áreas e estas populações vivem em tendas, em cabanas, ao relento, com outra agravante, a de, muitas vezes retirarem o povo e lá não fazerem nada, colocam apenas algumas chapas de vedação no espaço retirado da população e já está. Fica assim, nem o povo, nem o Governo e nem o Estado aproveita alguma coisa com isso.

É insensibilidade desalojar pessoas sem indemnização e é crueldade colocar pessoas ao relento!

PORQUÊ NÃO ADIAR ESTE PROJECTO? --

Talvez a pergunta fosse feita de outra maneira, porquê não resolver ainda os problemas do povo (como pensou o "v'osso guia imortal) antes de resolver os vossos (dirigentes) problemas! O povo está a morrer de fome, de miséria, de doenças de fácil prevenção e cura e o Governo vai utilizar o dinheiro para construir 0'- "Bairro dos Ministérios, com a agravante de não escolher um lugar livre. Terá que desalojar a população, retira-la da sua zona de conforto e coloca-la em qualquer lugar, ainda não definido. Este projecto pode ser adiado e pensar-se nisso um dia qualquer; não é urgente, não é necessário e nem é importante, pelo menos por enquanto.

Agora acudir as populações da fome, da miséria é urgente, é necessário e importante, o Governo e o Estado deviam saber disso.

AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Com o dinheiro que se pretende utilizar para a construção deste "Bairro dos Ministérios" chegaria para produzir, em grande escala, com o tipo de solos que Angola dispõe, hectares e hectares de palmeira de dendém (Kwanza Sul, Kwanza Norte, Uige); algodão (Malanje e Lunda Norte); sisal (Kwanza Sul, Kwanza Norte, Bengo), café (Kwanza Sul), só para citar alguns exemplos e escrever que todo território tem condições de produzir milho, arroz, jinguba, citrinos, ervilha, feijão, girassol, manga, rícino, soja, tabaco, plantas aromáticas e quase tudo que quisermos. Poderíamos construir diques para reservar águas para as zonas que enfrentam estiagem, praticar-se ia a bovinicultura, caprinicultura e a suinicultura, outra vez para citar algumas espécies, pois, o país tem tudo para dar certo, só não vai porque os dirigentes estão preocupados com coisa supérfluas que nada contribuem para o crescimento das populações, apenas o volume abdominais da maior parte dos dirigentes, é uma realidade, os governantes estão a engordar cada vez mais e no outro lado o povo está a emagrecer cada vez mais. Quem ainda tem dúvidas que viaje para os Gambos, a Humpata, a Matala, ao Dirico ou seja, ande pelo país e verá.

*(0 Presidente da República e tantos outros estudaram na Rússia, devem saber melhor o que é isso de "salada russa").

6.12 Cartoon

Novo Jornal

26 De Julho de 2019



6.13 Bairro dos Ministérios vai dar nova imagem à cidade capital

Jornal Economia e Finanças

26 De Julho de 2019

Texto: André Sibi

O Executivo angolano, através de uma parceria público-privada prevê começar a construir, no próximo ano, o Centro Político Administrativo, também denominado "Bairro dos Ministérios", que vai contar com 28 edifícios Ministeriais, um Centro de Conferências com capacidade para três mil lugares, além de 61 residências (incluindo protocolares).

O projecto lançado na passada terça-feira em Luanda, enquadra-se no plano urbanístico em harmonia com as políticas de renovação e de expansão integrada de infra-estruturas e urbanização, conforme estabelecido pelo Plano Director Geral de Luanda, será erguido num período de três anos.

Durante a cerimónia de apresentação pública do projecto, o ministro de Estado da Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, fez saber que a maior parte dos departamentos Ministeriais estão dispersos e funcionam em edifícios privados.

De acordo com o Ministro de Estado, o Governo depende avultadas somas de recursos financeiros pela utilização destes edifícios, muitas vezes não preparados para acomodar os serviços públicos.

Segundo o ministro de Estado, muitos destes imóveis estão degradados e sem regras de eficiência e ordenação e desprovidos de condições tecnológicas exigidas em termos de conectividade dos serviços.

Modelo urbanístico

Disse ainda que a escolha da "Praia do Bispo", enquadra-se numa lógica de continuidade da melhoria da imagem da Baixa de Luanda, que começou com a construção da Baía de Luanda, seguido da Nova Marginal e mais recentemente, a requalificação da Ilha de Luanda.

Numa altura em que o Executivo envida esforços no sentido da consolidação fiscal, revelou que "precisamos encontrar soluções que não aumentam o endividamento do Estado".

"Em situações de restrição orçamental temos de ser suficientemente imaginativos para resolver os problemas de financiamentos dos programas públicos que se nos colocam", disse.

Para ele, as "PPP" constituem um modelo de financiamento que tem sido seguido por vários países do mundo. Trata-se de uma forma de envolver o sector privado na prossecução dos objectivos públicos e no processo da diversificação da nossa economia.

Para assegurar as PPP, o Executivo vai apreciar o pacote das Parcerias Público-Privada a ser implementado até o fim da presente legislatura, em 2022, privilegiando os sectores da energia e água, transporte e telecomunicações, construção, habitação e outros sectores ligados a infra-estruturas sociais e produtivas do país.

Mais-valia

Por sua vez, o Ministro da Construção e Obras Públicas, Manuel Tavares de Almeida, aproveitou a ocasião para dizer que o projecto vai conferir maior dignidade aos departamentos Ministeriais e facilitar a mobilidade dos utentes.

"Esta experiência está em voga em vários países do mundo e está a ser projectada numa modalidade financeira que não vai forçar o Orçamento Geral do Estado", salientou.

O governador de Luanda, Sérgio Luther Rescova, olha para a iniciativa como uma oportunidade para revitalizar a capital do país, proporcionando serviços administrativos em harmonia com as infra-estruturas urbanas.

O projecto ora lançado constitui um ganho muito valioso para a capital angolana, do ponto de vista turístico, paisagística, assim como a promoção de postos de trabalho e melhoria da dignidade dos funcionários das instituições que vem trabalhando em péssimas condições.

O governador de Luanda saúda a iniciativa do Executivo em criar um espaço de qualidade e bem-estar.

"Este projecto vai descrever Luanda numa rota de desenvolvimento sustentável, preservando a sua matriz cultural", aponta.

6.14 Aldeões recebem comida e material de construção

Jornal de Angola

31 De Julho de 2019

Texto: Kamuanga júlia

A população da comuna de Chilunge, a 195 quilómetros de Saurimo, beneficiou de chapas de zinco, bens e produtos diversos, entregues pelo governador provincial da Lunda-Sul, Daniel Neto, no quadro da sua primeira visita à localidade.

Óleo, arroz, feijão, massa alimentar, sabão, fuba de milho, sal, detergentes, utensílios de cozinha, além de três motorizadas para facilitar os trabalhos dos técnicos de saúde, da educação e da administração local, nas suas deslocações às zonas de difícil acesso, constam dos bens e meios entregues pelo governador Daniel Neto.

Depois de proceder a entrega dos meios, o governador, que presidiu um acto público no recinto da Administração Comunal, disse que o objectivo é melhorar a dieta alimentar da população e minimizar as dificuldades que enfrenta, por falta de lojas e mercados na comuna, para permitir a aquisição de vários produtos.

Daniel Neto garantiu melhorias na circulação rodoviária nos próximos dias, com a reabilitação do troço entre Muliege e a comuna de Chilunge, bem como do centro de saúde, do fornecimento de energia e água, entre outros serviços, no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

O governador pediu o engajamento das autoridades tradicionais e igrejas na sensibilização da população, para ajudar o Governo a resolver, de forma faseada,

os problemas e contribuir no desenvolvimento da comuna. Wilson Txijica e Cecília Domingas, 'que vivem na sede comunal há mais de 15 anos, disseram à nossa reportagem que, para a aquisição de produtos, deslocam-se à cidade de Saurimo, pagando cinco mil kwanzas por viagem, o que cria muitos transtornos.

As autoridades tradicionais, na sua mensagem, apelam ao Governo no sentido de concluir as obras de impacto social paralisadas há dez anos, bem como a construção de uma escola do primeiro ciclo, hospital de referência, casas para os sobas, técnicos de Saúde e da Educação e distribuição de meios para alavancar a agricultura. O administrador comunal, José da Silva, sublinhou que a comuna conta com uma população estimada em mais de nove mil e 300 habitantes, na sua maioria camponeses, que se dedicam à agricultura familiar. Mandioca, batata-doce, milho, ginguba e hortícolas constam entre os produtos mais cultivados.

José da Silva acrescentou que na comuna de Chiluge existe um grupo gerador, de 10 KVA, que fornece energia a algumas instituições, um sistema de abastecimento de água no bairro Chivundo e cinco avariados nos bairros Tarnbué, Cabo-Catanda, Muazaza-Saílanda, Dala- Chiluge e na sede comunal.

A comuna conta com 48 professores e dez escolas do ensino primário e secundário, com 37 salas de aula, das quais cinco alternativas. O presente ano lectivo foram matriculados mais de 5.400 alunos, estando 1.764 crianças fora do sistema de ensino.

As doenças diarreicas e respiratórias agudas, a malária e as Infecções Transmissíveis Sexualmente (ITS) dominam o quadro de patologias na comuna, onde existe um centro de saúde, cinco postos médicos e 13 enfermeiros, carecendo de um laboratório de análises clínicas e um centro de hemoterapia.

Rio Cassai

No ponto fronteiriço com a República Democrática do Congo (RDC), com uma extensão de 282 quilómetros, o governador Daniel eto, durante a sua visita, constatou o fundonamento dos Serviços da Políada de Guarda Fronteira (PGF), tendo sido informado do registo de cinco tentativas de entrada de cidadãos da RDC este ano, através da travessia do Rio Cassai.

O comandante da subunidade da PGF na comuna de Chiluge, Eugénio Walitoua, disse que no ano passado registaram - se dois casos de afogamento de cidadãos congolezes, que tentavam violar as normas de travessia do Río-Cassai.

Da parte da RDC, o seu representante, Tambuleno Massueca, apontou dificuldades de aquisição do passaporte por parte dos cidadãos, o que obriga o uso de documentos provisórios, que custam 8.500 kwanzas, que lhes permite efectuar a travessia.

6.15 Metade dos moradores do Kilamba não paga ao Estado

Jornal de Angola

31 De Julho, 2019

Texto: Augusto Cuteta

Cerca de 50 por cento dos ocupantes dos apartamentos da cidade do Kilamba, por via do sistema de renda resolúvel, estão com “graves incumprimentos” no pagamento das prestações mensais ao Estado, revelou ao Jornal de Angola a gestora das referidas habitações pelo Fundo de Fomento Habitacional (FFH).

Stela Gaspar, que também representa o Fundo de Fomento Habitacional na gestão da urbanização KK5000, uma extensão da cidade do Kilamba, disse, a título de exemplo, haver moradores que, há sete anos, “nunca fizeram qualquer prestação”, desde há sete anos.

A gestora das habitações da cidade do Kilamba e do KK-5000 adiantou que o Fundo de Fomento Habitacional, que substituiu a imobiliária Imogest in na gestão dos projectos habitacionais do Estado, vai fazer, nos próximos dias, um pronunciamento oficial sobre como vão ser resolvidos os casos de moradores que estão na situação de incumprimento.

Stela Gaspar esclareceu que os “graves incumprimentos” no pagamento das habitações “criam grandes embaraços à gestão das centralidades, principalmente na manutenção dos edifícios.”

“O processo dos incumpridores está a ser avaliado”, acentuou Stela Gaspar, pe-dindo às pessoas nesta condição que regularizem as suas prestações mensais, numa altura em que “ainda não estamos a aplicar juros de mora.”

A alta funcionária do Fundo de Fomento Habitacional, que falou no sábado ao Jornal de Angola, no final do acto de apresentação do novo administrador do Distrito Urbano do Kilamba, Murtala Marta, admitiu que, no âmbito da normalização dos pagamentos em atraso, os faltosos podem vir a fazê-lo paulatinamente, na base de um acordo.

“Estamos abertos a negociações”, enfatizou Stela Gaspar, que aproveitou a ocasião para esclarecer que o Fundo de Fomento Habitacional é agora o gestor de todas as 25 mil habitações da cidade do Kilamba e das cinco mil do Projecto KK-5000.

Até agora, acrescentou, as coordenadas bancárias para o pagamento das prestações continuam, por enquanto, a ser as mesmas. “Os beneficiários podem ainda acorrer aos bancos e pedirem uma instrução permanente de pagamento mensal, que é mais fácil, como podem continuar a fazê-lo pelas vias que são conhecidas, até novas orientações”, salientou Stela Gaspar.

Quando lhe foi perguntado sobre as responsabilidades do Fundo de Fomento Habitacional, numa comparação com as da Administração do Distrito Urbano do Kilamba, Stela Gaspar explicou que o Fundo de Fomento Habitacional é responsável pela manutenção dos edifícios no seu todo, como reparações das fissuras e dos elevadores. Stela Gaspar confirmou a existência de reclamações de moradores da cidade do Kilamba e do KK5000, resultantes do aparecimento de fissuras e de outros problemas, e revelou que o Fundo de Fomento Habitacional está a fazer um levantamento para responder às inquietações levantadas ainda no período em que as duas urbanizações estavam sob a gestão da Imogestín.

A funcionária do Fundo de Fomento Habitacional tranquilizou os moradores no que toca à segurança dos edifícios da cidade do Kilamba e do KK-5000, com o argumento de que a avaliação técnica feita é positiva, “embora a manutenção e o uso correcto dos imóveis sejam questões preponderantes.”

Processo de transição

Stela Gaspar informou que o processo de transição do dossier “Cidade do Kilamba e KK-5000” da Imogestín para o Fundo de Fomento Habitacional, iniciado em Março, “está praticamente concluído.”

O Fundo de Fomento Habitacional é o actual gestor das centralidades do Estado erguidas e em construção, atribuição resultante do Decreto Presidencial número 297/18, de 14 de Dezembro, que aprova o seu estatuto orgânico e extingue o Fundo de Activos para o Desenvolvimento Habitacional. Sobre o assunto, Stela Gaspar explicou que o Fundo de Fomento Habitacional é responsável por 70 por cento dos projectos habitacionais, enquanto os restantes 30 por cento ficam sob a gestão do Instituto Nacional da Habitação. Situada no município de Belas e a cerca de 40 quilómetros da

Baixa de Luanda, a cidade do Kilamba foi inaugurada pelo ex-Presidente da República, José Eduardo dos Santos, a 11 de Julho de 2011, e tem uma população estimada em 120 mil habitantes, distribuídos por 20 mil apartamentos, que se encontram em 710 edifícios de quatro, oito e 12 andares, com tipologias T3, T3+1 e T5.

Já a urbanização KK-5000, integrada no desenvolvimento urbanístico da cidade do Kilamba, tem cinco mil apartamentos e uma população estimada em 30 mil habitantes, a viver em apartamentos com a tipologia T3, localizados em edifícios de quatro andares.

7. TERRA

7.1 Moradores e autoridades chegam a entendimento

Jornal de Angola

01 De Julho, 2019

Texto: Rodrigues Cambala

O braço de ferro que já dura há dois anos, entre o Governo Provincial de Luanda e os moradores do Reordenamento do Rangel, que têm as casas junto ao viaduto em construção, na passagem de nível do Tunga Ngo, pode chegar ao fim na próxima semana, com a transferência das oito famílias afectadas pela obra.

O porta-voz dos moradores, Egildo Vicente, disse que, finalmente, o problema está em vias de ser solucionado. Avançou que as negociações com a área de Infra-estruturas do Ministério da Construção decorrem a bom ritmo, estando prevista uma visita ao projecto KK 5.000, onde, provavelmente, vão ser alojados.

Durante dois anos, observou-se um “braço de ferro” entre as partes, devido à falta de saneamento do bairro Maié-Maié e a qualidade das casas que, inicialmente, estavam para ser entregues aos moradores.

Adão Vicente afirmou ao Jornal de Angola que no início a administração do Distrito do Rangel e o Ministério da Construção pretendiam retirar os moradores sem que estes concordassem com a tipologias das casas.

“Havia uma imposição por parte do Estado e recusamo-nos sair à força, porque as nossas casas foram construídas no tempo colonial e não se encontram em zonas de risco, como inicialmente nos queriam fazer crer”, disse.

A primeira proposta era para serem transferidos no bairro do Maié-Maié, situado a uns quilómetros depois da centralidade do Cacuaco.

Adão Vicente lembrou que, entre a centralidade do Sequele, Cacuaco e o bairro do Maié-Maié, são quase três quilómetros de distância, sem asfalto e com um matagal à volta.

Além de ser um percurso sem segurança, sobretudo no período nocturno, os moradores avaliaram ser uma localidade sem escolas, hospitais, esquadra da polícia, energia eléctrica e água potável.

“Não era possível submetermos naquelas condições os nossos filhos”, asseverou, afirmando que as casas eram pequenas e muros nos quintais. A rejeição dos moradores fez com que o Ministério da Construção propusesse outras moradias num projecto semelhante, também no Maié-Maié, que estava contemplada com ruas asfaltadas.

“Ainda assim, negamos porque não havia condições básicas para as pessoas, e a rua que liga a centralidade do Sequele é completamente escura à noite”, notou. Nem mesmo a promessa de receber três casas por uma (a ser demolida) estimulou os moradores do Rangel. Alguns moradores deixaram faz tempo de ser inquilinos do Estado, tendo adquirido as casas. “Apesar de alguns serem ainda inquilinos, não era justo que o Estado os pusesse numa zona precária, sem as mínimas condições de habitabilidade e até de falta de escolas para a educação dos filhos”. O porta-voz conta que, durante o processo de negociação, dois moradores cederam à exigência e, nesta altura, residem no Maié-Maié.

“Aceitaram porque não tinham as casas ainda compradas”, disse. Ao lembrar que passaram por fases difíceis e até de intimidação, Adão explica que, numa altura, os próprios moradores propuseram ao Estado transferi-los para o projecto do Zango Zero.

“A intimidação levou-nos a constituir um advogado, uma vez que as obras de passagem de nível da linha férrea haviam iniciado sem que acontecesse um diálogo com os moradores”.

Adão Vicente salientou que os outros moradores que tinham as casas na zona de risco, junto a parede do Beiral, foram alojados no Zango 3 (no projecto denominado Luanda Limpa).

7.2 Distrito do Rangel e Bairro Popular requalificados a partir deste mês

Jornal de Angola

07 De Julho, 2019

Texto: Santos Pedro

A requalificação do Bairro Popular está orçada em 120 milhões de dólares, anunciou ontem, o director-geral da Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda (UTGSL), Antas Miguel, durante um acto que marcou o lançamento do início das obras.

Esta informação foi dada à imprensa, à margem do acto que visou o lançamento do início das obras de requalificação de 47 ruas do Bairro Popular, quatro do distrito urbano do Rangel e a reposição da ponte

Olímpio Macuéria, que liga o Hospital Sanatório à Rua Machado Saldanha, aluída em Janeiro, pelas chuvas.

Segundo o director, que prestou a informação na presença do governador provincial, Sérgio Luther Rescova, é prematuro a quantificação orçamental da requalificação do distrito urbano do Rangel, porquanto precisa-se ainda de uma definição do tipo de urbanização para aquela circunscrição, para depois se dimensionar as infra-estruturas. As obras de reposição da ponte “Olímpio Macuéria” que liga o Hospital Sanatório à rua Machado Saldanha terão uma duração de quatro meses. Para um melhor funcionamento das redes técnicas, serão substituídas as actuais de menor para maior dimensão, passando as de 500 para 1800 milímetros, de 315 à 500 e de 150 para 450 milímetros.

Além das 47 ruas, num total de 19,23 quilómetros, serão construídas no Bairro Popular, em três anos, redes de drenagem das águas pluviais, residuais, de abastecimento de água e telecomunicações.

Beneficiará igualmente de redes de energia eléctrica, iluminação pública, pavimentação, lancis e passeios, sinalização rodoviária vertical e horizontal, bem como mobiliário urbano.

Já no distrito urbano do Rangel, o programa de infra-estruturas integradas contempla a requalificação das ruas, “Povo”, “8 de Novembro”, “Vaidade” e “Sangue Fúria”, numa extensão de 4,5 quilómetros. A empreitada vai durar dois anos e prevê melhorar também, a rede de drenagem das águas pluviais, residuais, de abastecimento de água e telecomunicações. De igual modo considerará as redes de energia eléctrica, iluminação pública, pavimentação, lancis e passeios, sinalização rodoviária vertical e horizontal, bem como mobiliário urbano.

Zenilda Mandinga, directora adjunta da UTGSL, disse que a vala de macro drenagem Cazenga/Cariango, compõe oito passagens hidráulicas, das quais devem ser construídas quatro, nomeadamente uma na Olímpio Macuéria, na rua da Mavinga, sobre o caminho-de-ferro, no Cazenga e a no caminho-de-ferro, na Deolinda Rodrigues. As obras de macro drenagem já duram há mais de dez anos por dificuldades financeiras.

7.3 Demolições à vista no Lubango deixam munícipes apreensivos

Jornal O PAÍS

12 De Julho de 2019

Texto: João Katombela

Lubango, cidade capital da Huíla, tem estado a observar um conjunto de obras de requalificação e requalificação que são fruto da nova dinâmica da governação local. Porém, algumas infra-estruturas integradas, com destaque para a reabilitação de estradas, abertura de novas avenidas e construção de áreas de lazer, podem levar à demolição de algumas residências.

Uma das zonas abrangidas é a do Bairro Comercial, concretamente no quarteirão (25), onde está a ser erguida uma obra paralela à margem do rio "Mukufi", que atravessa a cidade. Nesta zona, o cadastramento para as demolições já teve início, com demarcações executadas pela Administração local. Entretanto, este processo está a ser encarado pelos moradores como tendo falta de lisura, por pecar, segundo afirmaram ao OPAÍS, pela não comunicação prévia. Por esta razão, os moradores da referida zona dizem temer por um desalojamento que os venha a deixar ao relento.

"Tivemos uma reunião com a administradora do bairro, ela disse-nos que, à semelhança do que está a acontecer no bairro Camazingo, vai acontecer aqui no bairro comercial. O bairro, no seu todo será demolido, mas de forma faseada", contou, Pedro Chivela.

Apesar de reconhecerem o engajamento do Executivo e afirmarem estarem alinhados, a sua maior preocupação reside no realojamento, com a provável demolição das suas residências.

"Nós nascemos aqui e temos conhecimento dos projectos do Governo que tendem a melhorar a imagem da cidade do Lubango. Não queremos interferir nos projectos do Governo, só não cabe na nossa cabeça que o bairro todo seja demolido sem o realojamento condigno" advertiu.

"Estão a marcar umas casas e outras não, porquê desse critério? Se dizem que vão demolir todo o bairro, têm de marcar todas as casas e não apenas algumas, como está a ser feito", avançou uma das moradoras entrevistadas.

Sobre a possibilidade de serem realojados na centralidade da Quilemba, os moradores levantam outro problema, inerente aos preços praticados para a renda resolúvel, que dizem não caberem na capacidade dos seus bolsos.

"Querem levar-nos à Centralidade e nós não temos o dinheiro que eles precisam", disse.

Durante o processo de cadastramento das residências que possivelmente serão demolidas no quarteirão 2S do Bairro Comercial, na cidade do Lubango, os moradores receberam garantias de que serão realojados na centralidade da Quilemba.

A estes moradores, segundo adianta a Administração local, se forem transferidos para a centralidade da Quilemba, terão de pagar uma renda mensal avaliada de 12 mil Kwanzas.

"Aqui há pessoas que sobrevivem com 5 mil Kwanzas, Como é que vamos viver? Querem fazer como fizeram com os outros que foram para a Tchavola, sem qualquer condição", disse a moradora Amélia Namako, que diz viver da venda de carvão.

7.4 Obras de requalificação do Lubango orçadas em 200 milhões de dólares

Jornal de Angola
21 De Julho, 2019
Texto: João Lubaco

As obras de requalificação no jardim de referência da cidade do Lubango, vulgarmente conhecido como Sé Catedral, destacam-se entre as demais que estão em curso na capital da província da Huíla, cujos trabalhos globais estão avaliados em 200 milhões de dólares.

O coordenador técnico das obras, João Dinheiro, disse à imprensa que as estradas adjacentes ao jardim, tido como "cartão de visita" da cidade, estão igualmente a beneficiar de obras, assim está a ser

projecto, que arrancou no dia 11 deste mês, já deram lugar a 800 postos de emprego.

João Dinheiro informou que estão em curso obras no largo adjacente à sede do Governo Provincial da Huíla, no lendário Cine do Arco-Íris, e na estrada que liga à rotunda da Avozinha Trading, bem como na Marginal do rio Mucufi. Nestes locais estão a ser reabilitados os passeios e valas de drenagem das águas pluviais e residuais.

As obras de requalificação da cidade do Lubango, segundo o responsável, estão com 70 por cento de execução, e não fossem alguns imprevistos, sobretudo nas redes de electricidade, condução de água, telecomunicações e a presença de solos contaminados em quase todas as áreas de intervenção, estariam mais avançadas.

O responsável disse que o facto de muitas infra-estruturas da cidade não estarem cadastradas, está a criar enormes embaraços ao andamento das obras, pois, às vezes, ao fazer-se a escavação rebenta uma condução de água, e dificulta o andamento dos trabalhos. "Temos nos deparado com várias dificuldades para dar seguimento às obras no casco urbano, o número elevado de habitantes, o trânsito automóvel, os obstáculos que encontramos debaixo da terra, enfim, são imprevistos que atrapalham o seguimento dos trabalhos", disse.

"As obras", disse, "estão a ser feitas dentro dos padrões aceitáveis, de acordo com as normas estabelecidas, com vista a responder às exigências de execução. A empreitada conta com técnicos com experiências reconhecidas", disse João Dinheiro.

50 quilómetros já reabilitados

O coordenador das Obras de Requalificação do Lubango informou que já foram reabilitados 50 quilómetros de estradas na cidade, dos 100 previstos. Assegurou que as vias que faltam vão ser concluídas até 2020. "A segunda fase deste Projecto de Infra-estruturas Integradas vai beneficiar as restantes comunas que compõem o município do Lubango, cuja data do arranque ainda não está definida", avançou.

Com uma superfície territorial de três mil e 140 quilómetros, o município do Lubango, teve a categoria de cidade há 96 anos.

restaurado o circuito de iluminação pública em algumas artérias da cidade. Os trabalhos deste

8. SERVOÇOS BÁSICOS

8.1 Moradores e autoridades chegam a entendimento

Jornal de Angola

01 De Julho, 2019

Texto: Rodrigues Cambala

O braço de ferro que já dura há dois anos, entre o Governo Provincial de Luanda e os moradores do Reordenamento do Rangel, que têm as casas junto ao viaduto em construção, na passagem de nível do Tunga Ngo, pode chegar ao fim na próxima semana, com a transferência das oito famílias afectadas pela obra.

O porta-voz dos moradores, Egildo Vicente, disse que, finalmente, o problema está em vias de ser solucionado. Avançou que as negociações com a área de Infra-estruturas do Ministério da Construção decorrem a bom ritmo, estando prevista uma visita ao projecto KK 5.000, onde, provavelmente, vão ser alojados.

Durante dois anos, observou-se um “braço de ferro” entre as partes, devido à falta de saneamento do bairro Maié-Maié e a qualidade das casas que, inicialmente, estavam para ser entregues aos moradores.

Adão Vicente afirmou ao Jornal de Angola que no início a administração do Distrito do Rangel e o Ministério da Construção pretendiam retirar os moradores sem que estes concordassem com a tipologias das casas.

“Havia uma imposição por parte do Estado e recusamo-nos sair à força, porque as nossas casas foram construídas no tempo colonial e não se encontram em zonas de risco, como inicialmente nos queriam fazer crer”, disse.

A primeira proposta era para serem transferidos no bairro do Maié-Maié, situado a uns quilómetros depois da centralidade do Cacucaco.

Adão Vicente lembrou que, entre a centralidade do Sequele, Cacucaco e o bairro do Maié-Maié, são quase três quilómetros de distância, sem asfalto e com um matagal à volta. Além de ser um percurso sem segurança, sobretudo no período nocturno, os moradores avaliaram ser uma localidade sem escolas, hospitais, esquadra da polícia, energia eléctrica e água potável.

“Não era possível submetermos naquelas condições os nossos filhos”, asseverou, afirmando que as casas eram pequenas e muros nos quintais. A rejeição dos moradores fez com que o Ministério da Construção propusesse outras moradias num projecto semelhante, também no Maié-Maié, que estava contemplada com ruas asfaltadas.

“Ainda assim, negamos porque não havia condições básicas para as pessoas, e a rua que liga a centralidade do Sequele é completamente escura à noite”, notou. Nem mesmo a promessa de receber três casas por uma (a ser demolida) estimulou os moradores do Rangel. Alguns moradores deixaram faz tempo de ser inquilinos do Estado, tendo adquirido as casas. “Apesar de alguns serem ainda inquilinos, não era justo que o Estado os pusesse numa zona precária, sem as mínimas condições de habitabilidade e até de falta de escolas para a educação dos filhos”. O porta-voz conta que, durante o processo de negociação, dois moradores cederam à exigência e, nesta altura, residem no Maié-Maié.

“Aceitaram porque não tinham as casas ainda compradas”, disse. Ao lembrar que passaram por fases difíceis e até de intimidação, Adão explica que, numa altura, os próprios moradores propuseram ao Estado transferi-los para o projecto do Zango Zero.

“A intimidação levou-nos a constituir um advogado, uma vez que as obras de passagem de nível da linha férrea haviam iniciado sem que acontecesse um diálogo com os moradores”.

Adão Vicente salientou que os outros moradores que tinham as casas na zona de risco, junto a parede do Beiral, foram alojados no Zango 3 (no projecto denominado Luanda Limpa).

8.2 FMI aconselha a eliminação dos subsídios à água e à energia

Jornal de Angola

01 De Julho de 2019

Texto: Cristóvão Neto

A primeira avaliação do Programa de Financiamento Ampliado (EFF) faz uma apreciação geralmente positiva da aplicação do acordo: as revisões são indiferentes ao desempenho da economia?

Os programas do FMI estão sujeitos a revisões periódicas. No caso de Angola, as revisões do EFF são semestrais. As revisões têm dois objectivos: primeiro, avaliar se as autoridades cumpriram os seus compromissos.

Caso não tenham cumprido, discutimos as razões e que acções correctivas devem ser implementadas para garantir o cumprimento no futuro. O segundo objectivo é “recalibrar” o programa de acordo com o que for necessário.

Por exemplo, com base na evolução do preço do petróleo que se seguiu à aprovação do programa em Dezembro passado, era importante ajustar o Orçamento de 2019. Discutimos com as autoridades e concordaram em que, para alcançar os objectivos do programa, em particular colocar a dívida pública em uma trajectória descendente, seria necessário um Orçamento revisto para 2019.

O facto do desembolso subjacente à primeira revisão representar apenas cerca de 1/4 do valor do primeiro, em Dezembro, revela algum cepticismo do FMI?

O programa do EFF prevê um apoio financeiro de cerca de 3,7 mil milhões de dólares a desembolsar ao longo de três anos em sete parcelas. A primeira, de mil milhões de dólares, foi desembolsada em Dezembro passado, quando o programa foi aprovado. As seis fracções subsequentes serão desembolsadas depois da conclusão bem-sucedida das revisões semestrais.

O montante de cada parcela foi estabelecido no início do programa com base nas necessidades de financiamento projectadas e particularmente elevada no início do programa. Como pode ser visto no documento do programa publicado em Dezembro passado, o cronograma de parcelas é o seguinte: cerca de 250 milhões de dólares na primeira e segunda revisões e cerca de 560 milhões nas quatro últimas revisões.

A economia angolana vai para o quinto ano de recessão, estagnação e inflação elevada. Alguns analistas defendem que o EFF não é o ideal para animar este contexto: que sectores têm potencial de reacquecer a economia e que medidas devem ser tomadas nesse sentido?

O EFF está focado em restaurar a estabilidade macroeconómica e financeira. Há consenso entre os economistas de que o crescimento económico equitativo e sustentável é difícil de alcançar num ambiente de inflação alta, oferta imprevisível de divisas, altos défices orçamentais e dívida pública, além de um sistema bancário fraco e com capacidade limitada para financiar. Assim, o programa visa primeiro mitigar estes problemas. Além disso, as reformas estruturais também são importantes para melhorar o ambiente de negócios, atrair investimentos e promover o crescimento.

Um desses problemas é a estabilização do câmbio: considera que a reforma cambial em curso desde Janeiro de 2018 atingiu os objectivos preconizados?

A reforma do mercado cambial progrediu, mas ainda há muito a ser feito para se ter um regime cambial verdadeiramente flexível, no qual a taxa de câmbio é determinada pelo mercado. Acreditamos que tal regime é crítico para uma alocação eficiente dos escassos recursos cambiais e para restaurar a competitividade externa. Do lado positivo, os mecanismos administrativos para alocar as divisas, como as vendas directas, foram eliminados.

Actualmente, as vendas de divisas pelo BNA são feitas através de leilões aos quais todos os bancos comerciais têm acesso. Ao mesmo tempo, a acumulação de atrasados de solicitações de câmbio foi eliminada em Abril e o diferencial entre a taxa de câmbio oficial e a taxa de mercado paralelo diminuiu significativamente, desde o lançamento do Programa de Estabilização Macroeconómica. No entanto, o diferencial aumentou nos últimos meses e as reservas internacionais continuaram a reduzir, o que exige a atenção urgente das autoridades.

A segunda questão colocada pela estabilização macroeconómica é a consolidação fiscal por via do equilíbrio das despesas e das receitas: como é que o FMI encara a evolução desse processo?

A maior parte do ajuste fiscal foi feito no lado das despesas. Acreditamos que é importante reequilibrar o mix de ajuste. Esta é outra razão pela qual a introdução atempada do IVA é muito importante. No futuro, ajudaremos as autoridades a identificar opções de receita e a melhorar o sistema tributário angolano para minimizar futuros cortes de despesas.

As despesas orçamentais são representadas pelo pagamento do excessivo número de trabalhadores da Função Pública: o programa prevê cortes na folha de salários da Função Pública?

A consolidação orçamental prevista no programa baseia-se tanto na mobilização de receitas não petrolíferas como na melhoria da eficiência das despesas públicas, em particular na aquisição de bens e serviços e no investimento público.

Dito isto, todo o Governo deve esforçar-se, constantemente, para melhorar a eficiência da folha de salários, por forma a garantir que os recursos sejam aplicados em áreas prioritárias, por exemplo, professores e profissionais de saúde. O Governo também deve concentrar-se no combate à fraude, identificando trabalhadores “fantasmas” e

expurgando os da folha de pagamento do sector público.

Como avalia o adiamento da introdução do IVA e a perspectiva da diminuição da arrecadação fiscal?

A introdução do IVA é uma reforma fundamental que visa reduzir a dependência do orçamento das receitas do petróleo. É também uma reforma importante, porque o IVA substituirá o actual imposto sobre o consumo, que é um imposto ineficiente do ponto de vista económico.

Um adiamento de três meses, se for usado para garantir que todos os preparativos técnicos sejam concluídos não é um grande problema. Do ponto de vista da receita, o impacto deve ser gerido, tomando medidas compensatórias no lado da receita.

Conforme declarado nos documentos do programa [EFF], a nossa expectativa é que a maior parte do rendimento do IVA comece a materializar-se em 2020. No entanto, é importante ressaltar que um novo adiamento comprometeria as receitas no próximo ano.

O FMI propõe ao Governo um aumento dos preços dos combustíveis, como afirmou recentemente o ministro das Finanças, e até a eliminação dos subsídios aos preços da energia e da água?

A nossa opinião é que os subsídios aos serviços públicos e aos preços dos combustíveis são ineficientes, levam ao consumo excessivo e beneficiam desproporcionalmente os ricos que os consomem mais. Por estes motivos, aconselhamos a sua eliminação.

Ao mesmo tempo, sabemos que a parte do rendimento gasto com serviços públicos, combustíveis e transporte pelas famílias pobres é grande. Assim, em termos relativos, os pobres são mais afectados pelo aumento do preço do combustível.

Por este motivo, o nosso conselho é que os preços dos combustíveis sejam aumentados gradualmente e somente quando um mecanismo para proteger os mais vulneráveis esteja a funcionar. Em particular, o programa em Angola recomenda que o ajuste dos preços dos combustíveis ocorra simultaneamente com o lançamento de um programa de transferência de rendimentos, que está a ser desenvolvido com a assistência do Banco Mundial.

Está prevista, no quadro EFF, a transferência de rendimentos para a população mais desfavorecida?

O programa prevê duas medidas fundamentais para proteger os segmentos mais vulneráveis da população: primeiro, estabelece um tecto para os gastos sociais que deve ser respeitado, mesmo que sejam necessários cortes nas despesas para atingir os objectivos orçamentais. Em segundo lugar, o programa tem em conta a implementação de um programa de transferência de renda para mitigar o impacto da eliminação dos subsídios aos preços nas camadas mais vulneráveis da população.

Qual é o efeito esperado da combinação de um aprofundamento da reforma cambial, aumento dos preços dos combustíveis e eliminação dos subsídios à água e à energia previstos no PEM sobre a inflação?

Essas reformas produzirão um aumento único no nível geral de preços, como aconteceu no ano passado após o aumento das tarifas de água: isso, infelizmente, é inevitável. No entanto, é diferente da inflação, que é um aumento contínuo no nível de preços.

A extensão do impacto dependerá de o BNA manter uma política monetária adequada, como aconteceu em 2018. No ano passado, apesar da depreciação grande do kwanza, a inflação foi mais baixa do que em 2017, quando a taxa de câmbio era fixa.

8.3 Energia sobe 97 por cento

Jornal de Angola
03 De Julho, 2019

O Governo anunciou para 15 de Julho a entrada em vigor do aumento do tarifário de energia, que sofre um reajuste até 97 por cento, deixando o Estado de a subvencionar, informou ontem o Ministério das Finanças.

Um comunicado de imprensa do Ministério das Finanças refere que a implementação do Novo Regime Tarifário da Energia Eléctrica deveria vigorar desde o passado dia 24 de Junho, mas “por razões técnicas e operacionais das instituições responsáveis por assegurar este procedimento”, a sua efectivação só acontece a partir da segunda quinzena deste mês. De acordo com o Ministério das Finanças, esta actualização dos tarifários dos serviços de electricidade decorre de uma medida estrutural de gestão macroeconómica, que passa por garantir que os subsídios beneficiem efectivamente os segmentos mais vulneráveis da população, contrariamente ao que vinha sucedendo até aqui.

“Neste sentido, as novas tarifas introduzem mecanismos de protecção dos consumidores com menores rendimentos, para além de outras medidas

de protecção social, que estão a ser adoptadas pelo Executivo”, lê-se na nota.

Na segunda-feira, o representante residente do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Angola, Max Alier, defendeu a eliminação dos subsídios à água e energia, argumentando que os mesmos apenas beneficiam os mais ricos.

Em entrevista ao Jornal de Angola, Max Alier referiu que os subsídios aos serviços públicos e aos preços dos combustíveis “são ineficientes, levam ao consumo excessivo e beneficiam desproporcionalmente os ricos que os consomem mais”.

“Por estes motivos aconselhamos a sua eliminação. Ao mesmo tempo, sabemos que a parte do rendimento gasto com serviços públicos, combustíveis e transporte pelas famílias pobres é grande. Assim, em termos relativos, os pobres são mais afectados pelo aumento do preço do combustível”, adiantou.

O novo tarifário de energia para consumidores de categoria social - clientes com capacidade reduzida em termos de consumo - vai manter-se a 2,46 kwanzas o quilowatt, enquanto que para os clientes com consumo abaixo de 200 quilowatts o valor passa de três kwanzas para 6,41 kwanzas. O reajuste foi feito igualmente na “categoria doméstica geral”, actualmente designada “categoria doméstica monofásica”, onde se encontram integrados a maioria dos consumidores de electricidade do país, passando dos 6,53 kwanzas para 10,89 kwanzas, representando um aumento de 66 por cento. Já para os clientes de “categoria doméstica especial”, agora designados por “categoria doméstica trifásica” - grupo de maior capacidade e consumo - cujo preço cobrado integra a produção e transporte, passa dos 7,05 kwanzas para 14,74.

Para a categoria indústria, o preço sai dos 7,05 kwanzas para os 12,83, enquanto que o comércio e serviços, que pagavam 14 kwanzas, passam agora a integrar a categoria doméstica trifásica.

Segundo o presidente do Conselho de Administração do Instituto Regulador dos Serviços de Electricidade e de Águas (IRSEA), Luís Mourão, citado pela Angop, o cliente final pagava em média 6,05 kwanzas o quilowatt e agora vai pagar 12,82 kwanzas, um incremento em todas as categorias de 97 por cento.

8.4 Aumentos dos preços nas facturas da luz afinal só 2 arrancam” a partir de 15 de Julho

Jornal Expansão
05 De Julho de 2019

O prazo da entrada em vigor do aumento da tarifa de luz foi alargado para dia 15, vinte dias depois da data anunciada anteriormente.

Através de um comunicado o Ministro das Finanças (MinFin), indica que à luz do Decreto Executivo 122/19, de 24 de Maio, que aprova as novas tarifas de venda de energia eléctrica, é adiada a implementação do novo regime tarifário da energia eléctrica, que deveria vigorar desde o passado dia 24 de Junho.

De acordo com o MinFin, as novas tarifas irão entrar em vigor apenas a partir do dia 15 de Julho, por razões técnicas e operacionais das instituições responsáveis por assegurar este procedimento.

O comunicado acrescenta ainda que esta actualização dos tarifários dos serviços de electricidade, decorre de uma medida estrutural de gestão macroeconómica, que passa por garantir, que os subsídios beneficiem efectivamente os segmentos mais vulneráveis da população, contrariamente ao que vinha sucedendo até aqui.

"Neste sentido, as novas tarifas introduzem mecanismos de protecção dos consumidores com menores rendimentos, para além de outras medidas de protecção social, que estão a ser adoptadas pelo Executivo", refere o documento.

A entrada em vigor do novo tarifário para a energia eléctrica é uma medida adoptada pelo Governo no sentido de reduzir os subsídios neste sector conforme recomenda o Fundo Monetário Internacional (FMI) no âmbito dos acordos celebrados com o Executivo.

De recordar que os maiores aumentos abrangem três categorias, nomeadamente a doméstica social dois, monofásica e trifásica, segmentos que o regulador dos preços considera ter poder de compra da electricidade.

Em termos gerais, para estas três categorias ou segmento de consumidores, o incremento ronda os 97%, atendendo à media da tarifa anterior com o tarifário que entra em vigor no final da primeira quinzena de Julho ou seja, o preço por quilowatt/hora passa dos 6,5 Kz para os 12,8 Kz.

Fontes do Ministério da Energia e Águas e da Autoridade da Concorrência indicam que na categoria doméstica social dois, clientes consomem entre 120 a 200 KWatt/hora. o aumento ronda os 113,7%.

8.5 Mega Aumento da Energia invade o País já no dia 15

Folha 8

06 De Julho de 2019

O Governo angolano adiou para 15 de Julho a entrada em vigor do aumento (como exige o Fundo Monetário Internacional) do tarifário da energia, que sofre um reajuste até 97%, deixando o Estado de a subvencionar, informou o Ministério das Finanças. Na electricidade, "categoria doméstica monofásica", onde se encontram integrados a maioria dos consumidores, o aumento será de 66%.

Um comunicado de imprensa do Ministério das Finanças refere que a implementação do Novo Regime Tarifário da Energia Eléctrica deveria vigorar desde o passado dia 24 de Junho, mas "por razões técnicas e operacionais das instituições responsáveis por assegurar este procedimento" a sua efectivação só acontece a partir da segunda quinzena deste mês. De acordo com o Ministério das Finanças, esta actualização dos tarifários dos serviços de electricidade decorre de uma medida estrutural de gestão macroeconómica, que passa por garantir que os subsídios beneficiem efectivamente os segmentos mais vulneráveis da população, contrariamente ao que vinha sucedendo até aqui. "Neste sentido, as novas tarifas introduzem mecanismos de protecção dos consumidores com menores rendimentos, para além de outras medidas de protecção social, que estão a ser adoptadas pelo executivo", lê-se na nota que, com esta alusão, tenta tapar o Sol com uma peneira... sobretudo à noite.

Em Janeiro de 2018 foi noticiado que o Governo pretendia cortar em 25%, o equivalente a 275 milhões de euros, nos subsídios que atribui às empresas públicas para manutenção dos preços aos consumidores em serviços básicos como água, energia e transportes, que deveriam aumentar naquele ano. Na segunda-feira, o representante residente do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Angola, Max Alier, defendeu a eliminação dos subsídios à água e energia, argumentando que os mesmos apenas

beneficiam as pessoas com rendimentos altos, Isto porque, presume-se, as pessoas de baixos rendimentos usam apenas água da chuva e energia produzida por lenha...

Max Alier, que falava ao Jornal de Angola, referiu que os subsídios aos serviços públicos e aos preços dos combustíveis "são ineficientes, levam ao consumo excessivo e beneficiam desproporcionalmente os ricos que os consomem mais".

"Por estes motivos aconselhamos a sua eliminação, Ao mesmo tempo, sabemos que a parte do rendimento gasto com serviços públicos, combustíveis e transporte pelas famílias pobres é grande. Assim, em termos relativos, os pobres são mais afectados pelo aumento do preço do combustível", adiantou. O novo tarifário de energia para consumidores de categoria social - clientes com capacidade reduzida em termos de consumo - vai manter-se a 2,46 kwanzas (0,00633 euros) o quilowatt, enquanto que para os clientes com consumo abaixo de 200 quilowatts o valor passa de três kwanzas (0,00772 euros) para 6,41 kwanzas (0,01650 euros).

O reajuste foi feito igualmente na "categoria doméstica geral", actualmente designada "categoria doméstica monofásica", onde se encontram integrados a maioria dos consumidores de electricidade do país, passando dos 6.53 kwanzas (0,01681 euros) para 10,89 kwanzas (0,02803 euros), representando um aumento de 66%.

Já para os clientes de "categoria doméstica especial", agora designados por "categoria doméstica trifásica" - grupo de maior capacidade e consumo cujo preço cobrado integra a produção e transporte, passando dos 7,05 kwanzas (0,01814 euros) para 14,74 kwanzas (0,03793 euros).

Para a categoria indústria, o preço sai dos 7,05 kwanzas para os 12.83 kwanzas (0,03302 euros), enquanto que o comércio e serviços, que pagavam 14 kwanzas (0,03603 euros) passam agora a integrar a categoria doméstica trifásica.

Segundo o presidente do Conselho de Administração do Instituto Regulador dos Serviços de Electricidade e de Águas (IRSEA), Luís Mourão, citado pela Angop, o cliente final pagava em média 6,05 kwanzas (0.01557 euros) o quilowatts e agora "ai pagar 12,82 kwanzas (0,03299 euros), um incremento em todas as categorias de 9790.

8.6 Ajustamento no tarifário de energia precipita súbita dos preços produtos de cesta básica

Jornal Manchete

18 De Julho de 2019

Texto: Mário Cassanda

Mal o Governo anunciou o ajustamento no tarifário de energia eléctrica, uma semana antes da entrada em vigor, a 15 deste mês, os preços dos principais produtos da cesta básica registaram um aumento entre 20 a 30 por cento, apurou o *Manchete* em alguns estabelecimentos comerciais e mercados informais de Luanda.

Numa ronda efectuada em alguns armazéns constatamos que, o saco de arroz de 25 quilogramas custa agora 5.750 kwanzas, contra 5.500 anteriores. O saco de açúcar de 50 quilogramas custa 12.900 kwanzas, contra 11.050. O saco de farinha de milho de 25 quilogramas está a ser vendido ao preço de 8.050 kwanzas, contra 7 mil anteriores. Um bidão de óleo alimentar de cinco litros está a 2.100 kwanzas, contra 1.750 aplicados antes. Uma caixa de massa alimentar custa 4.100 kwanzas, contra 3.200 anteriores.

Os cidadãos que entrevistamos não têm dúvida que a subida dos bens alimentares, se deve ao ajustamento no tarifário de energia eléctrica.

Juliana Domingos mostra-se preocupada com esta situação, numa altura em pretendia comprar um saco de arroz, um de farinha de milho e um bidão de óleo alimentar de cinco litros, para as refeições da família.

Ela viu-se obrigada excluir o saco de farinha de milho porque só trazia 10 mil kwanzas do preço anterior. "Hoje já não conseguimos comprar o saco de açúcar de 50 quilogramas por estar muito caro, penso que amanhã será também o saco de arroz, se continuarem a aumentar sem parar os preços", lamentou a mesma à nossa reportagem.

Quem também se sente inquietada com a subida dos preços é Amélia Alberto. "Mas onde é que vamos parar com estas subidas": questiona a fonte.

Fernando Mendonça, funcionário público, é de opinião que o Governo deve explicar melhor a população sobre as suas políticas, quanto a necessidade no ajustamento do tarifário de energia, visto que nesta altura a condição financeira das famílias não é favorável.

"Eu já começo a sentir o peso desta nova medida do Governo": lamentou, alegando temer que tal situação

venha complicar mais ainda a vida das famílias carenciadas. Entretanto, à nossa reportagem, os vendedores dos mercados informais explicaram ter aumentado os preços por também terem comprado a preços mais altos aos armazenistas, um ramo do comércio que é dominado por expatriados da África Ocidental. Estes, por sua vez, apontam o dedo aos grossistas, proferindo que são eles que têm estado a subir os preços.

"Quando aumentam, nós também subimos um pouco para termos lucros que possibilitem a reposição do stock" justificou o gerente de um armazém na zona do Kicolo, em Cacuaco, que preferiu o anonimato.

Recorde-se que, as novas tarifas de electricidade entraram em vigor, com as autoridades a assegurarem manutenção dos preços para consumidores da "categoria social": com capacidade reduzida de consumo, e aumento para metade aos da categoria "doméstica especial":

De acordo com o novo tarifário de energia, os consumidores da categoria social, com capacidade reduzida em termos de consumo, vão continuar a pagar 2,46 kwanzas/quilowatts, enquanto para os de consumo baixo de 200 quilowatts o valor sobe de três kwanzas para 6,41 kwanzas.

Em relação a categoria "doméstica geral": agora designada "categoria doméstica monofásica", que integra a maioria dos consumidores de electricidade em Angola, passa agora dos 6,53 kwanzas para 10,89 kwanzas.

O economista Martins Barcelar, citado pela Angop, considerou que o ajustamento de energia vai exigir dos consumidores, sobretudo das famílias, uma maior racionalização, de modo a evitar alterações substanciais nas suas estruturas de custos.

Na sua óptica, o novo tarifário pode sobrecarregar o bolso das famílias, caso não racionalizem o consumo. "Hoje temos a energia eléctrica como um bem de primeira necessidade e nesta altura da economia, o reajuste vai acarretar maior responsabilidade das famílias no consumo": referiu.

O economista entende ser uma medida necessária o ajustamento do tarifário, para fazer face aos custos operacionais das empresas de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica, uma vez que o Governo tem estado a reduzir os subsídios a preço.

A propósito, o bispo católico da província de Cabinda alerta que as novas tarifas de electricidade, vão "inflacionar os preços de vários serviços":

receando uma "revolta social" devido aos "impostos sufocantes".

Segundo Belmiro Tchissengueti, a medida do Governo, "contrasta com a actual redução ou estagnação da qualidade de vida dos cidadãos': porque os cidadãos "vão pagar mais" pela energia que consomem. "De forma que vão ter o combustível a subir, também pelo que se tem ouvido, aliás já sentimos em todos os cantos as exigências, relativamente, aos impostos onde há um crescendo, mas há uma redução ou estagnação na qualidade de vida" disse o prelado.

"Temos de também de ter em conta que, apesar da dificuldade que se vive, fruto da má gestão do erário público, na verdade os pobres são sempre os mais prejudicados, porque subindo a energia vai subir o preço do táxi, das moageiras e vai subir uma série de serviços com bastante descontrolo': alertou.

A equipa de reportagem do Manchete apurou que os consumidores já pagam a factura com redução do tamanho do pão fruto da subida do preço do saco da farinha de trigo, Entretanto, o Ministério das Finanças refere que esta actualização dos tarifários dos serviços de electricidade, que deveria vigorar desde o passado dia 24 de Junho, decorre de uma medida estrutural de gestão macroeconómica, que passa por garantir que os subsídios beneficiem efectivamente os segmentos mais vulneráveis da população, contrariamente ao que vinha sucedendo até agora.

8.7 Aumento de preços de energia eléctrica inquieta consumidores

Novo Jornal

19 De Julho de 2019

Texto: Hortêncio Sebastião

Em Angola a partir da última segunda-feira, 15, entrou em vigor o novo tarifário de electricidade, que deixa insatisfeita larga maioria de consumidores, sobretudo de baixa renda, os quais terão de refazer suas despesas se não quiserem ver-se privados desse bem consumo.

Carlos Rogério é funcionário público e diz que se vê agora confrontado com um novo preçário de energia que perturba os planos que tem nos gastos mensais.

Assumindo-se um cliente de baixa renda, diz que não percebe como o Estado aumenta preços e salários quase ao mesmo tempo.

"Com estes preçários voltámos à estaca zero. O Estado aumentou a nossa renda mensal e agora é o mesmo Estado que nos retira essa renda, de outra maneira", lamentou Rogério. .

Já Sozinando de Almeida, empresário do ramo da panificação, questiona como promover a produção nacional com preços elevados a começar pela electricidade.

"É absurdo entender a subida dos preços da electricidade, que acaba por ser também uma matéria-prima, quando a farinha de trigo que usamos é ainda importada", referiu Sozinando de Almeida.

Este é o cenário constatado pelo NJ junto de alguns balcões da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE) em Luanda, o principal mercado de consumo de energia eléctrica do país.

Entre as categorias que registaram subidas figuram o tarifário doméstico social, que teve um ajuste de 100%, ou seja, de 3 para 6,53 kwanzas o preço do quilowatt/hora; a doméstica monofásica, que passou de 6,53 para 10,89 kwanzas, observando um aumento de 40%; o consumo doméstico trifásico com anterior custo de 70,5 subiu para 14,74 kwanzas, ou seja, um incremento de 40%; já a tarifa industrial teve um aumento na ordem dos 70%, já que transitou de 7,05 para 12,83 kwanzas o quilowatt/hora.

No geral, a subida deste bem de consumo abalara sobremaneira a bolsa dos cidadãos comuns, que, embora tenham tomado conhecimento que a mesma entrasse em vigor a 24 de Junho e apenas implementada a 15 deste mês, não deixa de inquietar os consumidores, porque nem todos passaram a ter uma renda mensal quase duplicada como ocorreu recentemente nos sectores da defesa e segurança pública.

No entanto, as autoridades financeiras do país justificam a subida do preço da electricidade com a necessidade de dotar as empresas do sector energético de mais meios financeiros para acudir à demanda, ao mesmo tempo que visa a retirada dos subsídios atribuídos pelo Estado ao sector da energia, o qual, segundo estimativas, pratica tarifas excessivamente baixas em relação ao rendimento das pessoas e preços.

8.8 A retirada dos subsídios e a crise que se avizinha

Novo Jornal

26 De Julho de 2019

Texto: Sérgio Calundungo

A retirada dos subsídios ao preço da tarifa de electricidade está a ser vista, no seio de muitas famílias angolanas, como uma das muitas medidas que irão provocar um aumento significativo dos custos que os cidadãos terão de enfrentar para aceder a bens e serviços essenciais. Teme-se que tal facto possa criar graves constrangimentos na vida das famílias e no funcionamento de algumas empresas, sobretudo porque grande parte dos cidadãos e dos agentes do sector privado demonstra ter limitadas capacidades para enfrentar tal crise, usando apenas os seus próprios recursos. Uma nota de relevo: sem qualquer apoio do Estado.

A retirada de alguns subsídios a bens e serviços essenciais, sem que as instituições públicas do Estado estejam suficientemente preparadas para ajudar as famílias mais vulneráveis, tem diversas implicações a nível global, tais como: a destruição dos sistemas de sustento destas famílias, o aumento do número de pessoas que passam fome, o surgimento de epidemias diversas, o aumento das taxas de migrações forçadas, etc.

Por outro lado, veremos o agravamento de fenómenos já existentes em consequência do actual momento menos bom da nossa economia, tais como: o abandono de certas actividades económicas dependentes do fornecimento de bens e serviços afectados pelos cortes nos respectivos subsídios; a fragmentação de laços de solidariedade em algumas comunidades e famílias: a desestruturação da sociedade; a alteração das normas éticas e sociais; etc.

Esta situação poderá desencadear, segundo opinião de muito boa gente, uma crise económica, política e social sem precedentes.

Por conseguinte, eu defendo ser importante diferenciar a retirada dos subsídios do aumento injustificável dos preços de todos os produtos, bens e serviços. Sem dúvida que a retirada dos subsídios é um evento que pode actuar como um gatilho para uma inevitável subida dos preços.

Por outro lado, mesmo que o aumento dos preços dos bens e serviços decorra do impacto dessas medidas, as instituições do Estado devem estar preparadas para amenizar o impacto e as suas perniciosas consequências humanas, sociais e económicas.

Temos de estar cientes de que as crises são o resultado da combinação de muitos factores. Por um lado elas dependem, é claro, do tipo, intensidade e duração da crise económica no geral. Mas ainda mais determinante é o nível de vulnerabilidade preexistente a que algumas famílias e comunidades já se encontravam sujeitas antes de as medidas serem tomadas.

De facto, um grupo muito vulnerável de famílias angolanas será seriamente afectado pela subida dos preços, enquanto outro grupo sairá certamente ileso. Desta forma, a retirada dos subsídios raramente se traduz num "desastre" para aquela franja da população que não é muito vulnerável (no caso das famílias de renda alta) ou que recebe algum apoio do Estado como compensação de tal medida.

O problema, a meu ver, reside no facto de existir um número significativo de famílias vulneráveis que serão severamente atingidas por esta medida.

É minha a convicção de que as instituições do Estado não estão preparadas para controlar os especuladores nem muito menos reforçar os poucos recursos materiais, sociais ou psicológicos que estas possuem, a fim de ajudá-las a enfrentar as consequências da retirada dos subsídios.

As subidas especulativas dos preços com bens e serviços não podem ser sempre explicadas como sendo fenómenos essencialmente naturais, eventos excepcionais, inesperados e não relacionados com os processos sociais, tais como as decisões políticas que se tomam ou deixam de se tomar na vida quotidiana.

Essa abordagem natural é tão inadequada como a outra que foca a sua argumentação em explicações centradas unicamente numa suposta má-fé dos agentes comerciais ou na má gestão dos seus próprios recursos por parte das vítimas (gastos supérfluos e consumo excessivo de bens e serviços como os de electricidade), devido à sua ignorância ou comportamento irracional.

8.9 Governo “corrige” valas no Lobito para evitar mais tragédias em época chuvosa

Jornal OPAÍS

26 De Julho de 2019

Texto: Constantino Eduardo

O Executivo está a proceder ao trabalho de desassoreamento das valas de drenagem, que apresentam um cenário descrito como desolador, com resíduos sólidos a impedirem o curso normal das águas. O assoreamento das valas foi apontado como causa das mortes que ocorreram em 2015 e 2019, em consequências das enxurradas derivadas das chuvas que caíram em Benguela.

Face ao cenário, o Governo local tinha priorizado as valas do Bairro da Luz, no município do Lobito, por terem sido aquelas que maior número de mortes causaram.

O vice-governador de Benguela, Leopoldo Muhongo, nas vestes de governador em exercício, reiterou a posição do Governo em desassorear as valas, admitindo a necessidade de se trabalhar na prevenção, tendo em vista o período de chuvas já às portas.

A vala do Coringe, uma das maiores do litoral de Benguela, há muito que carece de uma intervenção devido à quantidade de lixo que recebe, a julgar pela atitude dos moradores de algumas ruas dos bairros Benfica e Kalohombo, que, na falta de contentores, socorrem-se da vala para a deposição do lixo, pondo, por isso, em risco vida de milhares de banhistas na Praia Morena.

"A vala do Coringe é, seguramente, um dos pontos que vamos trabalhar. Vamos trabalhar com a própria Administração nos aspectos de manutenção e garantir que, durante a época, não entrem muitos resíduos no mar, Não apenas esta, mas todas as valas, fundamentalmente nos municípios de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía-Farta", disse.

Leopoldo Muhongo, de quem se diz estar a ser ensaiado para substituir Rui Falcão, refere que, neste momento, as acções estão a ser direccionadas fundamentalmente para a correcção das valas no Bairro da Luz, ao que se seguirá a da Praia Bebé, esta última no município da Catumbela.

"Já fizemos a protecção dos diques do rio Cavaco. Temos certeza de que, provavelmente, a gente chegue para a nova época chuvosa com muito melhor condição de fazer a circulação das águas", sustentou.

Empreitada do género, conforme deu a conhecer, acontece no município da Baía-Farta, onde se procede à manutenção do rio que passa pela vila, chegando a provocar embaraços à centralidade local.

"Exactamente para tornar mais fluida a circulação de água", conclui.

8.10 Seis em cada dez angolanos sem acesso à electricidade

Jornal de Angola

26 De Julho, 2019

Texto: César Esteves

Seis em cada dez angolanos não têm acesso à electricidade, um problema que pode ser resolvido caso se aposte num sistema de energia solar de baixo custo, afirmou ontem, em Luanda, o representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em Angola, Henrik Larsen.

Ao intervir no 4º Fórum sobre Responsabilidade Social e Cidadania, promovido pela empresa TheBridgeGlobal, o funcionário das Nações Unidas ressaltou que o custo de um gerador é mais alto que o da energia solar.

Segundo Henrik Larsen, fora de Luanda, um gerador constitui a única opção de muitas famílias. O responsável destacou o esforço do PNUD destinado a mobilizar o sector privado para investir em energia limpa e garantir o acesso de energia para todos.

Henrik Larsen defende maior envolvimento do sector privado no desenvolvimento de Angola, por entender que esta área tem uma grande oportunidade para fazer a diferença neste processo.

No último ano, o Fórum Económico Mundial e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e outras instituições, estimaram que, para se alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), até 2030, será necessário um investimento total anual de cinco a sete triliões de dólares, incluindo 3.9 triliões por ano, nos países em desenvolvimento.

Embora os 193 países membros das Nações Unidas tenham assumido o compromisso de abraçar o ODS, avançou Henrik Larsen, é evidente que tal valor não pode ser unicamente assumido pelos governos, o que desperta a importância da actuação do sector privado no processo de transição para as economias baseadas nos princípios do desenvolvimento sustentável.

"Desde o ano passado, o PNUD tem lançado um desafio às empresas para um engajamento em negócios que proporcione transformação e impacto na sociedade e nas comunidades", frisou.

Acrescentou que os investimentos das empresas, através do projecto Responsabilidade Social Empresarial, uma iniciativa da The BridgeGlobal, deve ir além da zona de conforto.

O representante do PNUD sublinhou o facto de, actualmente, muitas empresas, a nível global, estarem já a actuar na aplicação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, tornando-se, inclusive, signatárias do Pacto Global.

O secretário de Estado da Cultura, Aguinaldo Cristóvão, que abriu o 4º Fórum de Responsabilidade Social e Cidadania, disse que o Estado tem, no domínio das políticas públicas, muitas responsabilidades e que procura atendê-las todas.

Aguinaldo Cristóvão sublinhou que a solução dos grandes problemas do país passa por um compromisso que deve ser assumido com o sector privado, bem como com o envolvimento dos cidadãos.

Ruth Mixinge, secretária de Estado para a Família e Promoção da Mulher, felicitou a empresa The Bridge Global por ter promovido um encontro no qual se discutiu a responsabilidade social e cidadania no país, tendo acrescentado que as instituições empresariais devem funcionar como uma complementaridade dos desafios do Executivo. Leonor Sá Machado, directora executiva da The Bridge Global, disse haver no país muitas empresas já com a cultura de responsabilidade. "Isso mostra a vontade da classe empresarial e das ONG, chamadas de terceiro sector, em participar no desenvolvimento do país", frisou.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Juízes recorrem à sociedade civil para afastar menores da criminalidade

Jornal O PAÍS

12 De Julho de 2019

Texto: Miguel José

O TPM vai auscultar a sociedade civil e os organismos de justiça, localizados nessa parcela do território nacional, para a recolha de contribuições úteis que indiquem mecanismos de contraposição à onda de crimes de autoria infanto-juvenil, revelou o juiz Félix Alexandre Sebastião nesta Terça-feira. Ao intervir na reunião da Comissão Provincial de Coordenação Judicial (CPCJ) de Malanje, de que é coordenador, declarou que os menores em conflito com a lei necessitam de tratamento e acompanhamento adequados, para evitar que os mesmos corram o risco de integrarem grupos de marginais.

Referiu que o número de casos registados no Tribunal Provincial de Malanje (TPM), durante o período acima referido, envolvendo menores com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos, deve servir de alerta à toda a sociedade, sob pena de incorrerem em crimes de maior dimensão e com impacto social desastroso. Pois, dos 54 crimes de natureza diversa praticados por menores, sendo 44 em prevenção criminal e 10 em liberdade condicional, destacam-se os roubos em residências particulares e na via pública e, também' agressões físicas.

Entretanto, em face da tendência de crescimento de crimes de autoria de menores, o magistrado rogou a necessidade das famílias e os órgãos judiciais intervirem, para, em conjunto, encontrarem soluções.

A CPCJ analisou as acções desenvolvidas durante o II Trimestre deste ano, a situação criminal nessa parcela do território nacional e perspectivou as acções futuras. No entanto, entre vários pontos, salientou os índices elevados de crimes violentos que envolvem menores.

No comunicado produzido, apontou que a incidência de crimes reside na falta de acompanhamento familiar e a condição ' social, como sendo as principais causas para a criminalidade praticada.

Porém, o coordenador CPCJ, Félix Sebastião, anunciou que a província, sem precisar data, ver-se-á reforçada com novos magistrados judiciais, para colmatar a insuficiência de quadros existentes e proporcionar um novo alento no andamento da justiça.

A CPCJ integra magistrados judiciais dos tribunais provincial e militar, oficiais da Procuradoria Geral da República e membros do Ministério do Interior.

9.2 Luta entre grupos rivais termina com um morto

Jornal de Angola

17 De Julho, 2019

Texto: André da Costa

O jovem Hekinemeu Manuel, de 19 anos, perdeu a vida, vítima de agressão física, quando o grupo em que pertencia envolveu-se em rixa com um outro, culminando com o seu desaparecimento físico.

De acordo com a Polícia Nacional, o caso teve lugar na rua do Seminário, no bairro da Madeira, Distrito Urbano da Maianga, província de Luanda. O jovem morreu depois de sofrer golpes na região do tórax, numa altura em que os grupos rivais entraram em rixa.

Fontes da Polícia Nacional lamentam a situação e informam que as brigas entre grupos de marginais em vários bairros de Luanda, com realce para os distritos do Sambizanga, Rangel, Viana e Cazenga, têm preocupado as autoridades. Das ocorrências, a corporação esclarece que, num outro caso, o jovem Osvaldo Mateus, de 22 anos, ficou gravemente ferido e foi socorrido numa unidade sanitária, depois de ter sido atingido com um objecto cortante na região do pescoço, acto supostamente praticado pelo jovem Pedro Mateus.

O desentendimento entre ambos, continuou a fonte, teve lugar junto à Feira das Rolouttes, no bairro Petrangol, Distrito Urbano de Hoji-ya-Henda, município do Cazenga, quando os jovens, por sinal amigos, conviviam de forma amena.

Segundo a corporação, a briga resultou de uma discussão e Pedro Mateus, com os nervos à flor da pele, pegou num objecto cortante e desferiu um golpe, o que provocou ferimento grave ao amigo. O autor do crime já se encontra a contas com a Justiça.

Na Lunda-Norte, no bairro do Tchinguvo, o cidadão Gala Mitondo, 27 anos, perdeu a vida ao ser atingido

com um disparo de caçadeira feito, supostamente, pelo cidadão Jorge Bonifácio.

A Polícia Nacional informa que o caso ocorreu quando o acusado manuseava a referida arma de fogo e, por descuido, disparou contra a vítima, atingindo-a na região do abdómen, provocando a sua morte.

No Lobito, província de Benguela, a cidadã Laurinda Cringuela, 63 anos, morreu quando lhe foi arremessada uma pedra na cabeça, acto praticado supostamente pelo cidadão Januário Chacha. O caso teve lugar no município do Lobito, no bairro Lobito Velho.

9.3 SIC desmantela grupos de marginais

Jornal OPAÍS

26 De Julho de 2019

O Serviço de Investigação Criminal (SIC), em Luanda, desmantelou, parcialmente, esta semana, no âmbito da "Operação Reforço", quatro grupos de marginais que se dedicavam a roubos e furtos de veículos nos municípios de Belas, Viana e Talatona. De acordo com uma nota de imprensa do SIC, citada pela Angop ontem (Quinta-feira), foram detidos seis homens, integrantes de um grupo de oito, denominado "Franks", que se dedicavam ao roubo de viaturas e armas de fogo do tipo Ak-47 pertencentes a agentes de empresas de segurança privada, bem como à compra de pistolas, supostamente a um militar. Os marginais actuavam no distrito do Benfica (Talatona) e confessaram o roubo de oito viaturas, quatro das quais desmontadas e comercializadas em peças a um comprador habitual, de nacionalidade nigeriana.

A nota faz, igualmente, referência à detenção de um homem de 32 anos, integrante de um grupo de cinco, envolvido em roubos de viaturas no bairro Cantintom (Maianga). Segundo o SIC, foi também detido um cidadão de 26 anos que, isoladamente, desde 2016, furtava e roubava viaturas de serviço de táxi personalizado, nos municípios de Belas e do Kilamba Kiaxi.

"Este elemento actuava no Shopping Xiamy, paragem de táxis do 11 de Novembro e Rotunda do Calemba 2", refere a nota.

Durante a "Operação Reforço", ressalta o documento, foi desmantelada uma associação de malfetores, com cinco homens de 18 a 20 anos, que cometiam homicídios com arma branca (faca), para o roubo de telemóveis, no bairro Capalanga, em Viana.

Em posse dos marginais foram encontrados documentos, seis armas de fogo, entre metralhadoras e pistolas, carregadores, munições, sete viaturas, chapas de matrícula, molhos de chaves e vários acessórios de viaturas.

Ainda no âmbito da operação, dois chineses acusados de praticar roubos e furtos em residências de cidadãos da mesma nacionalidade, no município de Talatona, foram detidos há duas semanas.

O documento refere que os acusados furtaram 20 mil dólares norte-americanos, 16 mil euros, três milhões de kwanzas e roupas.

Na altura da detenção, no município de Belas, os suspeitos, com 32 e 33 anos, circulavam com uma viatura de um cidadão chinês furtada em Junho, no condomínio "Jardim de Rosas", em Talatona.

A "Operação Reforço", iniciada este mês em toda a extensão da capital angolana, visa o combate aos crimes violentos e à desordem pública.

9.4 O engajamento das comunidades

Jornal de Angola

31 De Julho de 2019

A criminalidade é daqueles fenómenos sociais que constituem um desafio permanente para os grandes assentamentos populacionais, facto que tende a acentuar-se na razão directa da degradação das condições de habitabilidade. O crescimento da população angolana, a um ritmo duas ou três vezes superior ao da produção da riqueza que o devia acompanhar para minimizar tendências criminais, é uma realidade em todo o país.

E com ela, o nascimento e o crescimento de numerosos bairros de construção desordenada ao redor das principais cidades de Angola, uma realidade que quando associada às más condições de vida potencia o cometimento de crimes. Mas não se trata, à partida, de um desafio insuperável para a sociedade em geral e em particular para os especialistas em Ciências Policiais, em Criminalística e em Segurança Pública. Acreditamos que da parte daqueles últimos há um conhecimento aprofundado dos meandros que envolvem a criminalidade, sobretudo aquela que atenta contra a ordem, segurança e tranquilidade públicas.

A promoção de campanhas de sensibilização junto das famílias, a realização de debates e palestras, entre outras iniciativas, concorrem positivamente para uma

abordagem que leve ao conhecimento do fenómeno social.

Espera-se com todas essas iniciativas, que a população seja devidamente esclarecida relativamente aos procedimentos normais, seguros e necessários a adoptar para lidar com a criminalidade.

A mesa redonda que se realiza hoje, nas instalações da Mediateca do Cazenga, que vai debater o tema "A problemática da criminalidade em Luanda" no quadro do projecto académico "Oficinas do Conhecimento", com especialistas do ramo policial, juristas, sociólogos e moradores, é apenas um passo no sentido das considerações atrás feitas. No quadro da iniciativa de académicos para levar as comunidades a reflectirem e a abordarem assuntos que incidem directamente sobre a vida das famílias, pessoas singulares e instituições, acreditamos que se trata de uma diligência muito importante.

É nestas actividades, em que se tem a oportunidade de ouvir quem vive os problemas, que se pode recolher contribuições relevantes para "atacar" e resolver as situações incómodas por que passam as comunidades.

Um diagnóstico correcto da dimensão e causas da criminalidade, aquela que periga a ordem, a segurança e tranquilidade públicas, só pode ser alcançado com a contribuição dos membros das comunidades, por via de debates, palestras e mesas redondas e a colaboração das entidades.

Esperamos que essas iniciativas sirvam para levar as comunidades a participarem activamente nos processos que incidem na melhoria da vida local, com ênfase para a manutenção da ordem, segurança e tranquilidade e sejam replicadas em várias partes de Angola. É preciso manter as comunidades engajadas para que sejam elas mesmas o ponto de partida e de chegada das iniciativas feitas em seu nome.

É preciso também que as comunidades se sintam sensibilizadas e motivadas a participar em acções que configurem a procura de soluções para os seus problemas. Diz-se que a união faz a força, um provérbio popular que ilustra bem a probabilidade de sucesso quando se une forças e meios de todas as partes em detrimento de iniciativas individuais. Por isso, dizemos que é preciso engajar as comunidades.

10. AMBIENTE

10.1 Moradores queixam-se de poluição provocada pela fábrica Madar

Novo Jornal

19 De Julho de 2019

Texto: Dulcineia Lafua

Os moradores da zona do Capalanga, nas imediações da rua Norberto de Castro, no município de Viana, em Luanda, mostram-se preocupados e temem pela saúde por estarem diariamente expostos a produtos químicos que consideram «nocivos», oriundos da fábrica Basel, representante da linha de detergentes Madar e Ultra, erguida no interior do bairro. populares relatam que os gases químicos expelidos para a atmosfera através das chaminés da fábrica Madar têm causado fortes dores no peito, tosses e irritações na garganta. Facto sentido pela equipa de reportagem do Novo Jornal, que esta semana se deslocou até à zona.

Moradores contaram ainda que as reclamações não vêm de hoje, e por isso sentem-se ignorados por "pessoas de direito".

"Já fizemos várias denúncias mas não fomos tidos nem achados. Estamos cansados. Não é correcto erguerem uma fábrica de produtos de limpeza numa zona habitada, isso é um atentado à saúde pública. As pessoas de direito sabem desta realidade mas não fazem nada. Acho que nos querem ver mortos", disse Julieta André moradora da zona há mais de 20 anos.

A cidadã, que se encontrava junto do seu estabelecimento comercial, agastada com a situação, disse que alguns moradores já tentaram apresentar uma reclamação à fábrica, que produz lixívia, detergente em pó e louça, para falarem sobre as consequências com a saúde, mas não tiveram êxitos.

"Esse cheiro faz-nos muito mal. A fábrica foi construída em 2010, imagina há quanto tempo nós inalamos esses produtos!", exclamou.

«No tempo chuvoso as ruas ficam cheias de espumas»

De acordo com os moradores do bairro Capalanga, a situação piora sobretudo na época chuvosa. As

chuvas que caem se transformam em espumas devido aos poluentes que vem da fábrica, os quais se propagam pelo ar.

Outro morador, que se identificou apenas por José, mecânico de profissão, disse que na época chuvosa as ruas ficam escorregadias e, para piorar, "a empresa não tem locais fixos para escoar as águas da chuva. Eles fazem alguns buracos nas paredes e toda a água corre pelo bairro", pormenorizou.

Por seu turno, Dinete Ernesto, que vendia fardos (roupa usada) junto à fábrica, juntando-se à conversa, fez saber que

"hoje se acostumaram a viver com o cheiro forte dos produtos da Madar e Ultra e, quando saem para outros municípios, as pessoas já não sentem o aroma do perfume, mas sim o cheiro de detergente".

A jovem Dinete vê com bastante preocupação a situação em que vivem e teme que no futuro venham a desenvolver doenças cancerígenas.

"Quase sempre acordamos com o nariz a arder e dores na garganta, porque o ar que inalamos não é puro e isso pode trazer consequências no futuro que pode afectar todos os residentes de Viana. Nada contra a fábrica, mas pensamos que deveria ser construída numa zona industrial", observou.

O NJ tentou contacto com responsáveis da fábrica, mas sem sucesso. Entretanto, é um assunto que este semanário se propõe a continuar a abordar nos próximos dias. Não é o primeiro caso do género. No passado mês de Maio, vários populares da província de Benguela realizaram vários protestos com o lema Não à Desgraça na Graça, contra a construção de uma fábrica de adubos e fertilizantes numa área residencial com mais de sessenta mil moradores no bairro da Graça, nas imediações da Universidade Jean Piaget.

Inicialmente o espaço tinha sido desenhado para um supermercado. E para o espanto dos moradores, meses depois, a infra-estrutura deu lugar a uma fábrica de produção de adubos e fertilizantes.

O governo de Benguela, numa nota de imprensa garantia que a entidade proprietária da unidade fabril "foi desobediente ao mudar a finalidade da obra" e decretou a suspensão da sua actividade.

10.2 Seca leva ao consumo de raízes impróprias

Jornal de Angola

13 De Julho, 2019

Texto: Estanislau Costa

Um número considerável de famílias da localidade de Batabata, município da Humpata, 22 quilómetros da cidade do Lubango, está a consumir raízes impróprias para aliviar a fome que assola aquela região, em consequência da seca na região sul.

O soba da localidade, Orlando Kavi, disse à imprensa que as raízes da planta silvestre mutunda, podem criar graves consequências à saúde, principalmente quando consumida várias vezes. “Os populares subtraem as raízes do subsolo, após a lavagem, pisam e depois expõem ao sol até secar totalmente. Já seco, o produto é pisado até transformar-se em pó, que serve para fazer papas ou kissangua”, contou, para acrescentar: “Este produto apenas engana o estômago, não mata a fome”.

Já o soba grande, Alberto Tchoyo, explicou que na localidade da Batabata, quando a estiagem é prolongada, como a do corrente ano, inviabiliza a actividade agro-pecuária, como nos dias correntes, que se verifica uma penúria alimentar acentuada. “Pedimos às autoridades competentes e pessoas de vontade para apoiarem às famílias destas localidades, cujas crianças, devido a crises, também percorrem longas distâncias em busca de água”, apelou.

A administradora municipal da Humpata, Rita Soma, confirmou que a situação é preocupante na localidade em referência, pelo que espera que as entidades de direito criem condições para inverter o quadro. “A situação agravou-se ao ponto das famílias estarem já a consumir raízes. Devo ressaltar que a Comissão Provincial de Apoio às Vítimas da Seca entregou alguns produtos mas estes bens não chegam para cobrir as necessidades da demanda nas localidades afectadas”.

Rita Soma disse que estão a ser adquiridos cereais e alimentos diversos para acudir o sofrimento dos populares, não só da Batabata e Tchitende, mas também de outras povoações do município.

10.3 Milhares de pessoas estão a passar fome

Jornal de Angola

16 De Julho, 2019

Texto: Arão Martins

Pelo menos 20 mil pessoas afectadas pela seca na comuna de Caïnda, município do Quipungo, na província da Huíla, estão a passar fome, segundo o administrador comunal, Manuel Tchipiaka.

Manuel Tchipiaka, que prestou a informação à margem da cerimónia de entrega de bens alimentares e utensílios diversos, feita pelo secretariado executivo nacional da OMA, disse que a comuna é considerada celeiro do município, mas, por causa da seca, a produção de milho, massango e massambala ficou prejudicada.

“Aproximadamente 20 mil pessoas, dos 42.986 habitantes da comuna de Caïnda, estão directamente afectadas pela seca”, referiu, acrescentando que a fome está a afectar maioritariamente a população que vive na Viteta da Handa, Cavimue, Vivai, Kassemá, Embala da Handa, Tchimuholo, Condo Calola, Emandi.

Acrescentou que nos últimos três anos chove de forma irregular, o que está a retirar Caïnda do estatuto de celeiro da região norte e leste da província da Huíla. Por falta de água, lamentou, o surto de sarna está a afectar a população de forma preocupante. O administrador comunal de Caïnda informou ainda que por causa da seca, parte da população está a alimentar-se de raízes. “Os tubérculos que a população está a consumir podem ser prejudiciais, porque o organismo fica como se estivesse anestesiado”. Aquele responsável comunal disse ainda que, por causa da seca, mais de 35 cabeças de gado bovino morreram nos últimos dias.

10.4 ONU disponibiliza acima de seis milhões para a seca

Jornal de Angola

20 De Julho, 2019

Texto: Domingos Mucuta

O oficial de Programas e Questões Humanitárias do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Luís Samacumbi, revelou, ontem, na cidade do Lubango, que a instituição que representa disponibilizou seis milhões e 400 mil dólares para beneficiar mais de 500 mil pessoas vítimas da seca na Região Sul do país.

Luís Samacumbi, que falava no final da formação de 27 coordenadores e parceiros das províncias da Huíla, Namibe, Cunene e Bié, regiões para as quais vai ser canalizada a aludida ajuda humanitária, disse que o valor foi dividido para quatro agências da ONU em Angola, concretamente a Organização Mundial da Saúde (OMS), os fundos para a Infância (UNICEF) e para a População (FNUAP) e para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Por seu lado, o representante do Unicef na Região Sul, Paulo Mendes, garantiu que as agências das Nações Unidas em Angola têm todos os mecanismos de intervenção afinados para dar resposta humanitária às vítimas da seca no Sul do país.

Paulo Mendes disse que a aludida formação, promovida pelo FNUAP, está inserida no programa de emergência de apoio às famílias afectadas pela seca nas quatro províncias referidas, acrescentando que as Nações Unidas lançaram um apelo para a captação de recursos para colmatar os efeitos da estiagem.

Recomendações

A aludida formação habilitou os participantes com ferramentas para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, particularmente VIH/Sida, noções sobre saúde sexual reprodutiva e fórmulas para evitar a violência doméstica.

Os recém-formados defenderam, num comunicado, apresentado pelo presidente dos comunicólogos de Angola, o jornalista André Sibi, uma coordenação multisectorial que visa dar resposta às questões humanitárias. “Equipas provinciais que forem criadas devem garantir o cumprimento dos planos que visam combater a intolerância, abuso sexual, fraude e a corrupção no processo de ajuda humanitária”, diz a nota. O assessor do vice-governador da Huíla para o Sector Político, Social e Económico, Otto Adriano, assegurou que o Governo Provincial está disponível

para apoiar a equipa de coordenação que vai intensificar o apoio às vítimas da seca.

10.5 Angola enfrenta efeitos das alterações climáticas

24 De Julho, 2019

Texto: Manuela Gomes

Angola já vive um pouco as consequências das alterações climáticas, alertou ontem, em Luanda, o director do Gabinete de Alterações Climáticas do Ministério do Ambiente.

Giza Martins apontou o fenómeno registado no sul do país, nomeadamente o encurtar dos ciclos de secas e as fortes inundações que têm influenciado negativamente o modo de vida das populações daquela zona, nos últimos anos.

O impacto das alterações climáticas e seus efeitos nefastos, disse, fazem-se sentir também noutros sectores que necessitam de investigação para que, no âmbito da planificação do desenvolvimento e das estruturas, tenham em conta o factor clima.

Giza Martins, que falava na reunião da Comissão Nacional de Alterações Climáticas, apresentou também o relatório global sobre o assunto, publicado em 2018.

Os países devem adoptar modelos de desenvolvimento de baixo carbono, pois a concentração de gases com efeito estufa na atmosfera é a causadora das alterações climáticas, disse o responsável citando o relatório.

O documento recomenda também o uso de novas tecnologias, no sector da Energia, particularmente em África, para que os países não sejam contribuintes da emissão de gases de efeito estufa.

O relatório identificou, igualmente, tendências relativamente aos efeitos esperados das alterações climáticas no continente africano, como o stress em recursos hídricos, o comportamento das quedas pluviométricas, que podem originar o aumento do nível do mar.

“As alterações climáticas têm o potencial de afectar significativamente os sectores da saúde pública, segurança alimentar, segurança energética, a viabilidade ao longo da orla costeira, cujo efeito é o aumento do nível do mar, com consequências na vida das comunidades pesqueiras e no acesso à biomassa marítima”.

O director do Gabinete de Alterações Climáticas sublinhou que o aumento da temperatura média à face da terra também se traduz no aumento da temperatura média nos oceanos. “Há um fenómeno que está a acontecer nos últimos anos, que tem a ver com a acidificação dos oceanos”, referiu.

Giza Martins defendeu a necessidade de realização de um estudo da biomassa em Angola, para saber se a mesma está ou não afectada e o seu nível. O papel do Ministério do Ambiente, particularmente do Gabinete de Alterações Climáticas, é o de velar para que o factor clima seja salvaguardado e, dentre outras acções, têm sido elaborados relatórios que contribuem para a difusão de informação científica sobre os parâmetros climáticos a nível global.

O encontro sobre as alterações climáticas reuniu os autores locais para interagir sobre as conclusões científicas, relativamente às causas das alterações climáticas e as suas potenciais consequências.

O representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Henrik Fredborg Larsen, presente no encontro, reconheceu os esforços do Governo angolano para aumentar a consciência e as discussões sobre as alterações climáticas a nível nacional, regional e internacional, tendo apontado como exemplo a criação da Comissão Nacional para as Alterações Climáticas.

10.6 Cunene precisa de 30 mil toneladas de alimentos/mês

Jornal de Angola
25 De Julho, 2019
Texto: João Dias

O Cunene precisa de 30 mil toneladas mensais de alimentos para atender entre 500 a 700 mil pessoas afectadas pela seca e assim mitigar as carências nutricionais que fustigam populações de 20 comunas dos seis municípios, revelou ontem, em Luanda, o governador da província, Vigílio Tyova.

À saída da primeira reunião da Comissão de Acompanhamento da Situação de Emergência resultante da seca e de carências alimentares da população do Sul do país, o governante disse, à imprensa, que até agora, num esforço conjunto entre o Executivo, a sociedade civil e entidades privadas, foi possível angariar 997 toneladas de alimentos diversos, quando o mínimo necessário são 30 mil toneladas mensais de alimentos.

“Isto é manifestamente insuficiente, se considerarmos que o Cunene tem cerca de 800 mil

pessoas afectadas. Se dividirmos estas toneladas pelos cinco meses, dá 22 toneladas por mês. Estas, distribuídas pelas 20 comunas, resultam em cerca de duas toneladas por comuna”, esclareceu Vigílio Tyova, para quem é fundamental continuar-se a juntar sinergias para acudir a situação calamitosa das populações.

“Do que recebemos até agora, ainda nem sequer atingimos as mil toneladas, Isto incluindo o esforço do Estado e de entidades privadas. Estamos muito longe das necessidades que a província precisa”, sublinhou. Sobre a problemática da água, disse, os meios também continuam insuficientes para acudir a população, apesar de existirem 20 mil camiões cisternas e 400 reservatórios espalhados pelo território.

“Ainda assim, estas unidades não são suficientes”, afirmou Vigílio Tyova, acrescentando que, à insuficiência, junta-se o problema dos acessos. “Os camiões chegam apenas até onde é possível. Antes do programa, a província contava apenas com dois camiões”, disse.

Para minimizar o problema da água no Cunene, o governador lembrou que já foram realizados e cumpridos os procedimentos de concurso e depois de o Ministério das Finanças ter efectuado o pagamento total às empresas. Mas, Vigílio Tyova esclareceu que “uma coisa é a reabilitação de 171 furos, que já existem, embora com uma ou outra avaria, e outra, é a abertura de novos. Os 171 furos representam uma média de 28 por cada um dos seis municípios que compõem a província.

O governador do Cunene informou que, a par da reabilitação, está em curso um programa de abertura de 180 novos furos, numa altura em que decorrem os procedimentos para apurar as empresas para o concurso. “O que está em curso é a reabilitação dos furos e não abertura. Se no fim deste processo tivermos 150 furos dentro de 15 dias ou um mês, vai se aumentar a capacidade de fornecimento de água, que ao se juntarem às cisternas, vai permitir que os reservatórios móveis sejam recolocados em zonas mais afastadas”, explicou.

Agradecimento pela solidariedade

Por enquanto, o abandono escolar, desnutrição e morte de animais nas comunas da Huíla, Namibe, Cuando Cubango e Cunene é um cenário que prevalece e sem fim à vista. Enquanto são tecidas medidas de fundo e estruturantes, as de índole emergencial estão a ser tomadas para acudir carências alimentares e de saúde naquelas quatro províncias.

A Comissão de Acompanhamento da Situação de Emergência resultante da seca e de carências alimentares da população do Sul do país esteve ontem reunida, em Luanda, pela primeira vez, para proceder a um balanço da situação e tomar algumas medidas para o futuro. A ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira, orientou a reunião inaugural.

A reunião visa afinar os mecanismos e aumentar a capacidade de apoio alimentar às populações, enquanto os outros programas como a reabilitação de furos e a distribuição de água estão em execução.

O ministro da Comunicação Social e porta-voz da comissão explicou, no termo do encontro, que entre os objectivos da reunião está a necessidade de fazer um ponto de situação sobre a seca e ajuda de emergência nas quatro províncias, bem como tomar medidas para continuar a resolvê-los.

João Melo lembrou que o segundo objectivo foi discutir e definir um novo paradigma de coordenação e operacionalização do processo de distribuição de bens às famílias afectadas, imprimir maior celeridade na distribuição de bens às famílias afectadas e reforçar as medidas de gestão, rigor e de transparência.

Segundo o ministro, a comissão pretende uniformizar os processos, sem esquecer as particularidades de cada região e adoptar um novo paradigma de coordenação e operacionalização do processo de bens com o envolvimento dos serviços de protecção civil.

A comissão, que deve voltar a reunir no próximo mês, no Namibe, decidiu tomar medidas para enfrentar os problemas decorrentes da seca nos domínios da saúde, educação, nutrição e dieta alimentar, bem como realizar um programa de educação para fazer face à subnutrição, sobretudo entre as crianças.

João Melo defendeu a melhoria da coordenação e participação institucional das diferentes entidades envolvidas no acompanhamento dessa situação, por entender que “este é um problema que não se resolve apenas com a intervenção de um ou outro organismo, mas de múltiplos”. “A participação, a partir de agora, do Serviço de Protecção Civil é já um sinal nesse sentido”, concluiu.

10.7 Agricultura vai reflorestar 200 mil hectares com eucaliptos e pinho

Jornal de Economia e Finanças

26 De Julho de 2019

Texto: Adérito Veloso

Cerca de 200 mil hectares de terra vão ser plantados, ainda este ano, com eucaliptos e pinho, para exploração de madeira e produção de matéria-prima para a futura fábrica de celulose do Alto Catumbela em Benguela, pelo Ministério da Agricultura e Florestas.

Segundo a Angop, a informação foi avançada, na passada terça-feira, em Luanda, pelo secretário de Estado para as Florestas, André Moda, no acto de entrega formal dos perímetros florestais públicos de Benguela, Huambo e da Huíla, pelo Ministério da Indústria ao da Agricultura e Florestas.

Sem avançar a quantidade de metros cúbicos de madeira a serem explorados, nem de celulose por produzir, o secretário de Estado disse que desta superfície, 120 mil hectares serão para a exploração e 80 mil servirão para a expansão do património florestal público existente.

Para ele, a referida transferência de tutela, que vai ainda ser levada à consideração do Presidente da República, num prazo não superior a 30 dias, prevê ainda repovoar uma área original de 148 mil hectares, povoar uma área de expansão de 52 mil e celebrar contratos de concessão com até 20 empresas.

Aposta forte

André de Jesus Moda disse que vão formar nestas regiões 1.050 apicultores tradicionais, instalar 3^o.5^o colmeias melhoradas e a produção de 630 mil litros de mel por ano.

Serão igualmente formados 150 fiscais e instalar 25 postos fixos e seus respectivos equipamentos.

A referida transferência enquadra-se no âmbito da implementação do Despacho Presidencial n^o 42119, de 26 de Março, que revogou o Despacho Presidencial n^o 79115, de 28 de Setembro e anulou o Acordo de Parceria celebrado entre o Ministério da Indústria e a empresa Estrela da Floresta (empresa detida até então pelo Fundo Soberano de Angola)

que visava a concessão, gestão e exploração dos perímetros florestais de eucalipto localizados nas províncias de Benguela, Huambo e Huíla.

Os referidos perímetros florestais incluem as áreas anteriormente adstritas à ex-Companhia de Celulose e Papel de Angola, aos Caminhos de Ferro de Benguela e ao Instituto de Desenvolvimento Florestal.

Processo de reflorestação

Em 2017, mais de 230 mil mudas de distintas espécies de eucaliptos estavam disponíveis para repovoação de 194 hectares devastadas nos polígonos florestais de Sanguengue, no Cachiungo e Cuima, município da Caála, na província do Huambo.

A actividade iniciou com a preparação de terras, seguida da repovoação de distintas espécies de eucaliptos em todos os espaços devastados mediante cortes indiscriminados por pessoas singulares e determinadas empresas, muitas das quais de origem duvidosa.

O projecto que tinha como responsável o Ministério da Indústria, Agricultura e Florestas e dos Transportes estava a cargo da empresa angolana "Estrela da Floresta S.A", com sede na cidade do Huambo, a quem, na altura lhe havia sido atribuída a gestão e a exploração de todas as áreas florestais das províncias do Huambo, Benguela e Huíla.

Estas três províncias têm urna reserva de aproximadamente 80 mil hectares de terras com plantio de eucaliptos, incluindo as áreas não plantadas, com área adicional reservada para o desenvolvimento de novas plantações.

O projecto de reflorestação é de longo prazo e foi estabelecido com o objectivo de desenvolver novas plantações florestais e reabilitar as antigas indústrias de madeira e de celulose da região Centro e Sul do país,

Numa primeira fase, foi montado um viveiro com capacidade' de produção para 500 mil mudas, suficiente para plantar anualmente cerca de 300 hectares, mas o propósito é que até 2020 venha a produzir mais de 10 milhões de mudas por ano na sua plena capacidade.

10.8 Estado perde quase metade dos perímetros florestais

Jornal de Angola

26 De Julho, 2019

Texto: Ana Paulo

O Estado perdeu uma área de 48 mil hectares de florestas plantadas, ficando com apenas 54 337 mil hectares de eucalipto e pinho, declarou o secretário de Estado para as Florestas, André de Jesus Moda.

Falando à imprensa na apresentação do Plano Estratégico de Intervenção nos Perímetros Florestas Públicos, André Moda indicou que ocorre uma devastação protagonizada, principalmente, por exploradores ilegais conhecidos por "garimpeiros", embora também ocorra pela ocupação de espaços consagrados à florestação. "Trabalhámos um período de sete anos para a recuperação dos espaços, mas nem com isso foi possível parar as invasões", lamentou o secretário de Estado, anunciando que, para proteger esse bem público, o Governo decidiu transferir a tutela dos Perímetros Florestais Públicos para o Ministério da Agricultura e Florestas.

A gestão e exploração dos perímetros florestais esteve regida, desde Novembro de 2015, por um acordo celebrado entre o Ministério da Indústria e o Fundo Soberano de Angola, envolvendo a empresa contratada deste último organismo Estrela da Floresta. A assinatura do termo de transferência da tutela dos Perímetros Florestais Públicos, segundo André Moda, está prevista para o dia 29 do corrente mês de Julho, com o Ministério da Indústria a passar a gestão para o da Agricultura e Florestas.

A nova estratégia de intervenção nos perímetros florestais é cedida a empresas privadas para a implementação de projectos de investimento, num programa que é executado ao longo de dez anos e, consoante os resultados, pode ser estendido para 25.

Nesse domínio, o secretário de Estado considera ser necessário contornar o estado de degradação das plantações florestais públicas, renovar e expandir as actuais áreas para melhor aproveitamento de ponto de vista social, económico e florestal. Na nova gestão, o Fundo Soberano de Angola terá o papel de

investidor, por ser uma instituição capaz de atrair investimentos externos para o sector, com destaque para os capitais privados, afirmou.

O Fundo Soberano já investiu cerca de 32 milhões de dólares nos perímetros florestais, dispondo de mais de 400 hectares já plantados com eucaliptos e pinho, em plantações destinadas à fábrica de papel a ser construída no Alto Catumbela, em Benguela.

10.9 Moradores do bairro São Paulo agastados com o estado das vias

Novo Jornal

26 De Julho de 2019

Texto: Ernesto Gouveia

O trânsito, no sentido para quem se sai da avenida Cónego Manuel das Neves à rua Ndunduma com um automóvel, não é confortável.

Quem se aproxima dos entroncamentos que ligam a rua Comandante Bula à rua do Cunha, rua do Lobito e rua de Benguela [zonas bastante conhecidas no bairro] é obrigado a reduzir a velocidade consideravelmente, sob o risco de danificar o seu veículo.

Além do cenário caracterizado por buracos, as águas paradas e o amontoado de lixo têm como resultado cheiro nauseabundo e provocam muitas doenças.

Toda a cautela na condução é necessária, com poucas hipóteses para quem conduz um carro que não seja um jipe, tendo em conta a profundidade dos buracos que já foram intervencionados paliativamente com a colocação de pedras que, algum tempo depois, só ajudaram a tornar a situação ainda mais insustentável.

Já as águas paradas, segundo um funcionário da operadora Queiroz Galvão, são depositadas pelas pessoas que ocupam o que sobrou da antiga estrutura do restaurante Magestic.

"Estes moradores vêm fazer depósito das águas no período nocturno e desobedecem às orientações dadas pelos administradores que já visitaram esta via". A cor da água, que já assume um tom verde, denuncia o tempo que os charcos ali formados teimam em não secar", revelou.

Do lado oposto está a estrada paralela, no sentido de quem sai do Miramar em direcção à avenida Cónego Manuel das Neves. Trata-se da rua Garcia Neto, que dá para a parte frontal da antiga catedral da Paróquia de São Paulo.

O estado da via também inspira cuidados e já vem clamando por socorro ainda no tempo em que José Tavares era o administrador do município do Sambizanga. A situação arrastou-se até aos dias de hoje e o cenário só se mostra cada vez mais caótico e aterrorizante para os automobilistas.

Kembo Dionísio, morador do Ngola Kiluange, explica que faz recurso daquela via muitas vezes, em direcção a casa. Para este morador, "deve existir bom senso da governação para que vias importantes como esta nos possam proporcionar conforto durante a mobilidade".

Agostinho Ricardo, morador da rua do Lobito, explica que é uma situação antiga, à qual não se consegue adaptar. O antigo morador daquela conhecida rua do São Paulo diz que o posicionamento dos vizinhos é de total impotência, por não terem meios que permitam reunir a comunidade para minimizar o problema.

A falta de iluminação é outro dos problemas apontados em algumas dessas vias, colocando em perigo a vida de quem circula, a pé, pela zona.

"A marcha lenta dos condutores, por causa das condições da via, facilita a vida aos 'amigos do alheio', que vêem nisso uma oportunidade para praticar assaltos. Muitos de nós temos sorte por algumas vias serem bastante movimentadas até altas horas da noite", explica Helder Lopes, morador da rua Comandante Bula.

Situação que também se mostra preocupante é a rua Cristiano dos Santos, paralela à rua do Kicombo. Um pequeno troço naquela via, nos arredores do Cine São Paulo, está completamente esburacado.

Curiosamente, alguns metros depois, um tapete asfáltico completamente renovado desfila em direcção a cónego Manuel das Neves, na zona que é vulgarmente conhecida como "Arreiou", enquanto a rua Senado da Câmara espera pelo mesmo «milagre» para se «resgatar» daquele estado intransitável da via, pois há muito que a resolução dessa estrada, que vai até à Cidadela, passando pelos «prédios sujos» do Marçal, parece estar «numa fila longa de espera».

O retrato de grande parte das ruas daqueles bairros do São Paulo não é dos melhores em termos de tráfego rodoviário.

Saliente-se que gestão das infra-estruturas e requalificação daquela zona cabia ao então município do Sambizanga. Entretanto, com a nova divisão administrativa em Luanda a responsabilidade da reparação daquelas vias passou para a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda.

10.10 GPL é contra o abate de árvores na cidade

Jornal de Angola
28 De Julho, 2019

Os esforços tendentes à melhoria da cidade de Luanda, com as campanhas de limpeza e de arborização, que tem sido realizadas pelo Governo Provincial, administrações municipais, distritais e com apoio da sociedade civil, têm sido ignorados por empresas e pessoas singulares em defesa das suas actividades comerciais e por actos de vandalismo.

Num documento a que o Jornal de Angola teve acesso, o Governo da Província de Luanda condena tal comportamento que considera um acto, a todos os níveis reprovável, uma vez que pretende dar uma outra imagem à cidade capital.

Para combater este mal, refere o comunicado, o GPL apela à sociedade para denunciar todo e qualquer acto que coloque em risco os esforços que têm sido feitos para melhorar a imagem da cidade de Luanda, que, quinzenalmente, tem beneficiado de campanhas de limpeza e de arborização.

O Governo da província de Luanda esclarece que a vandalização tem ocorrido à luz do dia e de noite, destruindo as árvores, jardins e outros equipamentos urbanos. O caso mais recente foi registado na quinta-feira, dia 24, na Avenida 21 de Janeiro, pelas 21h00.

Neste local, esclarece o documento, três cidadãos estacionaram uma viatura de marca Toyota Hilux, sem identificar o logótipo da empresa, e derrubaram mais de 30 árvores plantadas recentemente e as restantes foram colocadas na viatura.

Os infractores, abordados pelos agentes da Polícia Nacional, alegavam que as árvores impediam a visibilidade de uma placa publicitária pertencente a uma empresa que os terá contratado para o efeito.

O comunicado sublinha que algumas empresas gestoras de publicidade são reincidentes nesta prática que atenta contra os valores ambientais. Nesta conformidade, o GPL accionou os mecanismos que visam responsabilizar os infractores.

10.11 País prepara repovoação dos polígonos florestais

Jornal de Angola
29 De Julho de 2019

O Ministério da Agricultura concebeu, para os próximos 10 anos, um Plano Estratégico de Intervenção nos Perímetros Florestais Públicos, que deve culminar com o repovoamento dos principais polígonos florestais do país, que totalizam uma área de 148.000 hectares, apurou o Jornal de Angola.

O documento reitor, que a qualquer altura deve ser submetido à aprovação do Conselho de Ministros, prevê ainda a criação de uma área adicional de 52.000 hectares de floresta e a celebração de contratos de concessão florestal com 20 empresas; para aproveitar economicamente a madeira remanescente nos diversos polígonos devastados nas últimas décadas, numa área global de 54.366 hectares.

As primeiras plantações florestais em Angola foram estabelecidas, até 1974, nas províncias do Huambo, Bié, Benguela, Huíla e Malanje, com objectivo de fornecer matéria - prima para a indústria de celulose, papel e combustível para as locomotivas do Caminho-de-Ferro de Benguela.

Durante a guerra civil que se seguiu à Independência Nacional, os polígonos florestais foram votados ao abandono, o que propiciou uma exploração desregrada, que reduziu a área plantada de 148.000 para cerca de 60.000 hectares.

Gestão das florestas

Com o alcance da paz, em 2002, o país ensaiou algumas modalidades de gestão dos activos florestais remanescentes, sem contudo lograr os resultados esperados. A concessão de direitos de exploração, através de licenças e contratos a favor de particulares, cedo se revelou improficiente, sem grandes resultados, financeiros para o Estado.

De 2017 a Março do ano em curso, a gestão dos polígonos florestais públicos, estava sob responsabilidade do Fundo Soberano que, ao abrigo de um contrato de exploração celebrado com o Ministério, da Indústria, subcontratou 18 empresas

que procediam ao corte e comercialização de madeira. Do negócio, não se conhecem grandes resultados.

O estado de conservação dos polígonos florestais, maioritariamente povoados por eucaliptos e pinus, de acordo com o Ministério da Agricultura, é caracterizado por plantações envelhecidas, degradadas e desajustadas dos objectivos para os quais foram criados.

Para alterar o quadro, o Presidente da República exarou um despacho a 26 de Março do ano em curso, que determina a reintegração dos polígonos florestais públicos existentes nas províncias do Huambo, Bié, Benguela e Huíla à tutela do Ministério da Agricultura.

O Plano Estratégico de Intervenção nos Perímetros Florestais Públicos nasce por força do Despacho Presidencial nº 42/19 de 26 de Março. Além do repovoamento e a exploração regrada dos polígonos florestais, o instrumento reitor prevê, ainda, o fomento da actividade apícola, com a formação de 1.050 apicultores, a instalação de 30.500 colmeias, com vista a produzir 630.000 quilos de mel por ano.

Até 1975, Angola estava entre os três maiores detentores de plantações florestais no mundo. Ao saque dos polígonos juntou-se a exploração desregulada das florestas naturais. As denúncias sobre o abate indiscriminado de árvores no país, envolvendo estrangeiros, aumentaram substancialmente entre 2017 e 2018, sobretudo nas redes sociais, onde são postados frequentemente vídeos e fotografias de autênticos comboios rodoviários carregados de madeira, geralmente em toros.

Em Janeiro do ano passado, o Ministério da Agricultura viu - se obrigado a mandar suspender todas as actividades relacionadas à exploração de recursos florestais no país, para repor ordem no negócio, adequando-o à nova lei florestal, aprovada em 2017.

Uma das inovações da nova lei está no condicionamento da saída da madeira para o estrangeiro à apresentação prévia de um comprovativo de depósito, num dos bancos do país, ou uma carta de crédito das divisas correspondentes à remessa dos metros cúbicos a explorar em determinada área.

Desde então, a madeira só sai do país mediante apresentação prévia do comprovativo de depósito do valor correspondente num dos bancos do país ou uma carta de crédito.

10.12 Seca causa uma morte e deixa milhares na penúria

Jornal de Angola

30 De Julho, 2019

Texto: Lourenço Bule

A seca severa que assola a província do Cuando Cubango causou a morte de uma criança de três anos, na comuna do Licua, município de Mavinga, e milhares de pessoas correm o risco de perder a vida, devido à penúria alimentar, informou ontem à imprensa a administradora comunal local, Cristina Kapapu.

A responsável disse que a criança morreu este mês no bairro Samayovo, situado a mais de 100 quilómetros da sede comunal do Licua, quando na companhia dos pais procurava alimentos na mata. Segundo relatos dos familiares, a vítima e os pais, na caminhada que fizeram pela mata, do Licua ao bairro Samayovo, durante duas semanas, alimentaram-se de frutos silvestres, e a petiz ficou debilitada devido à fome, e acabou por falecer.

Por falta de alimentos, segundo Cristina Kapapu, mais de 20 pessoas contraíram anemia grave no bairro Samayovo, “e se não receberem assistência médica urgente podem morrer”. Samayovo tem 2.686 habitantes, dos quais 80 por cento estão afectados pela penúria alimentar, que está a atingir contornos alarmantes. “A par da fome, os populares debatem-se ainda com a falta de vestuário, calçado, água potável, escolas, instrumentos de trabalho e inputs agrícolas. Não conseguem desenvolver a agricultura de subsistência nas margens dos rios por falta de materiais de trabalho. Portanto, se não houver intervenção das autoridades competentes teremos vários casos de mortes”, advertiu a administradora.

Quantidades necessárias

A vice-governadora do Cuando Cubango para o Sector Político, Económico e Social, Sara Mateus, disse que a província necessita com urgência de cerca de um milhão de toneladas de bens alimentares, para mitigar a fome a mais de 350 mil pessoas assoladas pela estiagem severa.

Sara Mateus, que falava no final da visita de sete dias, que efectuou aos municípios do Cuangar, Calai,

Dirico e Mavinga, onde avaliou o impacto da seca, e verificou os métodos de distribuição de alimentos às famílias afectadas, disse que a província recebeu mais de 200 toneladas de produtos diversos que serviram apenas para apoiar pouco menos de 40 por cento de pessoas afectadas por esta calamidade.

A governante informou que menos de 40 por cento, das 350 mil pessoas afectadas nos nove municípios da província, beneficiaram de ajuda alimentar. Por este facto, estamos a pedir o apoio urgente do Executivo, empresários, organizações não-governamentais e pessoas singulares, para que possam ajudar com mantimentos os assoladas pela estiagem”, disse, acrescentado que “os armazéns do Gabinete Provincial da Acção Social, Família e Igualdade de Género estão sem alimentos” para suprir a penúria alimentar.

“As quantidades de alimentos que o Cuando Cubango recebeu foram bastante exíguas para atender às pessoas afectadas, pelo que temos de envidar mais esforços para angariarmos mais apoios”, disse Sara Mateus.

Segundo a vice-governadora, a província “necessita com urgência” de cerca de um milhão de toneladas de alimentos, para acudir às populações afectadas em todos os municípios, onde muita gente está a abandonar as zonas de residências devido à penúria alimentar.

“Visitamos os quatro municípios fronteiriços da província, os mais afectados pela estiagem, e constatamos que as administrações municipais locais fizeram chegar as ajudas às populações afectadas, mas as quantidades foram muito reduzidas”, disse. A governante assegurou que as populações afectadas vão receber ainda materiais e sementes para desenvolverem a agricultura no âmbito da Campanha Agrícola 2019/2020.

“A solução para mitigar a fome no Cuando Cubango não passa somente pela distribuição de alimentos, mas também por ajudar as populações com instrumentos de trabalho e sementes para desenvolverem a agricultura de subsistência”, disse. Sara Mateus revelou que nos municípios do Cuangar, Calai, Dirico e Mavinga populares estão a migrar para outros pontos da província e para localidades fronteiriças da Namíbia e Zâmbia em face da penúria alimentar.

11. EXPLORAÇÃO MINEIRA

12. MIGRAÇÃO

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 Angolanos preparam negócios com a China

Jornal de Angola

01 de Julho, 2019

Texto: Natacha Roberto

Empresas angolanas que participaram na 1ª Exposição Económica e Comercial China-África, em Changshan, Hunan, revelaram ter realizado contactos que podem conduzir ao estabelecimento de negócios com parceiros do país asiático e de outros países do continente, de acordo com declarações obtidas pelo *Jornal de Angola*.

O certame, realizado de quinta-feira a sábado, contou com uma missão angolana constituída por representantes institucionais, expositores e outros participantes que, de acordo com o consultor da ministra das Pescas e do Mar para as Infra-estruturas, Avelino Quarenta, tiveram contactos preliminares positivos.

“Foi de facto satisfatório participar num evento internacional que estabeleceu as vias para o intercâmbio comercial entre vários países que, doravante, vão continuar a partilhar conhecimentos”, de modo a estabelecer negócios e trocas mutuamente vantajosas, disse.

O embaixador de Angola, João Neto, considerou ao *Jornal de Angola* que o país está mais preparado para capitalizar os ganhos das relações comerciais com a China, com as reformas iniciadas em Setembro de 2017.

Os objectivos da diversificação da economia e do estabelecimento de um ambiente de negócios amigo do investimento podem ser melhor conseguidos com as reformas das leis do Investimento Privado e da Concorrência adoptadas nos meses que se seguiram a Setembro de 2017.

Isso mesmo acontece em relação à adopção e aperfeiçoamento de novos dispositivos legais para a facilitação do comércio, como é a simplificação do comércio internacional com a criação do Guiché Único, um mecanismo que permite a desburocratização das importações e exportações.

João Neto lembrou que os Governos de Angola e da China assinaram um acordo para evitar a dupla tributação e que está em fase de conclusão um outro,

de protecção recíproca de investimentos, em mecanismos que impulsionem as trocas bilaterais.

13.2 Ajuda chinesa destacada pelo Banco Mundial

Jornal de Angola

02 De Julho, 2019

A capacidade de produção de energia eléctrica em Angola, um dos factores críticos para o desenvolvimento do país, tem vindo a registar um aumento devido ao apoio prestado pela China, segundo o Banco Mundial

A avaliação do Banco Mundial é feita num recente diagnóstico ao sector privado angolano, com o título “Criação de mercados em Angola – Oportunidades de desenvolvimento do sector privado”, em que são identificados como áreas de intervenção prioritárias a agro-indústria, os transportes, as tecnologias de informação e comunicação, a saúde, a educação e os serviços financeiros, além da energia eléctrica.

“Com apoio financeiro da China, Angola efectuou melhorias notáveis na capacidade de produção, apesar do acesso à energia eléctrica continuar limitado”, refere o relatório.

O Banco Mundial informou igualmente que a capacidade de produção de energia eléctrica mais do que duplicou desde o final da guerra civil (2002), atingindo em 2017 cerca de 3,3 gigawatts, dos quais 59,5 por cento a partir de fontes hídricas e o restante de combustíveis fósseis. Isto, depois do projecto hidroeléctrico Cambambe II (700 megawatts) ter entrado em operação em meados de 2017.

O diagnóstico do Banco Mundial adianta que a transmissão e distribuição continuam a ser “desafios fundamentais para o sector”, sendo que apenas 30 por cento da população tem actualmente acesso a energia eléctrica (43 por cento nas cidades e apenas 8,0 nas zonas rurais). “O acesso à energia eléctrica é um problema para muitas empresas, incluindo em Luanda e nas zonas industriais (como Viana, zona suburbana de Luanda), o que força as empresas a depender de geradores de energia caros.

Os geradores também são necessários como reserva devido à pouca fiabilidade do fornecimento de energia. O consumo de energia eléctrica por parte do sector industrial é baixo, correspondendo a apenas 8,0 por cento da produção total”, refere

13.3 Contratos públicos feitos agora com maior rigor

Jornal de Angola

03 De Junho de 2019

Texto: Edivaldo Cristóvão

O Tribunal de Contas pretende implementar o novo sistema de fiscalização sucessiva, para garantir que os contratos públicos realizados no país estejam em conformidade com a lei.

Com isso, os concursos públicos adjudicados deixam também de ser feitos directamente, o que põe fim a várias irregularidades anteriormente observadas, segundo informou a sua Vice-presidente.

A juíza conselheira Domingas Garcia fez estas afirmações ontem, em Luanda, à margem do seminário sobre a Lei e Fiscalização dos Contratos Públicos. No encontro foi abordado também a fiscalização preventiva e sucessiva dos contratos.

Domingas Garcia realçou, por outro lado, que anteriormente a fiscalização era feita apenas de forma preventiva, através de um controlo dos procedimentos e verificação da legalidade dos contratos, se estavam conformes ou não às normas jurídicas.

No seu discurso de abertura, durante o seminário, a juíza presidente do Tribunal de Contas, Exalgina Gamboa, disse que as empresas chinesas apesar de serem pessoas jurídicas independentes, pela via da participação na execução de investimentos públicos, estão sujeitas às normas jurídicas que regulam as relações económicas.

Referiu que o Tribunal de Contas enquanto instituição superior de controlo, com competências para fiscalizar as finanças públicas colocadas à disposição dos gestores públicos, mandatados a usar de forma correcta o dinheiro dos contribuintes do país, tem a responsabilidade constitucional de garantir que esses recursos sejam utilizados para os propósitos e finalidades programados e aprovados pelo Poder Executivo.

A fiscalização era feita apenas de forma preventiva, através de um controlo dos procedimentos e verificação da legalidade dos contratos, se estavam conformes ou não às normas jurídicas

Neste contexto, adiantou, que a missão de fiscalizar ou controlar não se limita apenas à parte contratante, no caso a entidade pública usuária dos dinheiros públicos.

A presidente do Tribunal de Contas explicou que o ponto 1 do artigo 180 refere que o Tribunal Constitucional, no exercício das suas funções, tem direito à cooperação de todas as entidades públicas e privadas.

“Logo, temos a legalidade na relação que se pretende estabelecer com a entidade contratada, sempre que se julgue necessário, no exercício das nossas funções”, disse.

Exalgina Gamboa disse que o controlo que se impõe, no contexto da fiscalização concomitante, não serão estritamente financeiro, mas também visa velar que os princípios da legalidade, economia, eficiência e eficácia da gestão financeira pública sejam respeitados e os resultados alcançados sejam esperados do ponto de vista da execução física e financeira.

Novas funcionalidades

A jurista e especialista na área de contratação pública do gabinete da juíza presidente do Tribunal de Contas, Lara Craveiro, disse que o seminário serve para capacitar os gestores públicos, por forma a evitar que os processos cheguem ao Tribunal de Contas incompletos ou com deficiências.

Referiu que o Tribunal de Contas tem realizado seminários desde Agosto do ano passado com esse propósito.

13.4 A China e o desenvolvimento de África

Jornal EXPANSÃO

05 De Julho de 2019

Na terceira Cimeira dos chefes de Estado e de Governo do Fórum de Cooperação China - África (FOCAC, em inglês) realizada em Pequim em Setembro de 2018, o Presidente Xi Jinping anunciou a realização por parte da China de oito iniciativas que visam o desenvolvimento do continente Africano para o período 2019-2021.

Segundo Xi Jinping, "desde a cimeira de Joanesburgo do FOCAC em 2015, a China implementou integralmente os dez planos de cooperação adoptados na Cimeira. Um grande número de projectos de infra-estruturas ferroviárias, rodoviárias, aeroportuárias, portuárias e outras, bem como uma série de zonas de cooperação económica e comercial foram construídos ou estão em construção. A nossa cooperação em paz e segurança, ciência, educação, cultura, saúde, redução da pobreza e interacções interpessoais aprofundou-se. O financiamento de 60 mil milhões USD prometido pela China foi entregue

ou providenciado. Para construir uma comunidade China-África ainda mais próxima, com um futuro compartilhado na nova era, a China lançará oito grandes iniciativas em estreita colaboração com os países africanos nos próximos três anos, com base nos dez planos de cooperação já adoptados". As iniciativas são as seguintes:

1. Promoção industrial e agrícola;
2. Conectividade de infra-estruturas;
3. Facilitação do comércio;
4. Desenvolvimento verde ou ecológico;
5. Capacitação de quadros e técnicos;
6. Cuidados de saúde;
7. Intercâmbio entre pessoas (interacção do povo chinês e africano por meio da cultura, desporto e ciência);
8. Paz e segurança;

Se olharmos de perto para as iniciativas propostas pela China, nota-se que em geral é o que o Continente precisa para poder alcançar melhores níveis de desenvolvimento económico e social.

Antes da realização da Cimeira do FOCAC 2018 em Setembro, a China convidou académicos e investigadores de 47 países africanos para preparar a Cimeira e ouvir deles o que achavam da

cooperação, quais os principais assuntos que deveriam ser discutidos e em que áreas apostar nos próximos anos. Isso ocorreu em Julho de 2018, com a realização do sétimo Fórum China-Africa Think Tank (CATT), precisamente em Pequim. Neste encontro, em que pela primeira vez um investigador do CEIC-UCAN participou, houve uma discussão franca e aberta da cooperação China - Africa entre os académicos e investigadores chineses e os africanos 2.

O sucesso na implementação destas oito iniciativas depende mais do engajamento, envolvimento e comprometimento dos países africanos do que da disponibilização dos recursos por parte da China e da sua boa vontade de desenvolver o continente desenvolvido.

Passados 10 meses desde o anúncio destas acções, em Setembro de 2018, até que ponto os países africanos estão já a trabalhar no sentido de aproveitarem os recursos disponíveis para a concretização das oito iniciativas? No caso especial de Angola será que os departamentos ministeriais relacionados com cada uma das iniciativas as conhecem? Se sim, o que estão a fazer para envolver o sector privado?

Para a concretização plena e eficiente destas iniciativas é crucial a participação do sector privado nacional. Se a China associa o seu sector privado na implementação deste programa de cooperação, os países africanos também o deverão fazer, numa convergência profícua entre o privado e o público e no respeito pelas propostas programáticas contidas nos planos de desenvolvimento.

(1) Discurso de abertura proferido pelo Presidente XI Jinping, no dia 3 de Setembro de 2018, em Pequim

(2) Cf o artigo "O modelo chinês como inspiração (e não cópia) na definição da filosofia de desenvolvimento para África" publicado no Expansão de 3 de Agosto de 2018.

13.5 Angola mostra potencialidades na Expo China África

Economia & Finanças
05 De Julho de 2019

Angola mostrou as suas potencialidades na 1ª exposição Económica e Comercial China -África que decorreu de 27 a 29 de Junho último na cidade de Changsha, na China. O ministro do Comércio, Joffre Van-Dúnem Júnior, procedeu a inauguração do pavilhão de Angola no passado dia 27.

No seu discurso no stand de Angola, Joffre Van-Dúnem Júnior explicou aos presentes que os investimentos da China têm ajudado Angola a superar as actuais restrições enquanto decorrem o processos de reforma que buscam a diversificação da economia.

O governante falou também das melhorias conseguidas no ambiente de negócios, concretamente, a nova Lei de Investimento Privado, a nova Lei da Concorrência, a ratificação do Acordo de Facilitação do Comércio e a Simplificação do Comércio Internacional com o Guiché Único, bem como a simplificação e desburocratização das importações e exportações.

No Seminário sobre Promoção do Comércio Bilateral Sino-Africano, o ministro afirmou que em 35 anos de relações oficiais, entre Angola e China, há cooperação nas áreas fundamentais que têm permitido a recuperação e construção de infra-estruturas e o estabelecimento de uma parceria estratégica.

A delegação angolana, que integrou 41 membros, entre representantes de departamentos ministeriais, órgãos de promoção do Comércio, instituições

financeiras, da Câmara de Comércio Angola-China e empresários, participou em diversos fóruns sobre a cooperação China-África, em seminários sobre a promoção comercial bilateral sino-africana e a cooperação económica.

A organização da Expo concedeu a Angola, um pavilhão de 250 metros quadrados para uso gratuito durante os três dias de certame, na qualidade de convidado de honra, assim como o Egipto, Costa do Marfim, Senegal, Tanzânia e Uganda.

O evento decorreu sob o lema "Cooperação win-win para uma parceria económica e comercial China-África" e esteve centrada nas áreas ligadas à promoção do comércio investimento, tecnologia agrícola, energia, parques industriais, infra-estrutura, cooperação financeira e outros.

13.6 Empresas chinesas e angolana fazem prospecção de cobre

Jornal de Angola

09 De Julho de 2019

Texto: Carlos Paulino

Um projecto de prospecção de cobre nos municípios de Menongue e Cuchi foi apresentado ontem aos membros do governo da província do Cuando Cubango pelos técnicos do Ministério das Recursos Minerais e Petróleos.

O projecto, que vai abranger uma área de 505,516 hectares, está avaliado, para primeira fase, em cinco milhões de dólares, e vai ser executado pela empresa chinesa "General Mining", que é a parte investidora e vai fazer parceria com a concessionária Ferrangol, como representante do Governo Angolano.

O administrador da Ferrangol para a área de prospecção e Produção, João Chimuco, disse que os trabalhos de pesquisa vão arrancar nos próximos dias e têm como objectivo principal efectuar estudos topográficos, geofísico e químico, para a confirmação ou descoberta de minas de cobre.

João Chimuco disse que "Geralmente os trabalhos de prospecção deste tipo de projecto decorrem durante um período de dois anos ou até dez anos, mas os técnicos da Ferrangol vão envidar esforços para que este tempo seja reduzido".

O responsável fez saber que a Ferrangol, nesta empreitada, vai essencialmente dar suporte técnico em função da sua experiência de pesquisa e produção de recursos minerais.

A prospecção vai abranger um levantamento profundo das minas de cobre existentes nos municípios de Menongue e Cuchi, tendo em conta que são localidades que têm grande potencial no sector mineiro, de acordo com a carta de recursos minerais de Angola.

João Chimuco que os trabalhos de prospecção vão gerar, numa primeira fase, 25 postos de trabalho directos, um número que pode aumentar de acordo com os resultados, os habitantes das regiões têm que participar activamente no êxito do projecto, pois será uma mais-valia para o desenvolvimento socioeconómico da província", disse.

Província privilegiada

Por sua vez, o director nacional dos Recursos Minerais, André Neto, explicou que o projecto faz parte do Plano de Desenvolvimento do Sector Mineiro para o quinquénio 2017/2022. Disse que o Cuando Cubango tem muitos recursos minerais, "mas deve ser feito um trabalho de prospecção para se saber a localização, quantidade e qualidade destes recursos".

André Neto disse que segundo grandes teóricos, em 100 projectos de prospecção pelo menos dez transformam-se em minas de exploração, "Por este facto, a Ferrangol em parceria com a empresa General Mining vai fazer o levantamento do cobre existente em Menongue e no Cuchi para se saber até que ponto este minério pode ser utilizado no sector industrial", disse, para acrescentar: "O Cuando Cubango tem grande vantagem por ter linha férrea de Moçamedes(CFM), pois terá facilidade de escoamento dos produtos minerais que são explorados na província".

13.7 Câmara de comércio de Angola de olhos na feira internacional de Macau

Jornal OPAÍS

05 De Julho de 2019

Texto: André Mussamo

A Câmara de Comércio e Industria da Angola, CCIA, apela a todos os seus associados e interessados a aproveitarem na Feira Internacional de Produtos e Serviços de Macau como uma "grande oportunidade para a procura de parceiros e investidores".

A Feira Internacional de Macau e Cantão (na República Popular da China), decorre de 17 a 19 de Outubro próximo e é um evento anual que atrai para

a região administrativa da China centenas de investidores.

Segundo uma fonte da instituição angolana, o momento pode servir de oportunidade para que empresários nacionais mostrem seus produtos e serviços e estabeleçam parcerias ou atraiam investimentos. É igualmente uma grande oportunidade para explorar as potencialidades de outros mercados.

Para incentivar a participação, a organização do evento compensa as delegações com mais de seis integrantes com apoios em "passagens e alojamento", daí o interesse da Câmara de Comércio e Industrial de Angola pretender "congregar" uma representação significativa e equacionar uma participação mais vantajosa para a delegação do país.

O evento de Macau visa consolidar os acordos a nível do Comércio entre a China e a Comunidade dos Países de Expressão Portuguesa e realiza-se anualmente no mês de Outubro, na região administrativa especial de Macau, antigo território Português cuja transição para a China registou-se em Dezembro de 1999.

13.8 Chineses doam bens às vítimas da seca

Jornal de Angola

06 De Julho, 2019

Texto: Leonel Kassana

Uns donativos compostos de bens diversos foram entregues na segunda-feira às populações, vítimas da seca da província do Cunene, numa acção solidária da CGGC (China Gezhouba Group Company), uma multinacional chinesa que opera há dez anos no mercado angolano na área de construção de habitações, infra-estruturas portuárias e produção de energia.

Entre os bens, constam as alimentares, água, roupa usada e mochilas, calculados em mais de três milhões de kwanzas. A acção de beneficiência surge em resposta ao apelo lançado pelo Ministério da Construção e Obras Públicas, para que os diferentes operadores com empreitadas em Angola pudessem juntar-se à campanha de solidariedade para com as vítimas do sul de Angola.

Responsáveis da CGGC garantiram ao Jornal de Angola a permanente disponibilidade, prometendo prestar ajuda aos mais necessitados em todas as áreas em que operam.

“Muito recentemente apoiamos o orfanato do Cazenga, em Luanda que, além da cesta básica e material escolar, recebe, igualmente, atenção psicológica, uma acção que pretendemos alargar a outros lares de acolhimento de pessoas desfavorecidas”, disseram.

Em 2016, a empresa chinesa construiu uma central de captação e distribuição de água potável para a população, a partir do canal de irrigação do projecto de aproveitamento hidroeléctrico do Luachimo, na Lunda-Norte. Também desenvolveram o projecto de abastecimento de água do Marçal, em Luanda, com capacidade para atender mais de 600 mil pessoas.

A CGGC está envolvida na construção três mil habitações sociais na área do Sequele, das quais duas mil já prontas, para o realojamento dos habitantes do Sambizanga, no quadro do Programa de Requalificação de um dos mais emblemáticos distritos de Luanda.

13.9 Chineses querem parcerias para o Corredor do Lobito

Jornal de Angola

10 De Julho de 2019

Empresários chineses estão interessados em incrementar o transporte de mercadorias diversas do interior e dos países vizinhos para o mercado internacional, através do Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB) e do Porto do Lobito, disse ontem o embaixador chinês em Angola, Gong Tao.

Citado pela Angop, o diplomata chinês Gong Tao considera o Porto do Lobito e o Caminho-de-Ferro de Benguela empresas ideais para fornecer um serviço logístico de transporte de mercadorias, provenientes designadamente do exterior para Angola, do litoral para o interior e para os países vizinhos e vice-versa. Gong Tao, que falou a jornalistas no final de uma visita à região, lembrou a importância do corredor, sublinhando que as mercadorias e matérias-primas produzidas no interior de Angola e nos países vizinhos, como a RDC e Zâmbia, podem usá-lo para atingir o mercado internacional, incluindo o da China.

Entre as empresas daquele país asiático, de olhos em parcerias junto das empresas do Corredor do Lobito, estão, ao que a Angop apurou, a China Harbour Engineering Corporation, responsável pela requalificação do Porto do Lobito, em 2013, a Costo e a Sinotrans, viradas para a logística, sobretudo nos transportes ferroviário e marítimo.

Gong Tao revelou que o objectivo destas futuras parcerias de negócios será “cultivar mercado” para o bom funcionamento das empresas portuária e ferroviária do referido corredor, através do transporte de mercadorias, entre as quais o minério da República Democrática do Congo. O embaixador explicou ainda que esta cooperação comercial, prevista na cadeia de transporte “ferroviário e marítimo”, vem possibilitar a interligação do Corredor do Lobito ao interior e aos países vizinhos, garantindo melhor acesso ao mercado internacional. “Estou interessado em promover a cooperação comercial entre as empresas chinesas e os parceiros angolanos”, salientou o diplomata chinês, optimista de que há uma perspectiva muito “brilhante” de futuras parcerias, “porque temos vantagens diferentes, podemos tirar bom proveito e termos o desenvolvimento comum”.

13.10 Comboio do CFB descarrila em dia de visita do embaixador Chinês

O PAÍS

12 De Julho de 2019

Texto: Constantino Eduardo

O Comboio do CFB teria descarrilado algumas horas antes da visita do embaixador chinês às infra-estruturas do Corredor do Lobito, fundamentalmente o Porto Comercial do Lobito e o próprio CFB. O diplomata chinês trabalhou em Benguela para o reforço da cooperação económica, tendo considerado a província, dada às potencialidades infra-estruturais, um parceiro ideal para o gigante asiático. Na Terça-feira, 9 segundo soube este jornal, os técnicos do CFB procederam ao trabalho de carrilamento da locomotiva, cujo “despiste” não causou danos humanos.

O estranho foi o facto de a direcção da empresa ferroviária não se ter dignado em prestar quaisquer informações, apesar da insistência da imprensa interessada em abordar o facto.

Não obstante a falta de informação com que se confrontaram alguns órgãos de comunicação social, OPAÍS tentou a “sorte” abordando o Gabinete de Comunicação e Imagem e este, por sua vez, isso no dia 10, Quarta-feira, negou, primeiro, ter havido qualquer facto daquela natureza.

Entretanto, no dia seguinte, às 11 horas da manhã, a mesma entidade, novamente confrontada pelo OPAÍS, salientou que a responsável da área técnica estaria indisponível, “numa área sem cobertura”. O

GCI promete, entretanto, um pronunciamento da empresa oportunamente.

Fontes não entendem as razões de até aqui a empresa não se ter pronunciado sobre o assunto, especulando que, talvez, se deva ao facto de terem sido chineses os construtores da linha férreas que, nos últimos tempos, vão causando enormes constrangimentos ao CFB.

O descarrilamento surge numa altura em que a empresa se prepara para reforçar o transporte de mercadorias com 300 novos vagões encomendados ao gigante chinês de logística “Sinotrans”, segundo o presidente da Administração do Caminhos-de-Ferro de Benguela (CFB), Luís Teixeira, citado pelo Vanguarda.

Segundo a mesma fonte, que se sustenta de uma notícia da TPA, com a chegada dos vagões, o transporte de mercadorias aumentará de 94 mil toneladas/ano para mais de 300 mil toneladas, incluindo o tráfego internacional, de que se destaca os minérios extraídos nas regiões de Katanga, na República Democrática do Congo

13.11 Mais de 15 cidadãos chineses assassinados no país nos últimos 6 meses

Novo Jornal

12 De Julho de 2019

Texto: Eduardo Gito e Dulcinela Lufua

Insegurança, assassinatos, roubos e sequestros contra cidadãos chineses preocupam a comunidade chinesa residente em Angola. Relatos vindos do representante da comunidade dão conta de que, de Janeiro a Junho, perto de 19 cidadãos morreram vítimas de acidente de viação e assassinato.

Só no final do passado mês de Junho, no município do Cazenga, uma cidadã de nacionalidade chinesa foi assassinada a escassos metros de sua residência por dois indivíduos que se faziam transportar numa motorizada, tendo um deles disparado contra a vítima, que teve morte imediata na presença do marido e da filha.

Já no mês de Maio, outro cidadão chinês também foi encontrado morto e com sinais de agressão, no interior de uma residência em construção, no bairro Maié-Maié, no distrito urbano do Sequele, município de Cacuaco. O corpo da vítima, que era conhecido como “Capacete”, foi encontrado pelos colegas a 300 metros do estaleiro em que trabalhava, com ferimentos no peito e na testa.

Fonte do SIC contactado por este semanário deu a conhecer que continuam as diligências para se chegar aos presumíveis autores do crime da cidadã. Em relação ao outro caso (do cidadão encontrado morto e com sinais de agressão), "os suspeitos já se encontram detidos".

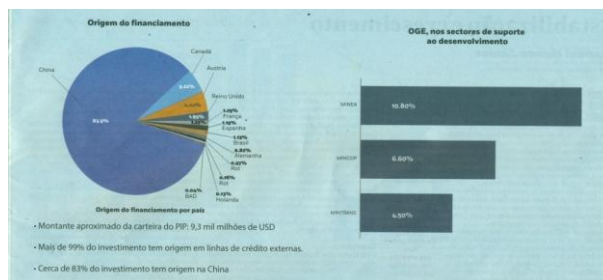
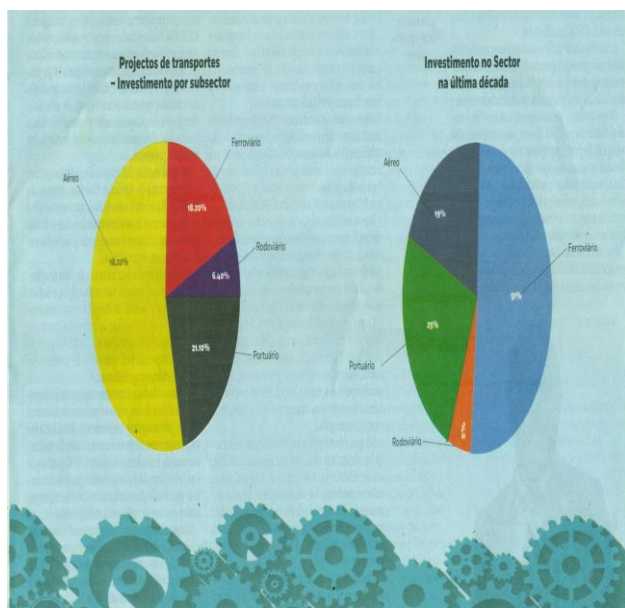
Ao Novo Jornal Juan Chang, que representa a comunidade chinesa em Angola, disse que a situação é grave e que afugenta os investidores chineses.

"A comunidade chinesa em Angola controlava 1.358 empresários que operam no país em sete câmaras de comércio. Este número reduziu muito por conta da insegurança e do ambiente económico que o país vive", sustentou .

Além de assassinatos e assaltos frequentes de que são vítimas, a outra preocupação que inquieta a comunidade chinesa, de acordo com Juan Chang, tem que ver com os sequestros. Sem avançar números, o representante da comunidade chinesa em Angola disse que o problema é antigo.

"Esta semana recebemos a informação de que um concidadão foi sequestrado por marginais e teve que se pagar para a sua libertação", denunciou, observando que, para se inverter o quadro dos crimes violentos no país, o Estado deve melhorar o ambiente de negócios políticos económicos.

"Porque a economia de Angola não está boa, tem muitos cidadãos no desemprego e isso produz pobreza e um índice elevado de criminosos", disse Juan Chang a este semanário .



13.12 Projectos nos transportes contam financiamento de 9 mil milhões USD

Jornal Mercado

12 De Julho de 2019

T6exto: Quingila Hebo

O Projecto de Investimento Público (PIP) para o sector dos transportes apresenta um ambiente propício à exploração de oportunidades de investimento no ramo da construção e reabilitação de infra-estruturas aéreas, onde esta concentrada mais da metade do investimento.

A participação de empresários nacionais e estrangeiros na reconstrução das infra-estruturas afectas ao sector intermédio dos transportes constitui prioridade para o Executivo, que dedica cerca de nove mil milhões USD para financiar projectos afectos a carteira do sector para o corrente ano.

99% do investimento tem origem em linhas de crédito externas. E destes, cerca de 83% do investimento tem origem na China

De acordo com o director do Gabinete de Estudos e Planeamentos (GEP) do Ministério dos Transportes, Eugénio Fernandes, o 'pacote' financeiro sob a responsabilidade do MINTRANS é muito significativo.

"Este 'pacote' financeiro cumpre o papel do Estado no importante sector intermédio dos transportes, e representa cerca de 7,5% do PIB Nacional (2017)" aponta.

Eugénio Fernandes falava durante o último conselho consultivo do MINTRANS, recentemente realizado sob o lema Consolidação da Acção do Sector dos Transportes na Economia. Na sua apresentação, destacou que mais de 99% do investimento tem origem em linhas de crédito externas. E, destes, cerca

de 83% do investimento tem origem na China (ver infografia nas páginas seguintes).

Contudo, face à revisão orçamental executada recentemente, os projectos de investimentos públicos para o transporte foram alvo de uma redução de 37% na comparticipação pública nacional.

"Esta revisão na realidade corresponde a cerca de 0,04% do total dos 9,3 mil milhões de USD contratados em projectos no sector" aponta. "O impacto mais esperado é a quebra do cumprimento da comparticipação nacional nos desembolsos, dos projectos, agravando ainda mais a sua execução financeira".

De acordo com o documento apresentado, o conjunto de projectos, 34 no total, que compõem a carteira de investimento apresenta um equilíbrio entre a execução física e a execução financeira, ou seja, o estado de avanço das obras está em conformidade com o desembolso feito até ao momento, excepto apenas um projecto da carteira que aguarda a entrada em vigor do financiamento.

Numa visão sectorizada a nível dos projectos de transportes, verifica-se que mais de metade do investimento está concentrado no subsector aéreo, onde cerca de 54% correspondem ao investimento do Novo Aeroporto Internacional de Luanda (NAIL). A contratação de serviços para o sector rodoviário foi a que menor financiamento recebeu dentro do pipeline de investimentos.

Esta aposta no sector aéreo contraria a tendência verificada na última década, onde mais de metade do investimento esteve concentrado no subsector ferroviário. Cerca de 60% do investimento, aproximadamente 1,8 mil milhões USD, neste ramo concentrou-se no Caminho-de-Ferro de Benguela CFB. O investimento em infra-estruturas de transportes estruturantes no Corredor do Lobito foi assinalável.

No entanto, impõe-se perceber porque é que os níveis de procura no subsector ferroviário continuam aquém do esperado face ao esforço financeiro do Estado.

Uma vez mais, os investimentos no subsector rodoviário foram relativamente incipientes, o que não é desejável porque este subsector assegura toda a distribuição e transporte capilar no território nacional. Por seu turno, o subsector marítimo-portuário representou um quarto do investimento, sobretudo concentrado no Porto do Lobito.

Privatização 'aterro' nos aeroportos e meta é receber até 7,4 milhões de passageiros

O Ministério dos Transportes vai avançar mesmo com a privatização da gestão de alguns aeroportos. A ideia é separar a gestão operacional da gestão de infra-estruturas. O documento divulgado no XI Conselho Consultivo do Ministério dos Transportes revela que, para já, a SGA-SA, empresa de capital estatal, assumirá a gestão de parte do parque nacional de aeroportos.

Contudo, o órgão de tutela prevê a revisão do Decreto Presidencial n.º 76/14 de 2 Abril Delimitação de Sectores da Actividade Económica -, diploma legal que definiu que a exploração de serviços aeroportuários pode ser exercida por empresas ou entidades não integradas no sector público, vai definir a entidade que representa o Estado como concedente, vai definir os termos e constituição da nova rede aeroportuária, bem como vai ajustar o regime de Parcerias Público Privadas, consagrado na Lei n.º 11/19 de 14 de Maio. Vai também ajustar e rever o regime de tarifas aeroportuárias que é regulado pelo Decreto Executivo Conjunto n.º 494/15, de 24 de Julho.

"Os aeroportos existentes no País, com excepção do Aeroporto Internacional de Luanda a de Fevereiro, têm tráfego deficitário. A concessão e exploração de alguns aeroportos nacionais, tendo em conta os modelos e os pressupostos acima referidos, afigura-se como uma medida imprescindível", diz o documento.

O documento apresentado no VI Conselho Consultivo do Ministério dos Transportes por Hélio Epalanga, assessor do ministro dos Transportes, com o tema Concessões Aeroportuárias e Respetivos Modelos, estima que o envolvimento do sector privado na gestão aeroportuária vai permitir que os seis principais aeroportos recebam 7,4 milhões de passageiros.

Mais de metade do investimento está concentrado no subsector aéreo, onde cerca de 54% correspondem ao investimento do Novo Aeroporto Internacional de Luanda (NAIL)

De forma individual, até 2028, estima-se que o Aeroporto 4 de Fevereiro passará de uma capacidade de 2,7 milhões de passageiros por ano, para uma capacidade 5,8 milhões de passageiros; Catumbela de 190 mil, para 396 mil passageiros; Huambo de 74 mil, para 154 mil; Cabinda de 320 mil, para 666 mil passageiros; Lubango sai de 126 mil, para 262 mil passageiros; e Soyo, que sai de 87 mil passageiros, para 182 mil passageiros.

Empresas de transporte dão prejuízos ao Estado há mais de 10 anos

O IGAPE mostra que o Estado conta com 14 empresas de transportes, sendo 12 E.P e duas E.E.U. Das 14 empresas, dizem os dados do IGAPE, os Caminhos-de-Ferro de Benguela é que apresenta melhor desempenho financeiro, o Porto de Lobito e os Caminhos-de-Ferro de Moçamedes é que mais movimentam mercadorias.

Especificamente no transporte marítimo, os dados do IGAPE demonstram que, em 2018, ano em análise, houve uma redução no tráfego de navios, mas, em contrapartida, houve um aumento significativo do volume de mercadorias transportadas.

O envolvimento do sector privado na gestão aeroportuária vai permitir os seis principais aeroportos receberem 7.4 milhões de passageiros. Até 2028, estima-se que o Aeroporto 4 de Fevereiro terá capacidade de 5,8 milhões de passageiros por ano.

Quanto ao desempenho financeiro, o IGAPE, em representação do accionista Estado, diz que o sector está mal quando analisado como um todo, uma vez que nenhuma empresa de transportes distribuiu dividendos ao Estado apesar da subvenção a preços. Os dados do IGAPE não incluíram a TAAG que se encontra com o relatório e contas atrasado. I

13.13 China admite maior apoio à diversificação angolana

Jornal EXPANSÃO
26 De Julho de 2019

Pequim vai encorajar as suas instituições a assistirem Luanda e as suas empresas a facilitarem a diversificação da economia angolana' informou esta quinta-feira agência noticiosa oficial Xinhua, citando o conselheiro de Estado chinês Wang Yi.

Os responsáveis comprometeram-se, em Pequim, a desenvolver os laços bilaterais, informou a imprensa estatal chinesa. O ministro angolano, que visitou a China como enviado especial do Presidente João Lourenço, enalteceu o apoio a "longo prazo" prestado por Pequim ao desenvolvimento de Angola e expressou vontade de manter a cooperação.

Lourenço visitou Pequim em Outubro passado e reuniu-se com o homólogo chinês, Xi Jinping, e o primeiro-ministro, Li Keqiang.

Na altura, o Presidente da República disse ao homólogo chinês que Angola vive uma "nova era", com "maior abertura ao mundo, maiores direitos e liberdades para os seus cidadãos" e "maior transparência e concorrência nos negócios", com "menos burocracia e mais combate à corrupção".

Na ocasião, João Lourenço enfatizou ainda a importância do investimento privado chinês em Angola, numa relação que tem sido dominada pela aliança entre os dois Estados.

Esta semana, Wang Yi afirmou que a República Popular da China está pronta a implementar o consenso alcançado pelos líderes dos dois países e fortalecer a comunicação estratégica com Angola.

O conselheiro de Estado chinês apelou ainda que Pequim e Luanda impulsionem a cooperação no âmbito da iniciativa chinesa "Uma Faixa, Uma Rota" e do Fórum de Cooperação China-África.

A China é actualmente o maior cliente do petróleo angolano e, depois do fim da guerra civil em Angola, em 2012, tornou-se um dos principais actores da reconstrução do País, nomeadamente estradas, caminhos-de-ferro e outras infra-estruturas, embora muitas vezes criticada devido à fraca qualidade de algumas obras.

Segundo estimativas da China Africa Research Initiative, da Universidade Johns Hopkins, desde 2000, Angola recebeu um total de 42 mil milhões USD em crédito chinês.